REVISTA
Linguagem em pauta

ISSN: 2764-9288



Vol. 6 | N. 1 | 2026

Linguagem em pauta

ISSN: 2764-9288

Ano 6, Vol.6, Num.1, 2026



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ

Reitora

Izabelle Mont'Alverne Napoleão Albuquerque

Vice-Reitora

Jônia Tírcia Parente Jardim Albuquerque

Pró-Reitora de Planejamento e Administração

Kaliny Kélvia Pessoa Siqueira Lima

Pró-Reitora de Graduação

Kelvya Maria de Vasconcelos Moreira

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Antônio Glaudenir Brasil Maia

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Glauciana Alves Teles

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis

Ana Íris Tomás Vasconcelos

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas

Betânia Moreira de Morais

Diretor do Centro de Filosofia, Letras e Educação

Renato Almeida de Oliveira

Coordenador do Curso de Letras

Jorge Luiz Adeodato Júnior

Editor-chefe

Jessé de Sousa Mourão

Editores-adjuntos

Flávia Cristina Candido de Oliveira Carneiro

Franciclé Fortaleza Bento

João Paulo Eufrazio de Lima

Jorge Luiz Adeodato Júnior

Revisor

Francisco Sérgio Fernandes Carneiro

Capa

Jessé de Sousa Mourão

2026

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 04

ARTIGOS ACADÊMICOS

O PODER ENCANTATÓRIO DO RAP "LIÇÃO DE CASA": ARGUMENTAÇÃO E AUTOCONSTITUIÇÃO NO DISCURSO LITEROMUSICAL 07

Luis Felipe Moura da Silveira

Maria Margarete Fernandes de Sousa

A REFUTAÇÃO REATIVA CONTRA A DÚVIDA: INTERDISCURSIVIDADE E ARGUMENTAÇÃO EM UMA PERSPECTIVA ENUNCIATIVA 28

Alanna Freitas Santos

Flávia Cristina Candido de Oliveira Carneiro

NECROALGORITMIZAÇÃO EM PAUTA: AS ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS E A PLURICODIFICIDADE DO INFOGRÁFICO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA 52

Francisco Marques Sampaio

DISCURSO DE ÓDIO EM TESE: ARGUMENTATIVIDADE COMO ESTRATÉGIA DE PERSUASÃO NA HQ OS SANTOS – UMA TIRA DE ~~HUMOR~~ ÓDIO 72

Georgia Carla Barreto Freire

A CONSTRUÇÃO ARGUMENTATIVA NO VOTO DA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA SOBRE A ADPF 973 VIDAS NEGRAS 91

Lucas Lourenço Carvalho

Aurea Suely Zavam De Stefani

ANÁLISE TEXTUAL-DISCURSIVA DA ARGUMENTATIVIDADE E DA NATUREZA GENÉRICA DO GÊNERO TEXTUAL "SENHA DO DIA" 114

Flávia Cristina Candido de Oliveira Carneiro

Maria Margarete Fernandes de Sousa

REVISTA Linguagem em pauta

APRESENTAÇÃO

A Revista Linguagem em pauta, periódico científico vinculado ao curso de Letras – habilitações em língua inglesa e língua portuguesa – da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) está em sua décima edição. Esta publicação temática é composta por seis artigos acadêmicos com pesquisas produzidas por estudantes de mestrado e doutorado em Linguística da Universidade Federal do Ceará (UFC), compondo uma edição especial.

A edição conta com a colaboração de professores-pesquisadores doutores, mestres, mestrandos e doutorandos do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará (PPGLing/UFC), especificamente, participantes da disciplina Tópicos em Práticas Discursivas e Estratégias de Textualização (TPDET) ministrada pelas Professoras Doutoras Maria Margarete Fernandes de Sousa (UFC) e Flávia Cristina Candido de Oliveira Carneiro (UVA). Os artigos foram produzidos a partir de discussões sobre aspectos textuais-discursivos e argumentativos nos textos inerentes aos gêneros textuais sob a ótica da linguística de texto, das teorias da argumentação e da teoria do discurso digital. Esta edição especial compõe uma das atividades do meu curso de pós-doutoramento em Linguística, sob a supervisão da professora Margarete pela Universidade Federal do Ceará (UFC), no mencionado programa.

O primeiro artigo desta edição é intitulado “O poder encantatório do rap ‘Lição de casa’: argumentação e autoconstituição no discurso literomusical” produzido por Luis Felipe Moura da Silveira, mestrando em Linguística (UFC), e por Maria Margarete Fernandes de Sousa, doutora em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) com pós-doutorado em Linguística pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e docente do Programa de Pós-graduação em Linguística (PPGLing/UFC). Em seu artigo, os autores analisam de que modo a redefinição reiterada do rap na canção “Lição de Casa”, do grupo Inquérito, opera como dimensão do discurso, articulando argumentação e autoconstituição. A importância desse estudo consiste em demonstrar que a canção não apenas define o rap, mas o institui simbolicamente como instância legítima de produção de sentido, capaz de orientar práticas, construir autoridade e afirmar seu lugar no campo literomusical brasileiro contemporâneo.

O segundo artigo de Alanna Freitas Santos, graduada em Design-Moda pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e mestranda em Linguística (UFC), e a

professora doutora Flávia Cristina Candido de Oliveira Carneiro, docente do curso de Letras da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) é intitulado "A refutação reativa contra a dúvida: interdiscursividade e argumentação em uma perspectiva enunciativa". Nesse trabalho, as autoras explicitam a noção de argumentação para a perspectiva teórica-metodológica enunciativa de Dominique Maingueneau, interpretando as relações interdiscursivas formuladas com teor argumentativo quanto ao discurso literomusical a partir dos investimentos cenográfico, ético, linguageiro e genérico no rap "Pra Quem Duvidou", da Quebrada *Queer*. O artigo aponta as relações interdiscursivas construídas no rap, principalmente com o discurso religioso, assumindo um caráter de contra-argumento, conforme investidas de cenas, corporeidades e linguajar.

O terceiro artigo é uma análise de infográficos de divulgação científica de postagens do *Instagram* e do X (antigo *Twitter*), com base no conceito de necroalgoritmização, demonstrando como algoritmos aparentemente neutros intensificam as exclusões de minorias sociais tais como população negra, mulheres e população LGBTQIA+. O trabalho constatou que o dispositivo legitima o sujeito divulgador da ciência sob uma problemática de influência, atuando como forma de denúncia social e de conscientização no combate à exclusão algorítmica. A pesquisa é intitulada "Necroalgoritmização em pauta: as estratégias argumentativas e a pluricodificidade do infográfico de divulgação científica", de autoria de Francisco Marques Sampaio, doutorando em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e professor efetivo da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (Seduc/CE).

O quarto artigo intitulado "Discurso de ódio em tese: argumentatividade como estratégia de persuasão na HQ Os Santos – uma tira de ~~humor~~ ódio" é de autoria de Georgia Carla Barreto Freire, mestre em Letras do Programa de Mestrado Profissional da Universidade Federal do Ceará (ProfLetras/UFC) e doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (PPGLing/UFC). O trabalho analisa a HQ "Os Santos – uma tira de ~~humor~~ ódio" como um dispositivo argumentativo multimodal, utilizando-se do recurso do humor como estratégia de persuasão e dramatização de hierarquias sociais que ratificam a desigualdade. Segundo a autora, a análise evidencia a mobilização de saberes de crença que naturalizam o racismo estrutural e outros preconceitos por meio da máscara do paternalismo burguês.

O quinto artigo é intitulado "A construção argumentativa no voto da ministra Cármen Lúcia sobre a ADPF 973 Vidas Negras" produzido por Lucas Lourenço Carvalho, mestrando em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC), e por Aurea Suely Zavam De Stefani, doutora pela Universidade Federal do Ceará (UFC) com pós-doutorado em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Ciências da Educação pela Universidade de Genebra (UNIGE), docente do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade

Federal do Ceará (UFC). Os autores analisam a construção argumentativa no voto da Ministra Cármen Lúcia em relação à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 973, popularmente conhecida como ADPF Vidas Negras. A importância desse estudo consiste em evidenciar como a organização textual e discursiva do voto contribui para a legitimação argumentativa da tese sobre a inconstitucionalidade dessa problemática, bem como para a ampliação do debate jurídico acerca do racismo estrutural no Brasil.

O sexto artigo é de Flávia Cristina Candido de Oliveira Carneiro, doutora em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e professora do curso de Letras da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), e de Maria Margarete Fernandes de Sousa, docente da Universidade Federal do Ceará (UFC) é intitulado "Análise textual-discursiva da argumentatividade e da natureza genérica do gênero textual "Senha do dia". O trabalho analisa a estrutura composicional do texto (do gênero "Senha do dia") por meio das categorias: textura (proposições enunciadas e períodos), sequência explicativa e plano de texto, orientação argumentativa e natureza genérica. Segundo as autoras, a "Senha do dia" é um gênero nativo digital com os parâmetros da modalidade pedagógica de dominância explicativa. A sequência textual explicativa é predominante com variações de uso de epígrafe e inserção de excertos de sequência textual narrativa.

Nesse contexto, agradecemos aos professores-pesquisadores, mestrandos e doutorandos do PPGLing/UFC que submeteram resultados de suas pesquisas, em forma de artigo, para a composição temática deste periódico. Ainda, agradecemos aos(às) professores(as) que se disponibilizaram em avaliar os artigos com competência, seriedade e diligência. Desejamos que essas investigações sirvam como fonte para novas pesquisas, propiciem debates e colaborem com os estudos conforme o escopo de nossa revista e dessa edição especial.

Flávia Cristina Candido de Oliveira Carneiro

REVISTA Linguagem em pauta

O PODER ENCANTATÓRIO DO RAP "LIÇÃO DE CASA": ARGUMENTAÇÃO E AUTOCONSTITUIÇÃO NO DISCURSO LITEROMUSICAL

THE ENCHANTING POWER OF THE RAP SONG "LIÇÃO DE CASA": ARGUMENTATION AND SELF-CONSTITUTION IN LITEROMUSICAL DISCOURSE

Luis Felipe Moura da Silveira [1]
Maria Margarete Fernandes de Sousa [2]

Resumo: O rap brasileiro configura-se como uma prática discursiva que ultrapassa o estatuto estético, constituindo-se como espaço de produção de sentidos, disputa simbólica e legitimação no campo literomusical. Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo analisar de que modo a redefinição reiterada do *rap* na canção "Lição de Casa", do grupo Inquérito, opera como dimensão do discurso, articulando argumentação e autoconstituição, fundamentando-se na Análise do Discurso de base enunciativa (Maingueneau, 1995, 2001, 2008, 2011, 2020), articulada à noção de discurso literomusical constituinte (Costa, 2012). Ainda, adota-se uma abordagem qualitativo-interpretativa, centrada na análise da materialidade verbal da canção, a partir das categorias de cena de enunciação, ethos discursivo e código linguageiro, consideradas de forma integrada à dimensão argumentativa. A análise evidencia que a fórmula anafórica "O Rap é..." funciona como operador discursivo de expansão semântica e mecanismo argumentativo que sustenta a autoconstituição do rap, deslocando-o de um gênero musical para uma prática ética, pedagógica e histórica. Observa-se que a cenografia pedagógica legitima o enunciador como sujeito coletivo e engajado, enquanto o ethos se ancora em uma genealogia de resistência que articula referências periféricas, intelectuais e históricas. O código linguageiro, por sua vez, mobiliza plurilinguismo interno e heterogeneidade discursiva, reforçando a inserção do rap no interdiscurso e sua pretensão de centralidade. Os resultados indicam que a argumentação não se apresenta como técnica persuasiva isolada, mas como dimensão constitutiva do próprio discurso, operando na articulação entre cenografia, ethos e linguagem. Desse modo, a canção não apenas define o rap, mas o institui simbolicamente como instância legítima de produção de sentido, capaz de orientar práticas, construir autoridade e afirmar seu lugar no campo literomusical brasileiro contemporâneo.

Palavras-chave: *rap*; argumentação; Análise do Discurso; discurso literomusical.

[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará (PPGLin/UFC) e membro do Grupo Discuta. Lattes: http://lattes.cnepq.br/0135803836318647. ORCiD: https://orcid.org/0009-0008-4654-3429. E-mail: felipesilveiraa08@gmail.com

[2] Pós-doutora em Linguística pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professora associada do curso de Letras e do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará (UFC). Lattes: http://lattes.cnpq.br/5233227719780998. ORCiD: https://orcid.org/0000-0002-4336-5486. E-mail: margareteufc@gmail.com

Abstract: Brazilian rap is configured as a discursive practice that goes beyond its aesthetic status, establishing itself as a space for the production of meaning, symbolic dispute, and legitimation within the literomusical field. In this context, this study aims to analyze how the reiterated redefinition of rap in the song "Lição de Casa," by the group Inquérito, operates as a dimension of discourse, articulating argumentation and self-constitution, grounded in Enunciative Discourse Analysis (Maingueneau, 1995, 2001, 2008, 2011, 2020), in conjunction with the notion of constitutive literomusical discourse (Costa, 2012). Furthermore, a qualitative-interpretive approach is adopted, centered on the analysis of the song's verbal materiality, based on the categories of scene of enunciation, discursive ethos, and language code, considered in an integrated manner with the argumentative dimension. The analysis shows that the anaphoric formula "Rap is…" functions as a discursive operator of semantic expansion and as an argumentative mechanism that sustains the self-constitution of rap, shifting it from a musical genre to an ethical, pedagogical, and historical practice. It is observed that the pedagogical scenography legitimizes the enunciator as a collective and engaged subject, while the ethos is anchored in a genealogy of resistance that articulates peripheral, intellectual, and historical references. The language code, in turn, mobilizes internal plurilingualism and discursive heterogeneity, reinforcing rap's insertion into interdiscourse and its claim to centrality. The results indicate that argumentation does not appear as an isolated persuasive technique, but as a constitutive dimension of discourse itself, operating through the articulation of scenography, ethos, and language. Thus, the song not only defines rap but also symbolically institutes it as a legitimate instance of meaning production, capable of guiding practices, constructing authority, and asserting its place in the contemporary Brazilian literomusical field.

Keywords: rap; argumentation; Discourse Analysis; literomusical discourse.

Introdução

Nas últimas décadas, o *rap* brasileiro consolidou-se como uma prática discursiva relevante no interior do campo literomusical, configurando-se não apenas como manifestação estética, mas como espaço de elaboração simbólica, disputa de sentidos e produção de legitimidade. Inserido em contextos historicamente marcados por desigualdade social e marginalização cultural, o *rap* desenvolveu um funcionamento discursivo que ultrapassa os limites da expressão artística e se projeta como forma de intervenção no espaço público. Nesse horizonte, o *rap* não apenas tematiza experiências sociais, mas se posiciona, institui cenas de enunciação e reivindica autoridade no interior do campo literomusical.

A canção "Lição de Casa" (ANEXO), do grupo Inquérito, constitui um exemplo desse processo. Organizada em torno da fórmula reiterativa "O Rap é…", a canção mobiliza uma série de redefinições que ampliam progressivamente o escopo semântico do termo "rap". Entretanto, essa redefinição não deve ser compreendida como mero procedimento estilístico ou descritivo. Ela integra um dispositivo discursivo mais amplo por meio do qual o rap se constitui como instância legítima de produção de sentidos.

Lançada em 2018, a canção "Lição de Casa" integra a produção do grupo Inquérito, coletivo de rap oriundo do interior paulista e reconhecido por sua atuação em projetos que articulam música, educação e intervenção social. Formado pelo rapper Renan Inquérito e colaboradores, o grupo consolidou-se no cenário do *rap* nacional por meio de composições que tematizam desigualdade social, cultura periférica, formação crítica e valorização de saberes historicamente marginalizados. Nesse contexto, "Lição de Casa" destaca-se por construir uma reflexão metadiscursiva sobre o próprio *rap*, associando-o a práticas educativas, experiências comunitárias e figuras históricas de resistência, aspecto que a torna particularmente relevante para os objetivos deste trabalho.

O problema que orienta este artigo pode ser formulado nos seguintes termos: de que modo a redefinição reiterada do rap em "Lição de Casa" opera como dimensão do discurso, articulando argumentação, cena enunciativa e autoconstituição no interior do campo literomusical?

Parte-se da hipótese de que a estrutura anafórica (Cavalcante, 2011) da canção organiza um dispositivo discursivo no qual a argumentação não se apresenta como técnica persuasiva isolada, mas como dimensão integrada à construção da cenografia, do ethos e do posicionamento do rap no interdiscurso. Ao redefinir reiteradamente o objeto "rap", o discurso não apenas sustenta uma tese implícita sobre sua relevância social, mas institui sua própria condição de discurso constituinte.

O referencial teórico mobilizado fundamenta-se na concepção de argumentação desenvolvida por Dominique Maingueneau (2011), para quem a argumentação não pode ser dissociada da cena de enunciação, do código linguageiro e do posicionamento discursivo. A argumentação, nessa perspectiva, integra o funcionamento global do discurso enquanto prática social situada (Maingueneau, 2011). Articula-se a essa concepção a noção de autoconstituição do discurso literomusical proposta por Costa (2012), segundo a qual determinadas práticas musicais formulam pretensões constituintes ao reivindicarem para si autoridade simbólica e eficácia social.

No que se refere aos procedimentos de análise, adota-se um percurso analítico orientado por categorias teóricas interdependentes, a saber: cenografia, ethos discursivo e código linguageiro, conforme proposto por Maingueneau (2008, 2020), articuladas à noção de autoconstituição do discurso literomusical, desenvolvida por Costa (2012). Esses procedimentos não são aplicados de forma linear ou

compartimentada, mas mobilizados de maneira integrada, uma vez que se compreende que tais dimensões constituem, conjuntamente, o funcionamento global do discurso.

Em um primeiro momento, realiza-se a descrição das cenografias, com o objetivo de identificar o modo como o discurso constrói seu espaço de legitimação e organiza a relação entre enunciador e coenunciador. Em seguida, procede-se à análise do ethos discursivo, buscando evidenciar como o enunciador constrói sua imagem de si por meio de posicionamentos, referências interdiscursivas e investimentos simbólicos que sustentam sua autoridade no interior do campo literomusical. Por fim, examina-se o código linguageiro, atentando para as escolhas lexicais, os registros, as marcas de oralidade e os efeitos de plurilinguismo, compreendidos como elementos que participam ativamente da legitimação do discurso.

Paralelamente a essas etapas, considera-se a dimensão argumentativa como constitutiva do próprio dispositivo enunciativo, e não como camada externa ao discurso. Assim, a análise busca evidenciar de que modo a estrutura anafórica que organiza a canção, particularmente a fórmula "O Rap é…", opera como mecanismo de expansão semântica e como procedimento argumentativo que sustenta a autoconstituição do *rap* enquanto prática discursiva legítima.

Dessa forma, o percurso metodológico adotado não se limita à identificação de recursos formais, mas visa compreender o funcionamento global do discurso em sua inserção histórica e interdiscursiva, evidenciando como, no interior da canção analisada, o *rap* se posiciona, se legitima e se institui como instância de produção de sentido.

Dessa maneira, esta investigação se propõe a contribuir para os estudos do discurso literomusical, ao evidenciar que a argumentação, longe de ser elemento acessório, constitui dimensão estruturante da prática do *rap*. Ao analisar "Lição de Casa" a partir da articulação entre cenografia, ethos, código linguageiro e suas relações com a dimensão autoconstitutiva, pretende-se demonstrar que o *rap*, enquanto prática discursiva, não apenas expressa experiências sociais, mas se institui como instância legítima de produção de sentido e de orientação coletiva no contexto literomusical brasileiro contemporâneo.

Argumentação e Análise do Discurso

Antes de discutir a argumentação, é importante esclarecer algumas noções que orientam esta análise. Nesta pesquisa, o discurso não é compreendido como simples conjunto de textos ou enunciados, mas como prática social historicamente situada que produz sentidos, posições de sujeito e formas de legitimação (Maingueneau, 2008). De modo semelhante, a noção de campo não é tomada em seu sentido corrente de área temática ou domínio de atuação, mas como espaço de relações, disputas e posicionamentos no interior do qual os discursos buscam reconhecimento e legitimidade. Assim, ao tratar do campo literomusical, considera-se o conjunto de práticas, agentes e discursos que participam da produção e circulação de sentidos vinculados à canção e às manifestações musicais.

A concepção de argumentação abordada aqui se situa no contexto do discurso literomusical. Por uma questão de foco, mas também de (pouco) espaço, a concepção que se apresenta concentra-se na perspectiva maingueneauniana, seguindo o curso das categorias analíticas segundo as quais foi analisado o discurso no *rap* anexo.

Para Maingueneau (2011), a argumentação não deve ser compreendida como camada externa acrescentada ao discurso, nem como estrutura lógica abstrata independente das condições de enunciação. Ao contrário, ela integra o próprio funcionamento discursivo. Todo discurso que se inscreve em um campo social precisa legitimar seu direito à palavra, construir um lugar de enunciação reconhecível e instaurar uma cena que autorize o dizer. É nesse nível que a argumentação opera. Segundo o autor,

> Não poderíamos, portanto, estabelecer o texto como um conteúdo independente das condições de sua enunciação, nem reduzir a argumentação ao estatuto de meio a serviço de uma persuasão. Em consonância com uma das ideias-chave das correntes pragmáticas, encaramos o texto não como um enunciado segmentável, mas como a pista de uma enunciação em que não podemos dissociar a organização dos conteúdos e a legitimação da cena enunciativa (Maingueneau, 2011, p. 85).

Essa concepção implica deslocamento teórico significativo. Em vez de buscar no texto cadeias formais de premissas e conclusões, a análise deve considerar o dispositivo enunciativo no qual o discurso se sustenta. Argumentar não é apenas defender explicitamente uma tese, é produzir um posicionamento no interior de um campo,

delimitar alianças, construir uma autoridade e instaurar uma cenografia que torne o dizer legítimo.

Segundo Maingueneau (2001), posicionar-se implica ancorar-se num espaço de conflito, remetendo a um gênero discursivo que não é apenas um veículo de conteúdo, mas um dispositivo comunicativo que integra enunciado e contexto. Assim, a validação do discurso pode ocorrer por meio de investimentos em *ethos*, cenografia, códigos linguageiros e outros elementos que estruturam a atividade enunciativa, reafirmando o discurso como um processo relacional entre sujeitos e suas condições históricas e sociais.

A cena de enunciação constitui elemento central desse processo. Nesse contexto, Maingueneau (2008) propõe três tipos de cenas enunciativas. A primeira, chamada cena englobante, refere-se ao tipo de discurso ao qual o texto pertence, como político, religioso ou literomusical. Já a cena genérica se relaciona ao gênero específico do discurso, definindo papéis distintos para o enunciador e o coenunciador, por exemplo, propaganda ou canção. Juntas, essas cenas configuram o quadro cênico do texto, estabelecendo seu espaço e gênero discursivo.

Entretanto, o leitor não interage diretamente com esse quadro cênico, mas sim com uma cenografia particular. Esse terceiro nível diz respeito à organização do próprio dispositivo de fala do texto, legitimado pela enunciação. A relação entre quadro cênico e cenografia é paradoxal: embora a cenografia seja legitimada pelo quadro cênico, é por meio dela que a própria enunciação vai sendo validada ao longo do discurso.

No caso do *rap*, a cena englobante pertence ao discurso literomusical, a cena genérica remete à canção enquanto gênero e a cenografia é construída no interior da letra, por meio da configuração de um enunciador, de um coenunciador e de uma situação de interlocução específica.

A argumentação articula essas dimensões. O discurso não apenas apresenta conteúdos; ele constrói as condições de sua própria enunciação. Ao fazê-lo, produz efeitos de legitimidade.

Já a noção de *ethos*, introduzida por Aristóteles em "Retórica" e ampliada por Maingueneau (2020). Maingueneau, em sua abordagem, enriquece essa noção ao introduzir o *ethos* discursivo, compreendido como um processo social e discursivo que molda a identidade e a credibilidade do sujeito enunciador. Este *ethos* vai além da vocalização, envolvendo representações culturais, físicas e psicológicas que se conectam

com a comunidade discursiva e com o contexto ideológico em que o discurso se insere. Logo, o *ethos* também valida o enunciador aos olhos da comunidade que representa, articulando elementos socioculturais e históricos, consolidando a identidade e a credibilidade do enunciador.

Outro elemento fundamental para análise do objeto é o código linguageiro, que se refere às escolhas de linguagem realizadas pelo enunciador para transmitir e validar sua mensagem dentro de um contexto específico, relacionando-se com as práticas e expectativas da comunidade discursiva. Para Maingueneau (1997), o investimento linguageiro não se restringe ao uso de palavras, mas abrange as variantes estilísticas, registros, gírias, plurilinguismo e outras construções que refletem e reforçam o *ethos* do enunciador. Esse investimento funciona como um mecanismo de legitimação do discurso, à medida que o enunciador se apropria de uma linguagem que estabelece uma conexão autêntica com seu público, reforçando a credibilidade do discurso e a identificação com as questões abordadas.

Ainda sobre o investimento linguageiro, Costa (2012) afirma que "escrever em uma língua implica valorizar determinada variedade linguística e, por tabela, valorizar o próprio texto" (Costa, 2012, p. 68). Nesse contexto, Maingueneau identifica dois aspectos fundamentais na "travessia da interlíngua": o plurilinguismo externo, que diz respeito à relação das obras com outras línguas, e o plurilinguismo interno, relacionado à diversidade existente dentro de uma mesma língua (Maingueneau, 1995, p. 104). Assim, o enunciador enfrenta tanto a pluralidade de idiomas quanto as variações internas, como dialetos, níveis e registros, integrando essas diferenças ao sentido da obra.

Contudo, de acordo com Costa (2012), os discursos constituintes, ao se vincularem a uma fonte legitimadora, investem em uma língua ou variedade linguística que define tanto a forma como o universo de sentido deve ser linguisticamente expresso quanto às possibilidades linguístico-enunciativas próprias a esse universo. Assim, o código linguístico adotado não apenas reflete uma escolha estilística, mas constitui um elemento fundamental para instaurar e legitimar os sentidos do discurso.

Assim, a argumentação integra o dispositivo cenográfico, ético, o código linguageiro e o interdiscurso. Ela não se reduz à persuasão explícita, ela estrutura o próprio modo de existir do discurso no campo.

Discurso literomusical e suas pretensões constituintes

Nesta seção, aborda-se o discurso literomusical a partir de sua inscrição no quadro teórico da Análise do Discurso de base enunciativa, com ênfase na noção de discursos constituintes proposta por Maingueneau (2008) e desenvolvida, no contexto brasileiro, por Costa (2012). Busca-se compreender em que medida as produções literomusicais, particularmente o rap, não apenas circulam como práticas estéticas, mas se instituem como instâncias capazes de produzir legitimidade, fundar valores e orientar práticas sociais. Para isso, a discussão concentra-se na articulação entre autoconstituição, interdiscurso e investimentos, destacando os modos pelos quais o *rap* reivindica autoridade e constrói sua própria relevância no interior do campo literomusical.

De acordo com Maingueneau (2008), discursos constituintes são produções discursivas que não reconhecem a autoridade de outros discursos, afirmando sua própria supremacia. Embora esses discursos interajam uns com os outros, eles negam ou subordinam essas interações a seus próprios princípios. O autor observa que "é da essência dos discursos constituintes rejeitar essa interação ou submeter-se apenas aos seus próprios princípios" (Maingueneau, 2008, p. 37). Esses discursos desempenham um papel fundamental na criação simbólica dentro de uma sociedade.

Outros aspectos também definem os discursos constituintes, como a capacidade de atribuir significado aos atos da coletividade, validando diversos gêneros e formas de pensamento. Esses discursos também têm a particularidade de se auto definirem no contexto do interdiscurso, sendo os únicos que podem tematizar sua própria constituição. Tanto a autoconstituição quanto a heteroconstituição desses discursos estão vinculadas a uma fonte legitimadora. Além disso, apresentam múltiplos posicionamentos, que podem ser mais ou menos complexos. Segundo o próprio autor,

> Esses discursos são, portanto, dotados de um estatuto singular: zonas de fala entre outras e falas que se pretendem superiores a todas as outras. Discursos-limite, situados num limite, e que se ocupam do limite, eles devem gerir em termos textuais os paradoxos que seu estatuto implica. Com eles, são formuladas em toda a sua acuidade as questões relativas ao carisma, à Encarnação, à delegação do absoluto: a fim de autorizar-se por si mesmos, eles devem se propor como ligados a uma fonte legitimadora. São a um só tempo autoconstituintes e heteroconstituintes, duas faces que se pressupõem mutuamente: só um discurso que se constitui ao tematizar sua própria constituição pode desempenhar um papel constituinte com relação a outros discursos (Maingueneau, 2008, p. 61).

Entre os discursos que apresentam essa característica de serem constituintes estão o Discurso Jurídico, o Discurso Literário, o Discurso Filosófico, o Discurso Religioso e o Discurso Científico. Apesar de cada um ter suas particularidades, compartilham dessas características, que ajudam a definir a natureza constitutiva de outros discursos no âmbito do interdiscurso.

Com base nas ideias de Maingueneau, Costa (2012) define o discurso literomusical brasileiro como um tipo de discurso constituinte, uma vez que sua configuração linguístico-discursiva emerge de uma comunidade discursiva específica. Essa comunidade gera e dissemina posturas que a identificam e a distinguem de outras práticas discursivas, legitimando comportamentos coletivos e expressando modos de pensar e sentir, especialmente por meio das canções, que Costa descreve como "nós de uma intrincada configuração interdiscursiva" (Costa, 2012, p. 10).

A teoria de Costa (2012) é sustentada por algumas premissas. A primeira é que os discursos constituintes variam entre sociedades, ainda que algumas compartilhem conceitos fundamentais, e também se alteram conforme o contexto histórico. A segunda premissa é que, embora o discurso das canções esteja sempre relacionado ao discurso literário da poesia, o baixo índice de letramento no Brasil limita o impacto que o discurso literário poderia ter como constituinte. Em contraste, em países europeus com índices de letramento mais altos, esse papel constitutivo é mais evidente. Dessa forma, Costa procura demonstrar a presença de um discurso literomusical constituinte no Brasil, embora essa mesma estrutura não se manifeste necessariamente em outras partes do mundo.

Dentro da Música Popular Brasileira (MPB), observa-se uma diversidade de posicionamentos que compõem um espaço marcado pela heterogeneidade, com relações de concorrência, aliança e repetição entre eles. Costa (2012) categoriza esses posicionamentos, identificando como eles se agrupam de acordo com diferentes identidades. Ele descreve cinco formas de marcação identitária: movimentos estético-ideológicos (como a Bossa Nova, o Tropicalismo e a Canção de Protesto); agrupamentos regionais (por exemplo, mineiros, cearenses e baianos); grupos baseados em temáticas (como os catingueiros, românticos e mangue beat); grupos ligados a gêneros musicais (forrozeiros, sambistas, chorões); e grupos definidos por valores ligados à tradição (como o Pop, MPB moderna e MPB tradicional).

Na tese de Costa (2012), as canções analisadas abrangem o período de 1958 a

2001, mas não incluem o rap, gênero que ganhou destaque nos anos 1990. Essa ausência é compreensível devido à natureza do *rap*, frequentemente descrito como "canto falado", o que provoca debates sobre sua classificação como canção. Segundo Tatit (2004), o *rap* rompe com as convenções melódicas tradicionais ao priorizar o ritmo e a palavra, enquanto reduz ou elimina as durações vocálicas, aproximando-se mais da fala que do canto convencional. Apesar disso, com base na tipologia de Costa (2012), o *rap* poderia ser inserido nos valores relacionados à tradição e ao posicionamento da canção pop. Esse gênero apresenta um caráter inovador ao abordar questões sociais e culturais por meio de sua estética distinta.

Desse modo, um aspecto fundamental dos discursos constituintes para este trabalho é a autoconstituição, que ocorre quando o discurso afirma sua relevância e legitima sua própria prática. Ela pode assumir forma passional, enfatizando o poder encantatório da música, ou forma reflexiva, por meio de argumentação que sustenta sua importância histórica e social.

Essa autoconstituição não se realiza à margem da argumentação. Ao contrário, ela depende de procedimentos discursivos que consolidam o posicionamento do gênero no interior do interdiscurso. No caso do *rap*, cuja legitimidade foi historicamente disputada no campo literomusical brasileiro, a autoconstituição assume relevância particular. O gênero precisa continuamente afirmar seu direito à palavra e sua centralidade. É nesse cenário que a articulação entre argumentação e autoconstituição se torna decisiva.

Nesse contexto, a autoconstituição ocorre quando a própria prática literomusical afirma sua relevância, sua necessidade e sua eficácia. O discurso não apenas fala de um objeto externo; ele fala de si enquanto prática e reivindica autoridade. Como colocado por Costa (2012),

> Identificaremos essa pretensão nos momentos em que a canção trata de si própria e/ou da prática discursiva da qual ela faz parte. Distinguiremos dois modos principais dessa atividade metadiscursiva: a decantação do poder encantatório da canção (do canto ou da dança) e a argumentação enfatizando o valor da prática lítero-musical ou de elementos dela. O primeiro consiste na consideração de que a canção é capaz de agir irresistivelmente sobre os indivíduos (corpo e mente) e sobre a realidade; a segunda consiste na indicação da importância da atividade cancionista para os indivíduos ou para a sociedade. Um é passional e místico, o outro é racional e reflexivo (Costa, 2012, p. 354).

Tais movimentos configuram uma pretensão constituinte, pois o discurso se apresenta como capaz de fundar valores e orientar práticas. No interior desse campo, o rap precisa afirmar sua legitimidade. Ao fazê-lo, recorre frequentemente a estratégias

argumentativas que ampliam sua definição e o associam a práticas históricas de resistência. Trata-se de estratégia que participa de sua pretensão constituinte. Costa (2012) reconhece que elementos como o mercado cultural, a atuação da mídia e as influências estrangeiras exercem impacto na constituição dessas listas no interior dos discursos paramusicais. No entanto, o autor enfatiza que o aspecto central reside no caráter autoconstituinte desse *archéion*, que se atualiza continuamente nas produções literomusicais, sobretudo quando os autores prestam tributo a figuras consideradas relevantes para sua prática discursiva, contribuindo para a consolidação de seus arquienunciadores. Esse processo envolve ainda um movimento de legitimação recíproca, na medida em que tais figuras, quando vivas, também validam a inserção desses autores no campo (Costa, 2012, p. 346).

Assim, ao reivindicar filiação a figuras históricas, movimentos sociais e tradições culturais, o rap constrói uma genealogia que sustenta sua pretensão constituinte. Ele se apresenta não como moda passageira, mas como continuidade histórica de uma prática de enfrentamento e conscientização.

Análise da canção "Lição de Casa"

A canção "Lição de Casa", do grupo Inquérito, organiza-se discursivamente a partir de um gesto definidor reiterado: a fórmula anafórica "O Rap é…". À primeira vista, trata-se de uma sequência de enunciados descritivos que parecem apenas enumerar atributos do gênero. No entanto, à luz da concepção de Maingueneau (2011), essa estrutura não pode ser compreendida como simples enumeração cumulativa ou como recurso retórico ornamental. Trata-se de um dispositivo argumentativo integrado à cena de enunciação, ao *ethos* e ao código linguageiro, por meio do qual o rap se posiciona, delimita fronteiras e se autolegitima no interior do campo literomusical.

Cada ocorrência da fórmula "O Rap é…" não apenas acrescenta uma nova informação ao conceito, mas realiza um gesto performativo de constituição. Ao afirmar, por exemplo, "O Rap é a comunidade enchendo a laje", o enunciador desloca o termo "rap" do domínio estritamente literomusical para o domínio da experiência coletiva e da construção material da vida periférica. O *rap* deixa de designar um gênero artístico e passa a significar uma prática social concreta. Do mesmo modo, quando se afirma "O Rap é Milton Santos, é Paulo Freire, é escola", o texto promove uma ampliação categorial que

inscreve o gênero no campo do pensamento crítico e da formação intelectual. Assim, a anáfora O Rap é... não é redundância: é mecanismo de expansão semântica progressiva com teor argumentativo que sustenta uma tese implícita, a de que o *rap* constitui instância ética, pedagógica e histórica.

Essa redefinição reiterada opera como dimensão do discurso. Não se trata de convencer por meio de premissas explícitas, mas de construir um espaço de legitimidade no qual o *rap* aparece como indispensável. A argumentação está integrada ao próprio discurso: ela se manifesta na cenografia instaurada, no *ethos* projetado e nas escolhas linguageiras que materializam o posicionamento do gênero no interdiscurso.

Das cenas enunciativas

No plano da cena englobante, a canção inscreve-se no discurso literomusical brasileiro contemporâneo (Costa, 2012), particularmente no interior da tradição do *rap* nacional. Esse espaço não é neutro: trata-se de um campo historicamente marcado por disputas simbólicas, em que o rap precisou afirmar sua legitimidade frente a instituições culturais hegemônicas. A cena englobante, portanto, já pressupõe um espaço de conflito. O discurso emerge de um lugar socialmente tensionado, no qual afirmar o que é o *rap* implica também disputar o direito de defini-lo.

No plano da cena genérica, "Lição de Casa" pertence ao gênero canção, mais especificamente ao *rap*, cuja centralidade da palavra, densidade referencial e ênfase rítmica produzem uma relação particular entre enunciador e coenunciador, como define Camargos (2015). O *rap*, enquanto gênero, favorece a construção de um enunciador que assume postura crítica e pedagógica (Pimentel, 2025). Essa expectativa genérica é confirmada pela própria organização textual da canção, que não se estrutura em torno de narrativa linear, mas de redefinições sucessivas, como se cada verso acrescentasse uma camada de sentido ao conceito de *rap* (É uma chave / um escudo / uma espada).

Entretanto, é na cenografia que o funcionamento argumentativo se explicita com maior intensidade. O título "Lição de Casa" instaura uma cena pedagógica. O enunciador assume o lugar daquele que ensina, que transmite saber legitimado pela experiência. O coenunciador é convocado a ocupar a posição de aprendiz, alguém que precisa compreender o verdadeiro significado do rap. Essa configuração cenográfica autoriza o gesto definidor reiterado. Quando o texto afirma "Hey, quer saber o que é Rap puro? / A

escola ocupada pelos alunos!", ele dramatiza explicitamente essa relação didática: o enunciador antecipa a dúvida do interlocutor e responde com definição exemplar.

A relação entre quadro cênico e cenografia manifesta um paradoxo: embora a cenografia seja legitimada pelo gênero canção, é por meio dela que a própria enunciação se valida. O *rap*, cuja legitimidade foi historicamente questionada, constrói aqui uma cena na qual ele próprio se apresenta como instância formadora. O gesto pedagógico não é apenas temático, ele é estruturante. Ao ensinar o que o *rap* é, o discurso se autoriza como fonte de conhecimento e, simultaneamente, institui o rap como objeto digno de ser aprendido.

Do investimento ético

O *ethos* construído na canção é coletivo, engajado e historicamente ancorado. O enunciador não fala como indivíduo isolado, mas como representante de uma comunidade discursiva que compartilha experiências de marginalização, resistência e formação crítica. Nesse sentido, a voz que se enuncia assume estatuto de voz de autoridade, uma vez que se ancora em vivências socialmente reconhecíveis e em uma memória coletiva que sustenta seu direito à palavra.

Quando o texto afirma "Marighella, Mandela, Guevara, Dandara, Zumbi / Foram Rap antes do Rap existir", ele realiza operação genealógica que amplia o campo simbólico do gênero. Ao associar o *rap* a figuras históricas de resistência e emancipação, o discurso constrói uma linhagem que legitima sua autoridade do discurso. Não se trata de mera homenagem. Trata-se de inscrever o *rap* em uma tradição de luta, conferindo-lhe densidade histórica. O *ethos* do enunciador torna-se herdeiro dessa tradição. Ele fala como continuador de um legado.

Esse movimento se intensifica quando a canção menciona "Milton Santos" e "Paulo Freire" (O Rap é Milton Santos, é Paulo Freire, é escola / Tem uns que estuda e outros que só cola). Ao associar o *rap* a pensadores reconhecidos no campo acadêmico e educacional, o discurso promove cruzamento entre o saber popular e o saber institucionalizado. O *ethos* projetado é o de um sujeito capaz de transitar entre periferia e universidade, entre oralidade e teoria crítica. Essa articulação reforça a credibilidade do enunciador, que se apresenta como mediador entre diferentes esferas do saber.

Além disso, ao afirmar "E quando uma palavra salva um moleque / Uns chamam de conselhos, eu chamo de Rap", o discurso intensifica essa construção de autoridade ao atribuir à palavra cantada uma função formadora. O enunciador assume a posição de orientador ético, cuja fala não apenas descreve a realidade, mas intervém nela. Trata-se de uma voz que aconselha, alerta e orienta, aproximando-se de figuras socialmente investidas de autoridade simbólica, como o educador ou o guia comunitário. Essa posição reforça a legitimidade do enunciador, que se apresenta como alguém autorizado a dizer e a influenciar condutas.

Do código linguageiro

O funcionamento argumentativo da canção sustenta-se também no código linguageiro mobilizado. A letra articula registro coloquial, marcas de oralidade e referências culturais diversas, como em "É um carrinho de dog que virou food truck" ou "Improvisa com pouco dentro da geladeira". Ao trocar a expressão "carrinho de dog" por "food truck", percebe-se a tendência ou imposição que se vê hoje em "sofisticar" as práticas sociais ("dog", inclusive, já é uma versão modernizada do "cachorro [quente]"). É mais bonito e mais chique ter um "food truck" do que "um carrinho de dog", mesmo que se continue "improvisando com um pouco dentro da geladeira", realidade dura da periferia em geral. Essas escolhas linguísticas ancoram o discurso na experiência cotidiana da periferia, reforçando a identificação com a comunidade discursiva que reconhece tais expressões como legítimas dessa realidade.

Ao mesmo tempo, a presença de nomes próprios como "Galileu", "Milton Santos"[3], "Paulo Freire" ou "Wu Tan Clan"[4] evidencia travessia da interlíngua e do interdiscurso. O enunciador mobiliza referências de diferentes campos, científico, acadêmico, musical internacional, respectivamente, integrando-as à tessitura do rap. Essa heterogeneidade configura plurilinguismo interno, no qual diferentes registros e universos simbólicos (como do discurso científico e literomusical) convivem no mesmo enunciado.

Esse investimento linguageiro não é neutro. Costa (2012) observa que o discurso literomusical pode apresentar interdiscursividades com diferentes tipos de discurso. Tendo isso em mente, ao valorizar determinadas variedades e referências, o enunciador

[3] Milton Santos foi um geógrafo brasileiro de destaque internacional, reconhecido por suas contribuições à análise crítica do espaço geográfico.
[4] O Wu-Tang Clan é um grupo de rap norte-americano formado na década de 1990.

atribui estatuto simbólico à linguagem da periferia e a inscreve em diálogo com saberes científicos. O *rap*, assim, se posiciona como discurso capaz de articular múltiplos mundos a partir de uma linguagem própria. Nesse contexto, o código linguageiro materializa o posicionamento do gênero como prática que emerge das margens, mas que reivindica centralidade.

Poder encantatório e autoconstituição

Nos termos de Costa (2012), a autoconstituição pode assumir forma passional ou reflexiva. Em "Lição de Casa", ambas se articulam de modo estratégico. A dimensão reflexiva manifesta-se na redefinição reiterada do *rap* como instrumento social, orientado simultaneamente à formação subjetiva e à intervenção no mundo social, sobretudo no contexto periférico. Cabe ainda observar que as metáforas mobilizadas na canção não são compreendidas aqui como meros ornamentos estilísticos. Na perspectiva discursiva, elas participam da produção de sentidos e da construção de posicionamentos, permitindo que determinados objetos sejam concebidos a partir de outros domínios de experiência. Assim, quando o *rap* é associado a imagens como "chave", "escudo", "espada" ou "bússola", tais formulações não apenas embelezam o discurso, mas contribuem para constituir argumentativamente sua identidade e sua relevância social.

Cada metáfora acrescenta uma função específica que, em conjunto, delimita o campo de atuação do *rap*: a chave abre caminhos antes interditados, o escudo protege contra violências materiais e simbólicas, a espada permite o enfrentamento dessas violências, a lâmpada ilumina zonas de opacidade social, a escada projeta possibilidades de ascensão, a bússola orienta trajetórias em contextos de desorientação e o despertador convoca à consciência crítica. Esse conjunto metafórico constrói o *rap* como prática multifuncional indispensável à constituição ética, política e identitária de sujeitos periféricos, ao mesmo tempo em que o posiciona como instrumento de contestação das estruturas sociais excludentes.

Já a dimensão passional se articula diretamente com a construção de autoridade discursiva. Ao atribuir ao *rap* a capacidade de "salvar", o enunciador se posiciona como mediador de um saber legítimo, aproximando-se de figuras de autoridade simbólica que tradicionalmente ocupam o lugar de orientação moral e formação de consciência, como

o professor, o líder comunitário ou mesmo o guia espiritual. Assim, o *rap* passa a disputar esse lugar de autoridade, reivindicando para si a legitimidade de orientar, ensinar e transformar. O "encantamento", portanto, não é apenas efeito estético, mas um mecanismo de legitimação discursiva que sustenta esse poder do *rap*.

Desse modo, "Lição de Casa" exemplifica o funcionamento do discurso literomusical como discurso com pretensões constituintes. A argumentação integra cenografia, *ethos* e código linguageiro em um elemento no qual o *rap* não apenas se expressa, mas se institui. A redefinição reiterada promovida pela fórmula "O Rap é..." realiza movimento performativo que amplia progressivamente o conceito até transformá-lo em categoria ética e histórica. Esse processo ocorre na medida em que cada enunciado não apenas descreve o rap, mas contribui para produzi-lo como prática social dotada de função, valor e legitimidade.

Ao final, observa-se que a canção constrói o *rap* como uma instância capaz de fundar valores, orientar práticas e produzir consciência crítica, especialmente em contextos marcados pela desigualdade. Trata-se, portanto, de um discurso que, ao se autodefinir, institui também um horizonte de ação e de existência para seus interlocutores, consolidando sua pretensão de atuar como força constituinte no interior do campo social.

Considerações Finais

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permitiu demonstrar que a canção "Lição de Casa", do grupo Inquérito, constitui um exemplo expressivo do modo como o *rap* brasileiro funciona discursivamente no interior do campo literomusical, articulando argumentação, cena de enunciação, *ethos*, código linguageiro e posicionamento interdiscursivo em um mesmo dispositivo enunciativo. Partiu-se da hipótese de que a fórmula reiterativa "O Rap é..." não se restringe a um recurso estilístico ou a uma estratégia retórica, apenas, mas organiza um funcionamento discursivo por meio do qual o *rap* se autoconstitui enquanto prática legítima e dotada de autoridade simbólica. A partir da concepção de argumentação em Dominique Maingueneau (2011), compreendida não como técnica persuasiva isolada, tornou-se possível evidenciar que a canção não apenas afirma algo sobre o *rap*, mas institui as condições de sua própria legitimidade no interior do interdiscurso.

Ao considerar as cenas de enunciação, observou-se que a canção se inscreve na cena englobante do discurso literomusical, assume a cena genérica da canção e constrói uma cenografia específica marcada por um enunciador que se apresenta como sujeito coletivo, pedagógico e engajado, interpelando um coenunciador convocado a reconhecer o valor social do *rap*. Essa cenografia estrutura a autoridade do dizer. O enunciador fala de um lugar legitimado pela experiência periférica, pela memória histórica de resistência e pela associação a figuras consagradas do pensamento crítico e da cultura popular. Assim, a argumentação se materializa na própria encenação do discurso, que constrói um espaço de interlocução no qual o rap aparece como instância de orientação ética e política.

No plano ético, evidenciou-se que a canção produz uma imagem de enunciador comprometido com a transformação social, capaz de transitar entre referências eruditas e experiências cotidianas. Esse *ethos* não é meramente individual, mas coletivo e histórico: ele se ancora em genealogias que associam o *rap* a figuras como líderes revolucionários, educadores e artistas populares, promovendo uma ampliação categorial que desloca o gênero de um recorte estritamente literomusical para uma dimensão ética e trans-histórica. Ao afirmar que determinadas figuras "foram rap antes do rap existir", o discurso não apenas recorre a metáforas, ele institui uma linhagem simbólica que reforça sua pretensão constituinte. O *rap* passa a ser concebido como continuidade de práticas de resistência, o que consolida sua autoridade no interior do campo literomusical.

O investimento no código linguageiro revelou-se igualmente central para esse processo. A oscilação entre registros coloquiais, referências acadêmicas, nomes próprios da cultura popular e expressões do cotidiano periférico configura um plurilinguismo interno que participa ativamente da legitimação do discurso. Não se trata apenas de escolha estilística, mas de posicionamento. Ao mobilizar diferentes variedades da língua e atravessar fronteiras simbólicas entre o erudito e o popular, o enunciador constrói uma identidade discursiva coerente com o *ethos* do *rap* enquanto prática que emerge da periferia, mas dialoga com múltiplas esferas do saber. Esse investimento linguageiro sustenta a credibilidade do discurso e reforça sua inserção no interdiscurso, ampliando o campo de pertencimento do gênero.

No que diz respeito à autoconstituição, a canção exemplifica de forma contundente os dois movimentos descritos por Costa (2012): a argumentação que

enfatiza o valor da prática literomusical e a decantação de seu poder. Ao atribuir ao *rap* funções como "chave", "escudo", "espada", "lâmpada", "bússola" e "despertador", o texto constrói um argumento cumulativo acerca de sua eficácia social, apresentando-o como instrumento de acesso, proteção, enfrentamento, esclarecimento e orientação. Trata-se de uma autoconstituição reflexiva, na qual o discurso afirma explicitamente sua relevância histórica e pedagógica. Ao mesmo tempo, quando sugere que "uma palavra salva um moleque", a canção também toca a dimensão passional do poder encantatório da palavra, reforçando a ideia de que o *rap* não apenas representa a realidade, mas age sobre ela.

Embora a análise tenha privilegiado os mecanismos de autoconstituição do *rap* enquanto prática discursiva, observa-se que esse movimento ocorre articulado à representação de processos de transformação social. As sucessivas redefinições do *rap* não apenas ampliam seu escopo semântico, mas também evidenciam experiências de mobilidade social, formação educacional e resistência cultural. Nesse sentido, a autoconstituição do rap e a representação das transformações sociais não constituem movimentos excludentes, mas dimensões complementares do funcionamento discursivo da canção.

Dessa forma, conclui-se que, em "Lição de Casa", a argumentação opera como dimensão estruturante do discurso, integrando-se à cenografia, ao *ethos* e ao código linguageiro na consolidação do posicionamento do *rap* no interior do campo literomusical brasileiro. A redefinição reiterada promovida pela fórmula "O Rap é..." funciona como operador performativo que institui o objeto que nomeia, ampliando progressivamente seu escopo semântico até transformá-lo em categoria ética e histórica. Ao fazê-lo, o discurso não apenas descreve o *rap*, mas o funda simbolicamente como instância capaz de produzir sentido, orientar práticas e disputar legitimidade no espaço público. Assim, a análise confirma que a autoconstituição do discurso literomusical, longe de ocorrer à margem da argumentação, realiza-se por meio dela, evidenciando que o *rap*, enquanto prática discursiva, afirma seu direito à palavra ao mesmo tempo em que constrói as condições de sua própria autoridade.

Referências

CAMARGOS, Roberto. **Rap e política**: percepções da vida social brasileira. Boitempo Editorial, 2015.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Referenciação**: sobre coisas ditas e não ditas. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

COSTA, Nelson Barros da. **Música popular brasileira, linguagem e sociedade**: analisando o discurso literomusical brasileiro. Curitiba: Appris, 2012.

INQUÉRITO, Lição de Casa - Participação Tulipa Ruiz. Produção: DJ Duh. YouTube, 9 mar. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bfx7OXyqXhM. Acesso em: 20 fev. 2026.

MAINGUENEAU, Dominique. Argumentação e Análise do Discurso: reflexões a partir da segunda Provincial. Tradução de Eduardo Lopes Piris; Moisés Olímpio Ferreira. **Análise de Discurso**: teorizações e métodos. São Carlos: Pedro & João Editores, p. 69-86, 2011.

MAINGUENEAU, Dominique. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da enunciação**. (Org.). Sírio Possenti, Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. **Variações sobre o ethos**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2020.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Tradução de Freda Indursky. Campinas: Ed. da Unicamp/Pontes, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. **O contexto da obra literária**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

PIMENTEL, Spensy. **O livro vermelho do Hip-Hop**: 1995 remasterizado 2025. São Paulo: Autonomia Literária & GLAC Edições, 2025.

TATIT, Luiz. **O século da canção**. Ateliê Editorial, 2004.

ANEXO A - LETRA DO RAP "LIÇÃO DE CASA"

Lição de Casa (Part. Tulipa Ruiz)
Inquérito

O Rap é a comunidade enchendo a laje
É ir no cinema ver um filme e tá lá o Sabotage
É quando um moleque da Fundação contraria
Quem diria, ganha um concurso de poesia

O Rap é Halls preto não é bala de Tutti Frutti
É um carrinho de dog que virou food truck
A caneta do GOG, a agulha do KL Jay
Os pés do Nelsão, as mãos dos Gêmeos no spray

Hey, quer saber o que é Rap puro?
A escola ocupada pelos aluno!
Mariguela, Mandela, Guevara, Dandara, Zumbi
Foram Rap antes do Rap existir

Aí, um texto do Ferréz, um samba do Adoniram
São Rap tanto quanto qualquer som do Wu Tan Clan
E as tia que leva sopão pros mendigo
É Rap até umas hora, mais que os MC umbigo

É uma chave, um escudo, uma espada
Uma lâmpada, um colete, uma escada
Uma bússola, um despertador
É uma chave, um escudo, uma espada
Uma lâmpada, um colete, uma escada
Uma bússola, um despertador

O Rap é tipo Galileu e a sua teoria
Provou que o mundo não é certo
Ele é periferia
Sarau da Cooperifa em plena Zona Sul
Resgatando mais gente do que o Samu

O Rap é Milton Santos, é Paulo Freire, é escola
Tem uns que estuda e outros que só cola
É família que vira freestylera
Improvisa com pouco dentro da geladeira

Um pivetinho ouvindo Racionais com 11 anos
A força de uma senhora se alfabetizando
Era tão Rap subir no telhado e conseguir
Virar a antena até pegar Yo MTV

Dina Di, Carolina de Jesus, Jorge Ben
Bezerra da Silva e Mussum foram Rap também
E quando uma palavra salva um moleque
Uns chamam de conselhos, eu chamo de Rap

É uma chave, um escudo, uma espada
Uma lâmpada, um colete, uma escada
Uma bússola, um despertador
É uma chave, um escudo, uma espada
Uma lâmpada, um colete, uma escada
Uma bússola, um despertador

REVISTA Linguagem em pauta

A REFUTAÇÃO REATIVA CONTRA A DÚVIDA: INTERDISCURSIVIDADE E ARGUMENTAÇÃO EM UMA PERSPECTIVA ENUNCIATIVA

THE REACTIVE REFUTATION AGAINST DOUBT: INTERDISCURSIVITY AND ARGUMENTATION FROM AN ENUNCIATIVE PERSPECTIVE

Alanna Freitas Santos[1]
Flávia Cristina Candido de Oliveira-Carneiro[2]

Resumo: O presente trabalho busca explicitar a noção de argumentação para a perspectiva teórica-metodológica enunciativa de Dominique Maingueneau (2010) e apreendê-la em relação à interdiscursividade. Apontamos inicialmente as noções de interdiscurso, em seu sentido forte, da autoridade dos discursos constituintes e as relações interdiscursivas. Por conseguinte, evidenciamos como erige-se o caráter argumentativo em um texto, para o autor, apontando como este não é dado ou constitutivo, mas sim investido ao longo da construção do enunciado situado. De tal modo, a partir de uma análise qualitativa e interpretativa, baseando-se na AD de base enunciativa, interpretamos as relações interdiscursivas que são formuladas com teor argumentativo quanto ao discurso literomusical a partir dos investimentos cenográfico, ético, linguageiro e genérico no rap "Pra Quem Duvidou" (2018), da Quebrada Queer. Relacionamos ainda as noções dos discursos constituintes ao *rap* investigado. Os resultados apontam que as relações interdiscursivas que são construídas no rap, principalmente com o discurso religioso, assumem um caráter de contra-argumento, e estas ocorrem de tal forma devido a como são investidas as cenas, corporeidades e linguajar.

Palavras-chave: interdiscursividade; argumentação; discursos constituintes; discurso literomusical; Quebrada Queer.

Abstract: This work seeks to elucidate the notion of argumentation from the enunciative theoretical-methodological perspective of Dominique Maingueneau (2010) and to understand it in relation to interdiscursivity. We initially point out the notions of interdiscourse, in its strong sense, the authority of constituent discourses and interdiscursive relations. Consequently, we highlight how the argumentative character is constructed in a text, according to the author, pointing out that this is not given or constitutive, but rather invested throughout the construction of the situated utterance. Thus,

[1] Graduada em Design-Moda pela Universidade Federal do Ceará (UFC), mestranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin/UFC) pela mesma universidade e integrante do grupo de pesquisa Discurso, Cotidiano e Práticas Culturais – Grupo Discuta. Professora substituta do Instituto Interdisciplinar de Sociedade, Cultura e Artes (IISCA), do curso de Design, na Universidade Federal do Cariri (UFCA). Lattes: http://lattes.cnpq.br/7223706516411405. ORCiD: https://orcid.org/0009-0008-1041-3868. E-mail: alanna.freitassa@gmail.com.
[2] Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora adjunta do curso de Letras da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Lattes: http://lattes.cnpq.br/7559406749195234. ORCiD: https://orcid.org/0000-0003-3993-0697. E-mail: flavia_candido@uvanet.br.

from a qualitative and interpretative analysis, based on enunciative-based Discourse Analysis, we interpret the interdiscursive relations that are formulated with argumentative content regarding the literary-musical discourse based on the scenographic, ethical, linguistic and generic investments in the rap "Pra Quem Duvidou" (2018), by Quebrada Queer. We also relate the notions of self-constituing discourses to the rap song under investigation. The results indicate that the interdiscursive relationships constructed in rap, especially with religious discourse, take on a counter-argumentative character, and these occur in this way due to how scenes, corporealities and language are invested.

Keywords: interdiscursivity; argumentation; self-constituing discourses; literary-musical discourse; Quebrada Queer.

Introdução

A primazia do interdiscurso é um dos conceitos basilares para a Análise do Discurso de base enunciativa, que toma como princípio os postulados de Maingueneau (2008). A partir de tal noção, faz-se essencial apreender as práticas discursivas e seus funcionamentos por intermédio das relações que atravessam os discursos, visto que, é posto em evidência pelo autor a heterogeneidade, o dialogismo e as relações discursivas que formam o interdiscurso sob a "unidade" de cada discurso. Portanto, para o autor, é no interdiscurso que se constroem as identidades discursivas, repleto de confluências, divergências e tomadas de posições, não tratando os discursos como zonas homogêneas.

Contudo, podemos citar uma área privilegiada nesse âmbito que são os discursos constituintes. Estes se colocam como discursos privilegiados por apresentarem zonas de falas últimas e construírem sua constituência, assim como agem sobre outros discursos. Tal posição que assumem e seu modo de legitimação lhe garantem certa autoridade sobre outros discursos, podendo ser percebido também com o discurso literomusical por suas pretensões constituintes, como defende Costa (2018).

De tal modo, compreendendo a anterioridade do interdiscurso aos discursos e como os enunciados também podem evidenciar tais atravessamentos interdiscursivos de variadas maneiras, em sua noção fraca. O ato de recorrer a outro discurso pode se fazer perceptível pelo *ethos* investido, pela cena criada, pela linguagem utilizada, pelos gestos etc. Logo, o vínculo entre dois discursos pode ocorrer de modo a vangloriar ou criticar o discurso retomado, utilizando deste investimento para legitimar seu enunciado.

E é nessa relação de construção do enunciado, em um gênero específico, com uma cena, *ethos*, código linguageiro erigidos e tomando a interdiscursividade como ponto de

concordância ou discordância, que pode ocorrer a relação entre a interdiscursividade e argumentação. Para Maingueneau (2011), a argumentação surge como um recurso em que se investe, como algo que é construído junto à situação de enunciação e não de modo evidente no texto, que possibilite de alguma maneira desvendar "sua" estrutura. Assim, a interdiscursividade pode formular, a depender de cada investimento e do contexto, um recurso argumentativo ao longo do enunciado ou em sequências deste, ancorando-se positiva ou negativamente no discurso remetido.

De tal maneira, como fundamentação teórico-metodológica, o presente estudo se baseia no trabalho de Dominique Maingueneau (1995, 2006, 2007, 2008, 2010, 2011, 2020, 2025), seguindo as noções da Análise do Discurso (doravante AD) Enunciativa e a pesquisa de Costa (2018) no que concerne ao discurso literomusical brasileiro e suas pretensões constituintes. Para isso, iniciamos tratando da noção forte do interdiscurso, compreendendo sua primazia nos estudos maingueneaunianos e a autoridade que os discursos constituintes assumem; em sequência, abordamos o discurso literomusical e a categorização das relações interdiscursivas entre discursos; finalizando a teoria, o enfoque parte para como Maingueneau compreende a argumentação em produções discursivas. Analisamos o *rap* "Pra Quem Duvidou" (2018), de Quebrada Queer cujo objetivo central foi conceber como a articulação dos investimentos cenográfico, ético, linguageiro e genérico, junto à interdiscursividade, fomentaram a emergência de um teor argumentativo na canção. Ademais, salientamos ainda as características primordiais dos discursos constituintes em relação ao *rap* analisado.

O interdiscurso: a autoridade dos discursos constituintes

Dentre as diferentes fases que a AD percorreu, tomando posições distintas a cada etapa em relação aos funcionamentos discursivos, alinhado com as ideias do primado do Outro da terceira fase, Maingueneau (2008) articula sobre a primazia do interdiscurso, sob influência das noções de dialogismo, formulado por Bakthin e o Círculo, assim como pelo conceito de heterogeneidade constitutiva, cunhado por Authier-Revuz (1990), e os postulados sobre intertextualidade. A partir do exposto, o interdiscurso é pensado por Maingueneau (2008) como anterior a suposta "unidade" homogênea de cada discurso. O autor defende que os discursos se interpelam, se atravessam e se confrontam constantemente, fazendo com que sejam heterogêneos e se constituam uns nos outros,

de tal modo, o que se sobressai nessa dinamicidade é a relação interdiscursiva entre os discursos.

Logo, os efeitos de sentidos ocasionados pelos discursos são formados por posições tomadas no universo discursivo. Estas se aproximam ou se distanciam de certos posicionamentos e são impactadas pelas interações interdiscursivas causadas nesse processo de construir uma identidade discursiva. Para didatizar sobre o funcionamento do interdiscurso, Maingueneau (2008) julga profícuo subdividi-lo em três categorias: o universo discursivo, o campo discursivo e o espaço discursivo. O universo, já mencionado, abarca todo o conjunto de formações e produções discursivas, que são finitas, mas impossíveis de assimilar seu tamanho. Já os campos, são conjuntos de produções que demarcam uma região no universo e é caracterizado pela existência de diferentes posicionamentos. Por fim, os espaços discursivos são sub-regiões determinadas pelo analista, que, com base na pesquisa, coloca-os em evidência.

Em meio ao universo discursivo, foi percebido um espaço compartilhado entre cinco tipos de discursos que apresentavam, entre eles, particularidades quanto aos seus funcionamentos. O conceito dos discursos constituintes é apresentado inicialmente na revista *Langages* de número 117, em texto de Maingueneau e Cossuta (1995), onde se nota essa região do interdiscurso assumindo determinados privilégios quanto aos outros tipos de discurso, gerando uma relação hierárquica. Isso ocorre devido ao fato de que os discursos constituintes abarcam o literário, religioso, jurídico, filosófico e científico, e estes agem como zonas de falas últimas que se supõem acima de outras falas.

Dentre as características que definem os discursos constituintes, destaca-se a propriedade de tematizarem suas próprias condições de emergência, o que evidencia, em uma relação dialética e retroativa, o fato de esses discursos validarem sua posição no interdiscurso, se estabelecendo como legítimos. Desse modo, ao constituir-se, tais discursos também apresentam o caráter de construir as formas e estruturas de organização textual e discursiva dos enunciados que irão ser fabricados, e, consequentemente, fabricá-los (Maingueneau, 2010).

Por conseguinte, vinculando-se à prática de tematizarem sua própria constituência, os discursos constituintes assumem o papel de serem auto e heteroconstituintes. Eles são tidos como autoconstituintes, pois somente cada um deles pode legitimar a sua própria enunciação, sem recorrer a outras fontes. Estes ainda

detêm o teor de heteroconstituência, visto que, somente um discurso que se formula autorizando a própria fala e validando as regras de sua constituição pode atuar como constituinte de um outro discurso, agindo sobre ele de modo hierárquico. Isso não impede que estes discursos sejam atravessados por outros, ou até mesmo por constituintes, pois em meio ao interdiscurso todos estão sendo atravessados pelas diversas vozes (Maingueneau, 2010).

Os discursos constituintes ainda assumem um *archéion,* isto é, um corpo de enunciadores consagrados e o estabelecimento de uma memória para si e coletiva, compartilhada socialmente. Por fim, cada um desses discursos realiza e a formulação de suas falas como últimas ocorre devido a eles recorrerem à uma fonte legitimante. O Absoluto ou a Origem corresponde à autoridade que cada discurso invoca para validar seus enunciados, estes que são legitimados pela fonte à qual recorrem, mas que são os próprios enunciados que constroem o Absoluto. A Musa, a Razão, Deus ou Deuses, a Justiça e a Verdade, são as fontes dos discursos constituintes supracitados, eles atuam como falas últimas que possibilitam validar as instituições e suas falas, mas são erigidos pelo discurso que os constroem, tornando perceptível a agência dos discursos constituintes na construção de sua própria constituência (Maingueneau, 2010).

O discurso literomusical

A partir dos postulados de Maingueneau (1995, 2010) referente aos discursos constituintes, Costa (2018) propõe articular as particularidades do discurso literomusical brasileiro para pensá-lo enquanto pertencente do conjunto dos discursos constituintes. Dentre as particularidades sobreditas que são compartilhadas entre os discursos constituintes, é perceptível a determinação da constituência por motivações de duas ordens, uma estrutural e uma pragmática. A estrutural abarca o próprio funcionamento de cada discurso. Já a pragmática concerne ao plano de ação que faz valer as pretensões do discurso. Por causa da relação mais fluída da ordem pragmática permite com que possamos compreender a constituência como uma construção ou um processo, em que não há discursos constituintes em si, mas que passam por etapas de constituição a depender de como funcionam em suas sociedades.

No aspecto sobredito se encaixa o discurso literomusical, visto que, na sociedade brasileira, este é um funcionamento que evidencia pretensões constituintes devido às

singularidades que compartilha com os discursos constituintes e por ser uma prática que está se estabelecendo enquanto tal. Em seu livro, Costa (2018) aponta as condições do discurso literomusical, nomeia por exemplo a pretensão auto e heteroconstituinte. A autoconstituinte toma a cena quando a canção – gênero privilegiado do discurso – em seu decorrer menciona sobre si ou alguma prática cancionista, genérica ou discursiva. Isso pode ocorrer de modo a explicitar sobre o poder que a prática exerce de encantar, através do som, da dança ou da voz, como também a capacidade da canção de argumentar, enfatizando seu próprio valor ou das práticas em geral. O aspecto heteroconstituinte é evidenciado nas situações em que apresenta a capacidade do discurso literomusical de influenciar em outras práticas e comportamentos da sociedade, tratando de momentos históricos, questões sociais e interpretando fatos.

O *archéion* literomusical é construído principalmente a partir de práticas de validação dos arquienunciadores do discurso literomusical. Tal referência pode ocorrer através de menções elogiosas, homenagens explícitas, intertextualidades ou gestos enunciativos que englobam também textos secundários que circulam o discurso literomusical, como práticas que comentam, divulgam, classificam, criticam etc. a canção. Quanto à fonte legitimante do discurso literomusical, temos duas, a Energia e a Expressividade. A Energia é tida como o Absoluto que se manifesta na materialidade da própria canção, tornando tanto o intérprete como o produtor como propagadores de energia, sendo gerada pelo cantar, pelos instrumentos, aparelhos em geral, que constroem as ondas sonoras que impactam quem ouve e sente as ditas vibrações, sustentando o canto, a dança, a criação etc. A Expressividade acontece em relação à potencialidade de expressão do gênero canção em comparação a outros gêneros, fazendo com que se exprima através dela coisas que não seriam comuns a outras práticas discursivas. Tal aspecto da expressividade tende a ser perceptível também em poemas, a habilidade se manifestar de um modo único por meio deles sobre diversos temas.

As relações interdiscursivas

Na esteira do pensamento bakhtiniano, as relações interdiscursivas, em sua noção fraca (entre discursos e não na precedência sobre a noção de unidade do discurso) comportam as situações em que os enunciados promovem vínculos a outros

sistemas discursivos presentes no interdiscurso. O funcionamento da interdiscursividade ocorre de modo a convocar ou "dar" voz às práticas que são externas à cena englobante a que o enunciado pertence. Diferentemente de como ocorre com a intertextualidade em que a relação entre texto-fonte e texto-fim é marcada pela tomada textual, no processo interdiscursivo a associação entre discursos pode ocorrer por diferentes intermédios, como pelo *ethos,* modos de dizer, investimento genérico, alguma encenação, expressões cristalizadas etc. (Costa, 2018).

De tal modo, o ato de reportar a temas, gestos e registros discursivos ou linguísticos de outras esferas fomenta a interdiscursividade. Sendo assim, para apreender as formas em que as relações interdiscursivas podem se apresentar, Costa (2018) esquematizou uma tabela inspirada nos esquemas dos mecanismos intertextuais desenvolvidos por Piégay-Gross (1996):

Quadro 1: Relações Interdiscursivas

<table>
<tr><td rowspan="7">Relações interdiscursivas</td><td rowspan="2">Relações de co-presença</td><td>Referência</td><td rowspan="7">Cenografia validada; ethos; códigos de linguagem gêneros etc.</td></tr>
<tr><td>Alusão</td></tr>
<tr><td rowspan="2">Relações de imitação</td><td>Captativa</td></tr>
<tr><td>Subversiva</td></tr>
<tr><td rowspan="3">Interdiscursividade lexical</td><td>Metáfora</td></tr>
<tr><td>Polissemia</td></tr>
<tr><td>Argumentação</td></tr>
</table>

Fonte: Costa (2018, p. 51).

Iniciando pelas relações de co-presença, elas denotam a participação de marcas de outros discursos seja por referência ou por alusão. Quando é por referência, ela ocorre em situações nas quais o enunciado representa, refere-se ou descreve um enunciado de outra formação discursiva. A alusão vai remeter a outro discurso, utilizando-se de recursos que dispensem a menção de personagens, autores, obras ou até a reportação de trechos. Seu foco recai em aludir outra produção discursiva, utilizando algum termo ou linguagem específica, aproveitando-se do jogo de palavras.

Nas relações de imitação, ocorre a representação de um outro discurso, podendo ser captativa ou subversiva. Em relações captativas o enunciado busca mimetizar cenas, *ethos,* códigos de outros discursos para inserir no seu de modo a concordar e legitimar o seu discurso. O oposto se dá nas relações subversivas, em que há a representação, mas

de modo parodiado, com intuito de criticar e validar seu ponto pela alteridade com o discurso imitado.

Por fim, Costa (2018) ainda postula sobre o fenômeno da interdiscursividade lexical, situação em que ocorre a relação entre discursos quando incidem e são empregadas através da palavra. Mesmo com as relações interdiscursivas se formando na dimensão enunciativa, elas podem evocar a uma outra realidade enunciativa por intermédio do léxico. A remissão a outros discursos pode ocorrer por polissemia, metáfora e argumentação. No entanto, mesmo que seja uma instância lexical, faz-se necessário pensar na articulação do termo de forma discursiva e dialógica, concebendo como ocorre um confronto de vozes entre esferas discursivas diferentes e, a partir desse emprego, torna-se possível associar as duas realidades discursivas.

Argumentação na ótica enunciativa

Apreender e relacionar argumentação junto a correntes de Análise do Discurso pode se apresentar como um desafio, tendo em vista a heterogeneidade e instabilidade do campo dos estudos discursivos. Apresentando suas diversas correntes, pressupostos teórico-metodológicas e disciplinas, os trabalhos que tomam por base a AD buscam compreender, essencialmente, o vínculo vigente entre a estruturação dos textos com os lugares sociais em que estes foram produzidos e, consequentemente, que estes produzem.

Para consecução de tal objetivo, analistas do discurso intuem compreender essa imbricação da produção textual com suas instituições por intermédio de um dispositivo de comunicação. Quanto às teorias da argumentação, o foco central da análise jaz na natureza e encadeamento dos argumentos formulados, assim como a associação destes com o auditório ao qual se busca convencer. A *priori*, pode soar que as disciplinas supracitadas agem de modo autônomo e isolado, no entanto, este não é o caso, elas podem tomar como considerações as perspectivas alheias, contudo, é preciso fazê-las pelo conhecimento das confluências e divergências entre as áreas. Desse modo, para articular noções de alguma outra disciplina é necessário partir do lugar que é assumido pelo analista e mobilizar os recursos de outrem em favor dos pressupostos apoiados (Maingueneau, 2007).

Apesar de não ser foco de seus trabalhos, é possível recuperar momentos em que Maingueneau (1991, 2011) disserta sobre a argumentação pensada no viés da Análise do Discurso Enunciativa, cuja corrente que é fundada a partir de seus postulados. Inicialmente, o autor levanta o questionamento referente à possibilidade de haver uma dimensão argumentativa no conjunto de enunciados. Esta que poderia ser pensada de forma direta ou indireta e ao ser direta apresentaria o que compreendemos pela sequência argumentativa. (Maingueneau, 1991 *apud* Amossy, 2016). Essa noção de dimensão argumentativa, inclusive, se assemelha aos postulados de Ruth Amossy (2016, 2018). Contudo, o autor não revive o conceito de argumentação de tal forma, logo, em sua visão atual, ele se distancia da ideia da argumentação como uma dimensão constitutiva do discurso. Retomaremos as confluências e divergências entre tais trabalhos.

Somente em 2011, o autor traz à tona novamente tal conceito, indo em oposição à análise realizada por Ducrot (1971) da segunda Provincial. Situando o pensamento de Ducrot, introduzido junto a Anscombre nos estudos linguísticos a partir de uma corrente entendida como Argumentação na Língua, linha pragmático-semântica, que tinha por intuito maior demonstrar o sentido dos enunciados determinados pela orientação argumentativa. Logo, Amossy (2016) aponta que para o autor, a argumentação é um elemento constitutivo da língua.

Desse modo, ao analisar a argumentação da segunda Provincial, escrita por Pascal (1963) que abarca a posição dos dominicanos quanto à noção da "graça suficiente" para ir de encontro ao divino. Essa expressão é o motor da análise de Ducrot (1971), que interpreta o raciocínio do autor da Provincial a partir de um formalismo de cálculo dos predicados, aponta que Pascal havia cometido um erro na leitura que fizera, visto que este interpreta o termo "suficiente" seguindo uma noção matemática e não a linguagem ordinária. Diferentemente de Ducrot (1971), que aponta a escolha de Pascal como erro lógico, Maingueneau (2011) busca compreender o porquê e como esse possível "deslize" quanto aos sentidos do termo suficiente tenham funcionado para argumentar aquilo que era defendido. A partir de tal exposição, Maingueneau (2011) começa a defender quais os pontos de vinculação entre argumentação e a Análise do Discurso.

Para Maingueneau (2011), o objetivo do analista do discurso, ao trabalhar com argumentação, não deve se associar o enunciado uma trama argumentativa que seja vista como a "estrutura profunda" do texto. Sendo necessário, portanto, não utilizar

grades propostas pelas teorias da argumentação que supõe extrair "a" estrutura do texto, possibilitando sua interpretação. O papel do analista do discurso reside em relacionar os processos de validação do enunciado a um gênero discursivo que é situado sócio-historicamente, compreendendo a dinamicidade de seu funcionamento discursivo, que mobiliza diversos parâmetros e ocasiona diferentes efeitos de sentidos.

Logo, faz-se compreensível a oposição de Maingueneau à noção de argumentação de Ducrot (1971), pois o intuito principal para corrente enunciativa não é tratar das estratégias argumentativas como etapas que são visadas para gerarem teses que seriam independentes, uma vez que, aplicar alguma grade argumentativa para análise e ver o quanto ela "funciona" não é suficiente. O questionamento que deve ser levantado é o motivo pelo qual ela funciona e o que isso nos apresenta sobre o acontecimento que constitui o texto. Portanto, o que para Ducrot (1971) foi tido como um erro quanto às posições de Pascal, Maingueneau as vê como relacionáveis à sua estrutura sócio-histórica (Maingueneau, 2011).

De tal modo, a argumentação, em postulados mangueneaunianos, não deve ser antes considerada como presente no texto pronta para ser destrinchada, mas sempre se deve encaminhá-la ao dispositivo comunicativo que a possibilita ser constituída. Assim, para o autor, deve ser pensado nos investimentos que possibilitaram construir os sentidos de convencimento e persuasão que são comuns às produções proeminentemente argumentativas. Segundo Maingueneau (2011), o recurso argumentativo utilizado por Pascal é bem-sucedido devido à identificação que este gera para seu leitor, o que ocorre devido ao investimento cenográfico (enunciador, coenunciador, topografia e cronografia), ético (de homem de bom senso) e linguageiro (ao utilizar uma linguagem de não especialista).

Por conseguinte, para o autor, a argumentação não é uma dimensão constitutiva do discurso e nem da língua, mas sim construída e investida na situação de enunciação junto ao dispositivo de comunicação, que, pelo encaminhar da cena, pela imagem reconstruída do locutor e pelo investimento linguageiro fomentam um recurso argumentativo capaz de convencer o coenunciador.

Como supracitado, para Amossy (2016), a argumentação é vista como uma dimensão constituinte do discurso, visto que ela participa dele do mesmo modo que outros elementos, como a enunciação, o ato de assumir por um falante ou o dialogismo. Contudo, Maingueneau (2011) diverge dessa noção constitutiva, algo que até parecia

concordar em primeiro momento na publicação de 1991, visto que, apesar de ser uma vertente da Análise do Discurso, o autor não concorda que possa ser algo que se apresenta em todo tipo de discurso, mas que sim é construído. Em confluência com a noção proposta por Paveau (2010), da quebra da ordem dialógica para certos regimes enunciativos, como a tatuagem, e referendado pelo autor, ao trabalhar com os enunciados aderentes, compreende-se que existem formas não-comunicativas da enunciação, em que o locutor e destinatário se encontram desconectados, e em momentos até ausentes da enunciação. Portanto, tendo em vista estes regimes nos quais as noções globalizantes, como o dialogismo, não se aplicam, entende-se que a argumentação também não assume um lugar constitutivo, pois depende da interação com o outro e de um sujeito estratégico, que assume esse enunciado, algo a que Maingueneau (2025) também se opõe.

Diante do exposto, pela ótica da AD enunciativa, não é possível apreender e interpretar um enunciado separado de suas condições de enunciação, muito menos compreender a argumentação como um estatuto que está a serviço do convencimento, em uma relação de um meio para determinado fim. Devemos encarar o texto como um acontecimento em que não tratamos de forma independente a organização conteudística e a legitimação da cena enunciativa. Apesar de haver produções, como as Provinciais, que apresentam uma estrutura demonstrativa persuasiva, ocorre a tentação de isolar tais encadeamentos e seguimentos tidos como argumentativos e tratá-los como núcleo do enunciado. No entanto, para Maingueneau (2011), não se deve definir a trama argumentativa de um texto sem que se considere como o estatuto do funcionamento discursivo, do gênero e dos investimentos, implicam em sua enunciação.

Cenografia, ethos e código linguageiro

Como sobredito, a construção da argumentação ocorre por meio dos investimentos, e estes não atuam somente como suportes para que os recursos argumentativos atinjam seu objetivo, mas aparecem na enunciação como forças que articulam a argumentação. O investimento cenográfico abrange o desenrolar do enunciado que é construído através de cenários pelos quais o discurso caminha. Por meio da cenografia conseguimos categorizar quatro elementos que são seus componentes: enunciador, coenunciador, topografia e cronografia. Portanto, a

cenografia é responsável por integrar os papéis do eu e do tu, situando a cena construída em um lugar e um tempo, possibilitando assim que o destinatário compreenda o enunciado fundamentalmente pela "encenação" erigida no texto (Maingueneau, 2006).

Quanto ao conceito de *ethos,* influenciado pela retórica e aplicado à noção de discursividade, Maingueneau (2020) descreve tal investimento como uma formulação do destinatário, que reconstrói uma representação do locutor, em que o próprio locutor busca, de certo modo, controlar a imagem construída devido à maneira como é dito e não essencialmente pelo que é dito. Desse tal forma, é criada uma "voz" para o enunciado que se relaciona a um "corpo enunciante". Para tratar da pluraridade de manifestações do *ethos,* o autor propõe algumas categorizações que são relacionadas, a categorial, a experiencial e a ideológica. A dimensão categorial abrange tanto os papéis relacionados ao ato de fala, como narrador ou pastor, ou a papéis sociais diversos, mãe, garçom, sendo tratados como discursivo e extradiscursivo, respectivamente. A dimensão experiencial demarca relações estereotípicas quanto à posição sociopsicológica, como amoroso, agressivo, leal etc. Por fim, a dimensão ideológica se refere a posicionamentos em diferentes campos discursivos, como no literário (naturalista, romântico...), político (esquerda, conservador...).

Partindo para o investimento em um código linguageiro, Maingueneau (2006) aponta que no processo de criação o autor não simplesmente escreve na língua que melhor lhe convém ou na sua língua materna, mas ele gere pela interlíngua a língua na qual a obra vai investir. Logo, o código utilizado não pode ser compreendido como uma estrutura exterior ao processo de criação, mas sim, como um investimento construído por meio de entrosamentos com a língua que possibilita erigir a obra. Desse modo, não há uma dicotomia entre o enunciado e uma língua supostamente neutra, pois é pelas relações e formas de uso tidas na interlíngua que confrontam o autor que gera tal fenômeno. Assim, o escritor investe em sua obra um código linguageiro que lhe é próprio e que permite a existência desse evento enunciativo.

Procedimentos metodológicos

Fundamentando-nos nos postulados teórico-metodológicos de Maingueneau (2010) e Costa (2018), tendo em vista as noções supracitadas e o objeto a ser analisado, o *rap* "Pra Quem Duvidou" (2018), de Quebrada Queer, esta pesquisa assume uma

abordagem qualitativo-interpretativa, ao buscar apreender, na canção, a articulação dos funcionamentos discursivos e efeitos de sentido ocasionados pela relação entre a interdiscursividade e a argumentação. Para consecução de tal objetivo, investigamos os investimentos cenográfico, ético e linguageiro no *rap,* evidenciando as cenas em que estes são evocados de modo imbricado com a interdiscursividade, atuando em conjunto como um recurso argumentativo. Debruçamo-nos ainda sobre as características dos discursos constituintes e o investimento genérico. Portanto, busca-se apreender, de tal modo, os sentidos manifestados pela/na canção, interpretados por intermédio das categorias apontadas, que denotam como são investidas as sequências argumentativas.

O grupo Quebrada Queer formado pelos *rappers* Murillo, Guigo, Tchelo, Boombeat e Harlley, incluindo também a produtora musical Apuke, compõem uma *Cypher* gay, como chamam em suas produções. *Cypher* é um termo para as sessões colaborativas de *rap* em que trocam os *rappers* a cada verso, como é feito neste e em outros *raps* do grupo. Com primeiro *rap* lançado em 2018, com título homônimo ao nome do coletivo, o grupo o teve um alto alcance de visibilidade entre a comunidade LGBTQIA+ pelas temáticas abordadas em suas rimas, as denúncias que são feitas e por serem a primeira *Cypher* do Brasil composta somente por pessoas *queer*.

O nome do grupo faz remissão ao termo anglo-saxão *queer* que se refere, atualmente, a um termo que abrange identidades de gênero e sexuais que destoam da ordem cisheteronormativa[3] importa socialmente. Ademais, atrelam a tal noção uma relação topográfica, expondo o caráter marginal e periférico de onde o grupo vem, da "Quebrada", gíria que se refere às comunidades urbanas marginais. O *rap* que lançam em sequência, "Pra Quem Duvidou" (2018), surge em tom de resposta tanto para o contexto sócio-político conservador que se erigia neste período, assim como para a cena do hip-hop, colocando em pauta questões de aceitabilidade, respeito e violência. A escolha por este *rap* em específico se deu pelas relações interdiscursivas denotadas, em primeiro momento, com o discurso religioso. Dessa maneira, nos sustentamos na hipótese de que o teor de refutação "pra" quem tenha duvidado do coletivo seja construído ao longo das encenações, das corporeidades e do código investido em vínculo à interdiscursividade, promovendo períodos argumentativos ao longo do *rap*.

[3] Cisheteronorma é um termo que se refere às ordens e expectativas impostas socialmente quanto às noções de identidade de gênero e orientação sexual que implicam uma norma cisgênero e heterossexual a ser seguida.

O contra-ataque: análise do *rap* "Pra Quem Duvidou"

O segundo *rap* lançado pelo coletivo Quebrada Queer, "Pra Quem Duvidou" (2018)[4], segue uma estrutura de denúncia e desabafo contra as violências sofridas pela comunidade LGBTQIA+ no meio do hip-hop e na sociedade em geral. A letra do *rap* expõe encenações que escancaram a hipocrisia da discriminação contra grupos minoritários, essa que assume tanto o caráter de preconceito velado, por meio de violência subentendida ("Vários olho torto"), até o ataque inscrito na pele que se torna fatal ("filho da puta assassino de trava").

Iniciamos pela apreensão do título do *rap*, "Pra Quem Duvidou", nele já podemos perceber uma relação construída com o coenunciador. A expressão age como uma resposta que se opõem a uma indagação prévia, tendo os apontamentos a serem feitos pela encenação erigida ao longo do *rap* direcionados "pra" esse outro que é indefinido, contudo, coletivo e conhecido o suficiente para incitar no enunciador a necessidade de se impor e revidar as ofensas e humilhações sofridas por esse outro que representa "quem" for que tenha questionado a validade e legitimidade do enunciador e de sua produção. De tal maneira, logo de partida, pelo título que nomeia a canção, é instaurada uma relação argumentativa que se atrela à cenografia devido ao modo como a expressão "Pra Quem Duvidou" atue como um aviso ao coenunciador de uma réplica porvir.

[4] "Puxei um pra abrir a mente, me faço presente / Mais respeito pra falar das bicha / Conserve seus dente / Nóis chega com as rima no pente / Pra ficar ciente / Réu inocentado na condenação dos crente / Tô de rolê na quebrada / Com as bicha bolada / Vários olho torto / Mas nem pega nada / Nóis já tá blindada / E até armada / Porque respeito tá sendo conversa fiada // Segura emoção, que hoje cês vão rodar / Pediram pra pegar mais leve / Pra não incomodar / Verdades sejam ditas, e hoje eu vim pra questionar / Mas não atravessa a pista / Que eu não hesito em pisar / Dona da empresa Close e agora eu me firmei / Chamam de bíblia os versos / Da primeira cypher gay / Guigo virou papisa / Hoje eu me canonizei! / Diva do rap? Irônico que / Agora eu virei rei // Disseram que eu sou brabo nas rima / E é claro, cês pira / Mas no dia a dia me oprime / E é mó covardia / Dizendo que opinião quando é homofobia! / (Não fode) ameaçam de morte os meus / Quando foi que tudo se perdeu? / Percebe como é contraditório aqueles que matam em nome de Deus? // Me chamaram de louco / E me imploraram pra parar / Me queimam na estaca / Mesmo sem saber rezar / E ainda com a crítica / Trouxeram caviar / Escrevo com sangue seus nomes / Pra amanhã cobrar! // Tchelo vem pesado pronto pra tumultuar (yeal) / Cheio de deboche quero mais é incomodar (vrau) / Com a mente amolada / E a língua afiada / Aqui são 6 facadas perfurando sua escrotidão (ai) / Me achou ofensivo, então eu só lamento / Vem sentir na minha pele o que diariamente é o meu tormento / Aqui não apavora, não! / Nas mana não encosta, não! / Olha essa situação pra gente agora cê perde cifrão / Favela sinistra / Na madrugada filho da puta assassino de trava / Se nóis te ver nem tenta correr / Que seja no inferno nóis acha você! Cuzão! / Ficou passada? Então / Aprende a fazer carão / Pois só lhes restarão ver nossa dominação! Vrau // Eles reduzem as notas / Eu canto e ele chora / No meu fone aflora / Lembro da volta pra escola / Gay / O que passo eu sei / Hoje ele implora / Play play play / No meu som e eu sei que ele toca / Pode me trazer flores na porta / Guarda esse amendoim que faz mal pra mim / Eu sou light, vegana não encosta! / Good good money is very good / Foda-se skr / Quero ver meu progresso / Pro meu pai um teto / E um green on the beach tô the moon / Ces são tudo igual / E eu tô cansado igual / Macho coça pau / Se achando uau / Pensa que é o tal / Cérebro sem sal / Quer biscoito / Toma uau uau uau / Cês falam muito e não dão nada pra mim / Falam demais e não dão nada pra mim / Esperam meu fim / Mas não é assim / Eu não vou rodar / Nossa união fez força / Quero ver quebrar / Se emocionou com o meu pai mas é tua irmã que sofre / Não contestou a atitude escrota do teu parça / Riu da minha cara mas olha onde eu tô / Onde tu sempre sonhou, mas tu desacreditou / Cada verso eu canto além do palco, descalço, no asfalto / Aprende o que é ser rua numa que não seja / A sua / Mirando no peito do seu preconceito / Aprende o que é rap depois bate no peito / Se não soma some, que se foda seu vulgo ou nome, não pago pau pra nenhum homem, vai vendo / Pode pá que não tô perdendo / Quem fecha, quem força e quem quer meu dinheiro // Cês falam muito e não dão nada pra mim / Falam demais e não dão nada pra mim / Esperam meu fim / Mas não é assim / Eu não vou rodar / Nossa união fez força / Quero ver quebrar // Minas gritam hey, monas gritam ho / Pra quem duvidou, quebrada chega / Pra te incomodar / Bicha no jeito de ser / Bicha no jeito de andar / Se isso incomoda você / Vim pra incomodar / Q-q-quebrada // Minas gritam hey, monas gritam ho / Pra quem duvidou, quebrada chega / Pra te incomodar / Bicha no jeito de ser / Bicha no jeito de andar / Se isso incomoda você / Vim pra incomodar / Q-q-quebrada".

Nesse sentido, a construção cenográfica da canção erige-se logo na primeira estrofe, pois o *rap* já demarca uma disposição de contra-ataque: "Puxei um pra abrir a mente, me faço presente / Mais respeito pra falar das bicha / Conserve seus dente". O enunciador, se mostra "presente" na situação e evidencia ter fumado um cigarro de maconha para "abrir a mente". Assim, este se prepara para batalhar contra quem discorda dos valores que serão postos a seguir. Em seguida, é posta a relação dialogal plurivocal, como ensina Costa (2022), que é construída no decorrer da cenografia, cujo tipo de estrutura ocorre quando há uma relação de diálogo denotada entre enunciadores. Nesse caso, podemos pontuar que há a relação entre enunciadores (que irão, no decorrer do *rap*, se intitular enquanto grupo e se citar em certos momentos), que trocam de vozes e posições, contudo, eles não dialogam entre si, mas todos estes falam para um mesmo coenunciador, que é apenas marcado por meio de termos dêiticos. No caso, o enunciador é demarcado pelos pronomes "eu" (elíptico), "me" e "nóis" e o coenunciador pelo pronome possesivo "seus". Logo, é reivindicado respeito pelas "bicha" sendo intuído o modo como este outro profere falas insolentes contra esse grupo marginalizado. No mais, esses indivíduos homossexuais que foram e são socialmente denominados como bicha de forma derrogatória tem o termo ressignificado (Paveau, 2021) pelo emprego do enunciador a favor deste grupo, utilizando-o enquanto uma subversão do lugar enunciativo que o insulto ocupa. E, ademais, caso o coenunciador não aceite a sugestão, a resposta será violenta e física ("Conserve seus dentes").

Nos versos que seguem ("Nóis chega com as rima no pente / Pra ficar ciente / Réu inocentado na condenação dos crente") a relação de aviso permanece, tendo o enunciador enfatizando a própria atividade de fala de modo metagenérico (Costa, 2022), falando da rima enquanto a faz, denotando ainda seu preparo prévio, pois chega já com os versos "no pente". Diante disso, o *rap* aponta uma crítica que se relaciona interdiscursivamente com dois discursos, o jurídico e o religioso. Com o primeiro discurso a relação é construída pela captação, encenando os papéis sociodiscursivos que ocorrem no juizado. A interdiscursividade com o religioso, que se atrela à encenação prévia, é no intuito de subversão dos valores que tendem a ser defendidos, expondo o julgamento que ocorre por parte de integrantes da religião judaico-cristã que desculpabilizam aqueles que comentem crimes contra a comunidade LGBTQIA+.

Na segunda estrofe, a tematização de resposta direcionada para o coenunciador se mantém. Este parece não ser um "outro" qualquer, mas ora é voltado para o público ouvinte de *rap* e integrante da cena do hip-hop, e ora um Outro, representando a sociedade que segue tais pensamentos preconceituosos descritos ao longo do *rap*. A interdiscursividade com o discurso religioso, agora católico, repete-se nos seguintes versos: ""Dona da empresa Close e agora eu me firmei / Chamam de bíblia os versos / Da primeira cypher gay / Guigo virou papisa / Hoje eu me canonizei!". Ocorre um processo de imitação captativa junto a uma metadiscursividade, visto que a bíblia a qual está sendo referida são os versos produzidos pela Quebrada Queer, pela *cypher* gay. De tal modo, ao se firmar nesse espaço com autonomia, podendo dar seu "close", o enunciador aponta como os versos do grupo são tidos sagrados. Além de citar a própria produção, o enunciador também fala de si como tendo virado papisa e ele mesmo ter tido o poder se "autocanonizar", legitimando tanto seu trabalho como a si próprio.

A denúncia contra a violência sofrida pela comunidade LGBTQIA+ retorna na terceira estrofe: "Disseram que eu sou brabo nas rima / E é claro, cês pira / Mas no dia a dia me oprime / E é mó covardia / Dizendo que opinião quando é homofobia!". Nos versos apresentados é feita uma menção a relativização que ocorre a título de opinião quanto aos crimes contra a comunidade, que, apesar de acharem o grupo ou o locutor talentoso nas rimas, ainda assim os oprimem. Em sequência, é retomado o discurso religioso: "ameaçam de morte os meus / Quando foi que tudo se perdeu? / Percebe como é contraditório aqueles que matam em nome de Deus?", com a interdiscursividade sendo erigida de modo captativo, mesmo que pareça subversivo, mas a intenção é subverter a hipocrisia. Para sustentar o ponto previamente levantado, o trecho, a um só tempo, sustentando-se nas palavras de Deus para evidenciar a contradição e critica a posição dos que se intitulam fiéis e cometem atrocidades que dizem ser em nome do divino. Em sequência, essa relação interdiscursiva é retomada assumindo um tom de deboche com o coenunciador: "Me chamaram de louco / E me imploraram pra parar / Me queimam na estaca / E mesmo sem saber rezar". Os versos apontam a posição de insanidade em que colocam o enunciador por suas produções e pelas temáticas abordadas, com o que o coenunciador não concorda e, por isso, pede que parem. Ademais, é posto em forma metafórica a um contexto religioso medieval, devido à alusão à queima na estaca do enunciador por parte do coenunciador, uma vez que este último subjuga e critica tal trabalho. Todavia, apesar de se assumir religioso, ele mesmo não sabe "rezar",

remetendo à hipocrisia religiosa. No entanto, podemos perceber um dublo sentido, sendo aludido as vivências na cena do hip-hop, apontando que estes que criticam o grupo não sabem "rezar", fazendo referência à falta de habilidade deste coenunciador de rimar.

Na quinta estrofe, é posta como a construção e evocação da rima pode perfurar como uma faca ("Com a mente amolada / E a língua afiada / Aqui são 6 facadas perfurando sua escrotidão (ai)") estando amolada, afiada e dando facada na posição do coenunciador. A relação interdiscursiva que sucede é de co-presença, fazendo referência ao *rap* "Favela Sinistra" (2003)[5], de Trilha Sonora do Gueto, reconstruindo os versos da seguinte forma: "Favela sinistra / Na madrugada filho da puta assassino de trava / Se nóis te ver nem tenta correr / Que seja no inferno nóis acha você! Cuzão!". Desse modo, as alterações que são feitas no texto-fonte apresentam o intuito de intensificar a queixa contra aqueles que assassinam mulheres trans e travestis, deixando claro que não terão paz nem no inferno.

O investimento ético construído ao longo da canção assume em totalidade um papel de *rapper queer*, que se encontra revoltado e combatente, indignado com as hipocrisias dos que dizem seguir o evangelho e com os integrantes da cena do hip-hop que se mantêm no conforto da ignorância. Em versos como: "Vários olho torto / Mas nem pega nada / Nóis já tá blindada / E até armada" e "Segura emoção, que hoje cês vão rodar / Pediram pra pegar mais leve / Pra não incomodar / Verdades sejam ditas, e hoje eu vim pra questionar / Mas não atravessa a pista / Que eu não hesito em pisar", se percebe o caráter reativo e de preparo e defesa que é assumido ao longo dos enunciados que constroem e corporificam o teor da resposta que é dada ao coenunciador. Os locutores evidenciam claramente seus posicionamentos contra a violência sofrida pelas minorias e contra uma posição religiosa que se mostra hipócrita e violenta, mesmo se dizendo seguir os passos de Deus.

Quanto ao código linguageiro, este explicita as relações interdiscursivas com o discurso religioso, principalmente com menções a Deus, ao inferno, à bíblia, papisa, canonizar, queimar na estaca, rezar etc. Ao longo do código, é demarcado um alto investimento em termos comuns ao âmbito do *rap,* como *Cypher* e skr[6] como também

[5] Trecho referenciado: "Favela sinistra e na madrugada / Filha da puta assassino de farda / Se eles te ver, tenta correr / de qualquer forma se proteger".
[6] Onomatopeia que iniciou representando o som de pneus derrapando em alta velocidade e atualmente é uma expressão característica da cultura hip-hop e de *raps.*

apresenta termos que fortificam a identidade LBGTQ+ do enunciador ao empregar gírias corriqueiras da comunidade, como close, pisar, biscoito, carão, monas etc. Podemos perceber, ainda, uma interdiscursividade lexical em teor de metáfora com a palavra pente ("Nóis chega com as rima no pente"), retomando termos de um discurso armamentista que evoca a violência, contudo, transgredindo tal brutalidade e tratando a rima como sua bala que já carregou o pente, a arma é palavra. A referência a essa realidade discursiva se repete nos trechos: "Nóis já tá blindada / E até armada / Porque respeito tá sendo conversa fiada". Por fim, denotamos um caráter de repetibilidade em termos como "respeito" e "incômodo", demarcando mutuamente aquilo que exigem e aquilo que provocam.

Nos versos não explicitados que erigem outras cenografias, a temática de refutação de modo afinco do preconceito, que é percebida nas primeiras estrofes, se mantém, contudo, não há um investimento focal na interdiscursividade. Quanto às relações interdiscursivas percebidas no *rap,* é notável a utilização do recurso como maneira de legitimar o que está sendo defendido, no entanto, não há uma estrutura de argumento, mas de contra-argumento. As "facadas" direcionadas ao coenunciador se organizam no modo de uma resposta a um pensamento prévio e fincado na sociedade e na cena do hip-hop. Portanto, os versos apresentados são articulados como respostas e refutações para tais preconceitos cristalizados que tendem a se sustentar em aspectos religiosos.

De tal modo, o caráter contra argumentativo erigido é percebido por intermédio dos investimentos, cenográfico, ético e linguageiro, que utilizam das relações interdiscursivas para tensionarem questionamentos e seus efeitos de sentindo são compreendidos juntamente a relação contextual em que se localiza o enunciado. Logo, as noções de ser um *rap* produzido por um coletivo LGBTQIA+ que disputa espaço e defende seu grupo marginalizado contra a dúvida embebida de preconceito da sociedade através da "rima", evidenciando a hipocrisia religiosa, agregam à lógica e ao sentido deste enunciado a construção forma de uma refutação (re)ativa contra a intolerância.

Apesar de não ser ponto focal da análise, retomamos as características fundantes na formação dos discursos constituintes, para poder então articular as relações cenográficas, éticas, linguageiras, genéricas e, principalmente, interdiscursivas, propostas pelo *rap* com a noção da constituência do discurso literomusical. Os principais

elementos que compõem os discursos constituintes são: estabelecer um *archéion*; ser auto e heteroconstituinte; estar ligado a uma Fonte legitimante; e, retomar a palavra de outros discursos constituintes para legitimar seu enunciado e sua posição no interdiscurso.

Adentrando no investimento genérico, ponto profícuo para a apreensão dos efeitos de sentido de um enunciado, o *rap* comumente exibindo um caráter delator, crítico e contestador influencia e significa o teor argumentativo investido. A qualidade de contra-argumento supracitada se atrela e emula práticas enunciativas costumeiras da cena do Hip Hop, como batalhas de rima e *diss tracks,* que são erigidas apresentando cenografias, perfis éticos e um linguajar que sustente, fortaleça e crie a resposta a ser proferida. Alves (2018) disserta "Nas letras de rap, nós percebemos claramente essa dimensão argumentativa e em algumas canções há também uma intenção comunicativa sobre determinados temas" (p. 85). Logo, seja em caráter plurivocal ou monologal, como percebido através dos trechos analisados, é recorrente nas construções dos *raps* e das práticas discursivas que circundam a cena a presença dessa qualidade (contra-) argumentativa.

Já nesse aspecto, podemos apontar a relação com a autoconstituência do discurso literomusical, através da "argumentação enfatizando o valor da prática lítero-musical" (Costa, 2018, p. 266). Portanto, sendo um teor mais racional, teórico e crítico, essa relação argumentativa se sucede quando a canção relata o papel e a importância de tal prática discursiva para a sociedade, comumente sendo evidenciada através da metadiscusividade e pode:

> [...] fundar novas propostas estéticas, interpretar e/ou refletir criticamente a prática discursiva do presente e do passado, comentar ou criticar atitudes, canções, compositores, podendo apoiar-se no interdiscurso periférico da prática discursiva (mídia, academia, crítica jornalística etc) ou naquele ligado a outras práticas discursivas (literatura, artes em geral, discurso científico etc) (Costa, 2018, p. 270).

Dentre os trechos analisados, ocorre as relações metadiscursiva e metagenérica[7] em certos momentos**.** Primeiramente, no trecho "Nóis chega com as rima no pente", aponta o gesto enunciativo de rimar como algo já preparado e que alude a um projétil pronto a ser atirado, apontando e defendendo o poder destrutivo que pode ser ocasionado com tal prática discursiva. Costa (2018) aponta esse recurso argumentativo

[7] Costa (2022) propõe uma categorização da configuração das cenas enunciativas que diferencia canções metagenéricas de canções metadiscursivas. Canções metagenéricas são aquelas em que possuem trechos que denotem, no decorrer da cenografia, uma relação à cena genérica. Já as canções metadiscursivas salientam uma relação com a cena englobante, apresentando as condições de produções ou práticas e gestos do campo discursivo.

como raro, contudo, as produções de *rap* (um dos posicionamentos pouco investigados no decorrer do seu *corpus*) tendem a articulá-lo para enfatizar os efeitos e impactos de suas práticas.

Independentemente de não comporem o *corpus* do presente artigo, citamos os seguintes exemplos no intuito fortalecer o argumento apresentado da relação de autoconstituência em certas produções de *rap.* Vemos tal articulação argumentativa em *raps* como: "Rap é forte" (Criolo, 2006)[8], "Lição de Casa" (Inquerito; Tulipa Raiz, 2018)[9], "Língua de Gravata" (Monna Brutal, 2024)[10], "Rap é compromisso" (Sabotage, 2000)[11], "Quebrada Queer" (Guigo; Murillo Zyess; Harlley; Boombeat; Tchelo Gomez, 2018)[12], "Negro Drama" (Mano Brown, Edy Rock, 2002)[13], "Black Money" (Negra Li, Gabriel Torres, Fabio Brazza, Ian Zapi, Paiva Prod, Douglas Moda, 2024)[14] entre outros.

Em sequência, nos versos "Cada verso eu canto além do palco, descalço, no asfalto [...] Aprende o que é rap depois bate no peito" percebemos a função heteroconstituinte buscando agir sobre a própria produção discursiva. Através dos recursos metagenéricos ("verso", "canto", "*rap*") o trecho aponta a importância do que é dito não como algo meramente performativo para os palcos, mas de modo que deva ser levado para vida e influenciar no modo como se faz *rap*, pois aponta para o coenunciador "aprende o que é *rap*", não no sentido da composição textual ou organizacional da rima, mas que entenda os valores, o teor político, o caráter crítico e delator que também erigem o *rap*

Ademais, outros trechos que adotam a metadiscursividade, contudo, à vincula a uma interdicusividade com o discurso religioso são os versos: "Chamam de bíblia os versos / Da primeira cypher gay / Guigo virou papisa / Hoje eu me canonizei!" e " Me queimam na estaca / Mesmo sem saber rezar". Essa relação posta com o discurso religioso católico-cristão, analisada previamente, atua como forma de legitimação de

[8] "É o rap, é o rap, é o rap eu me expresso / Muito mais que moda é manifesto [...] Rap é forte vagabundo!".
[9] "O Rap é a comunidade enchendo a laje / É ir no cinema ver um filme e tá lá o Sabotage / É quando um moleque da Fundação contraria / (Quem diria!) ganha um concurso de poesia [...] Quer saber o que é Rap puro? / A escola ocupada pelos aluno! / Marighella, Mandela, Guevara, Dandara, Zumbi / Foram Rap antes do Rap existir, ai! [...] O Rap é tipo Galileu e a sua teoria / Provou que o mundo não é centro, ele é periferia [...] O Rap é Milton Santos, é Paulo Freire, é escola / Tem uns que estuda e outros que só cola / É a mãe de família que vira freestylera / E improvisa com o pouco que tem dentro da geladeira // Um pivetinho ouvindo Racionais com 11 anos / A força de uma senhora se alfabetizando / Era tão Rap subir no telhado e conseguir / Virar a antena até pegar Yo MTV // Dina Di, Carolina de Jesus, Jorge Ben / Bezerra da Silva e Mussum, foram Rap também / E quando uma palavra salva um moleque / Uns chamam de conselho, eu chamo de RAP // É uma chave, um escudo, uma espada / Uma lâmpada, um colete, uma escada / Uma bússola, um despertador [...]".
[10] "Canto pra chamar a vida pra periferia e a paz pra mim / Ele não aceita o fato de estar debaixo do sapato de uma queen".
[11] "O rap é compromisso, não é viagem / Se pá fica esquisito, aqui, Sabotage".
[12] "[...] Minhas rima inseticida, preconceito deles, formigueiro [...] Sem torcer o nariz, meu rap que clama, soma / Rap de bicha preta / Boombap enlouquece e toma [...] É hip hop responsa no mic / Hype e flow, sem letra é flop / Não pode com nóis, engole e tamo vivo".
[13] "Aí, o rap fez eu ser o que sou / Ice Blue, Edy Rock e KL Jay e toda a família / E toda geração que faz o rap / A geração que revolucionou, a geração que vai revolucionar".
[14] "Olha como é que eu tô, fazendo o meu rap / Vou usando o intelecto, mano, eu te infecto".

ambos os discursos. A retomada da palavra e as metáforas ao discurso religioso, definindo seus próprios versos como o livro sagrado, um dos integrantes como um ser canonizado e como somente eles sabem rezar, aponta uma pretensão de valorização e validação do próprio discurso, se legitimando no interdiscurso e se alimentando a partir dessa confrontação interdiscursiva com a palavra de um discurso constituinte. O trecho "Percebe como é contraditório aqueles que matam em nome de Deus?" também propõe uma interdiscursividade com o discurso religioso católico-cristão, criticando-o e assumindo o *rap* como possuinte do poder de atuar sobre esse outro discurso, agindo sobre o outro, mas também erigindo-se nessa relação.

Embora o *rap* destrinchado não faça uma menção elogiosa ou explícita a outros *rappers* consagrados ou cantores que poderiam compor o quadro de arquienunciadores, a intertextualidade com o *rap* da Trilha Sonora do Gueto ocorre tanto no plano verbal, como no plano no musical, uma vez que Tchelo rima emulando o modo como o texto fonte é rimado. Logo, mesmo que de modo menos declarado, como as citações diretas dos nomes de possíveis arquienunciadores (Sabotage, Dina Di, Ice Blue, Edy Rock, KL Jay)[15] visto em alguns dos *raps* apontados previamente, ainda há uma valorização do grupo de *rap* que tem seu texto citado, influindo tanto na legitimação do discurso literomusical, como na do grupo de *rap*. Além dos pontos evidenciados, não é percebido ao longo do *rap* uma alusão a uma Fonte legitimante.

Por fim, o presente trabalho não investe em apreender e relacionar o impacto da produção discursiva do *rap* na sociedade brasileira, por entender que para investigar tanto o modo como os contextos marginalizados e negligenciados de certos grupos e lugares sociais são tematizados por intermédio das letras, assim como, interpretar a maneira em que, a um só tempo, as letras desses *raps* também modulam e erigem através dos efeitos de sentidos promovidos o contexto, precisaríamos nos debruçar sobre um *corpus* mais extenso. *Corpus* este que deveria compor textos primários e textos secundários que participam das práticas discursivas do discurso constituintes. Todavia, a partir de certos textos secundários (produções acadêmicas) que também formulam um discurso sobre a música brasileira e seus impactos, seguimos na esteira do pensamento de Silveira (2025, p. 897):

[15] No *rap* "Lição de Casa", os *rappers* citados, no intuito de elevar a valoração e consagração destes, são mesclados com nomes de cantores que já participam do *archéion* do discurso literomusical, como Jorge Ben e Bezerra da Silva, além de declarar autoridades validadas e valoradas socialmente de outras esferas, como Milton Santos e Paulo Freire.

> O *rap*, enquanto prática discursiva e estética, configura-se como um espaço de enunciação que tensiona e reinscreve as memórias sociais e históricas de grupos subalternizados, instaurando novas formas de narrar e de existir no tecido simbólico da cultura brasileira.

Considerações finais

Apreendemos, portanto, com a análise do *rap* "Pra Quem Duvidou" (2018) o modo no qual as relações interdiscursivas são investidas ao longo das cenas junto ao investimento cenográfico, ético e linguageiro erigindo sequências de refutação ao preconceito cognoscível no coenunciador. A retomada de discursos que ocorre pela canção promove legitimidade às falas proferidas enquanto articula realidades discursivas distintas para retificar a resposta que foi formulada. Logo, é possível perceber a argumentação ocupando espaço não por estar presente somente na estrutura do texto, mas por ser erigida junto aos investimentos (cenográfico, ético e linguageiro), sendo mobilizada dentro das particularidades do gênero canção, com a especificidade de ser um *rap*, tratando de uma temática situada contextualmente e, assim, se efetivando em forma de contra-argumento para a posição discriminatória a qual respondem com veemência o coenunciador por todo o *rap.*

Portanto, o ceticismo inicial, visto prontamente no título, que é fundamentado no preconceito, constitui o caráter de refutação do *rap* que intui evidenciar que não há motivos para a dúvida implicitada. De tal modo, quem teve a ousadia de descrer, tomando como base sua crença no divino e em suas escrituras, subvertendo-as para agir com violência contra a produção queer e marginal, tem seus argumentos desbancados a partir das sequências argumentativas, ou melhor, contra argumentativas e altamente reativas.

Por fim, Costa (2018) ao postular as pretensões constituintes do discurso literomusical, fazendo um recorte de *corpus* da década de 1950 até os anos 2000, apontou as características erigiam esse discurso. O autor conclui a tese com um questionamento sobre a continuidade da constituência desse discurso, devido às crises, variedades e alterações da produção musical brasileira desde o período de 90. Longe de propormos conclusões peremptórias e assumirmos uma (in)devida constituência do discurso literomusical atualmente – o que demandaria a investigação de um *corpus* extenso e uma análise minuciosa sobre campo discursivo e suas produções, assim como fez Costa -, o intuito fora somente explicitar a efetivação das características que

fundamentam os discursos constituintes em algumas produções de *rap.* De tal maneira, diante do *rap* analisado e dos *raps* exemplificados, vemos a necessidade pesquisas que se debrucem sobre a verificação e categorização do funcionamento discursivo do discurso literomusical na contemporaneidade.

Referências

ALVES, Marcela Ferreira. **O rap é o argumento:** Cultura periférica e atividades argumentativas no nono ano de uma escola pública de Salvador-BA. 2018. 223 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) - Universidade Federal da Bahia. 2018. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/35914. Acesso em: 28 jun. 2026.

AMOSSY, Ruth. É possível integrar a argumentação na análise do discurso? Problemas e desafios. Trad. Rosalice Pinto, Mariza Angélica Paiva Brito e Meire Virgínia Cabral Gondim. **ReVEL**, edição especial, vol. 14, n. 12, 2016, p. 165-190.

AMOSSY, Ruth. **A argumentação no discurso**. Trad. Eduardo Lopes Piris *et al*. São Paulo: Contexto, 2018.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). Tradução de Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi. *In*: **Cadernos de Estudos Linguísticos**, 19: 25-42. Campinas : EDUNICAMP, 1990.

COSTA, Nelson Barros da. **Música popular, linguagem e sociedade** (analisando o discurso literomusical brasileiro). Curitiba: Appris, 2018.

COSTA, Nelson Barros da. **Conflitos identitários no discurso literomusical brasileiros dos Anos 60.** 2022. Relatório de Pesquisa Pós-Doutoral - Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Fortaleza, 2022.

DUCROT, Oswald. **A propos de la seconde Provinciale**. Langue française, Paris: n.12, 1971.

LETRAS. **Pra Quem Duvidou**. Disponível em: https://www.letras.mus.br/quebrada-queer/pra-quem-duvidou/. Acesso em: 20 fev. 2026.

MAINGUENEAU, Dominique; COSSUTTA, Frédéric. L'analyse des discours constituants. *In*: **Langages**, 29^{e} année, Les analyses du discours en France. n°117. p. 112-125, 1995. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/lgge_0458-726x_1995_num_29_117_1709 Acesso em: 03 de fev. 2026.

MAINGUENAEU, Dominique. **Discurso literário**. Tradução: Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2006.

MAINGUENEAU. Dominique. A Análise do Discurso e suas fronteiras. **Matraga**. Rio de Janeiro, v.14, n.20, p.13-p.37, jan./jun. 2007.

MAINGUENAEU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Tradução: Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MAINGUENAEU, Dominique. **Doze conceitos em análise do discurso**. Org. Sírio Possenti, Maria Cecília Perez de Souza e Silva; Tradução de Adail Sobral ... [*et al*.]. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MAINGUENAEU, Dominique. Argumentação e Análise do Discurso: reflexões a partir da segunda Provincial. [1994]. Tradução de Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. *In*: BARONAS, Roberto Leiser; MIOTELLO, Valdemir (Org.). **Análise de Discurso:** teorizações e métodos. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011. p. 69-86.

MAINGUENAEU, Dominique. **Variações sobre o ethos.** Tradução: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2020.

MAINGUENEAU, Dominique. **As margens do discurso.** Org. Nelson Barros da Costa, Maria das Dores Nogueira Mendes, José Wesley Matos. São Paulo: Contexto, 2025.PASCAL, Blaise. **Œuvres complètes**. Paris: Le Seuil, 1963.

PAVEAU, Marie-Anne. **Uma enunciação sem comunicação:** as tatuagens escriturais. RUA, v. 16, n. 1, p.6-41, 2010.

PIÉGAY-GROS, Nathalie. **Introduction à l'intertextualité***.* Paris: Dunod, 1996.

SILVEIRA, Luis Felipe Moura da. Cenas validadas em canções de Don L: uma (sub)versão da história brasileira. *In*: VIII Congresso Internacional de Letras, 2025, Bacabal. **Transculturação:** um mundo de saberes na Linguagem e Literatura. Bacabal, 2025. v. VIII.

REVISTA Linguagem em pauta

NECROALGORITMIZAÇÃO EM PAUTA: AS ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS E A PLURICODIFICIDADE DO INFOGRÁFICO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

NECRO-ALGORITHMIZATION IN FOCUS: ARGUMENTATIVE STRATEGIES AND PLURICODIFICATION IN THE POPULAR SCIENCE INFOGRAPHIC

Francisco Marques Sampaio[1]

Resumo: Com o advento da Inteligência Artificial (IA), as mídias digitais perpetuam discursos de ódio e estruturas como o colonialismo, o capitalismo e o racismo (Faustino; Lippold, 2023). Sob o viés da exclusão algorítmica, esses discursos operam como dispositivos que marginalizam minorias sociais, tais como a população negra, mulheres e a população LGBTQIA+. O conceito de necroalgoritmização, proposto por Araújo (2025), é o foco desta discussão, ao demonstrar como algoritmos aparentemente neutros intensificam as exclusões. O estudo inscreve-se nos Estudos Críticos do Discurso, apoiando-se em Mbembe (2018), sobre necropolítica, e Silva (2022), sobre racismo algorítmico. A análise segue os pressupostos da Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau (2015), tendo como objeto o infográfico de Divulgação Científica (DC), recurso pluricódico que atende às visadas de credibilidade e persuasão. Esta pesquisa é descritiva, com abordagem qualitativa, e adota como *corpus* postagens coletadas nas redes sociais *Instagram* e X (antigo *Twitter*), as quais servem de subsídio para a observação empírica do fenômeno. As categorias recorrem aos componentes da lógica argumentativa de Charaudeau (2016). Os resultados comprovam que o infográfico de DC constitui um texto pluricódico (Charaudeau, 2005), cujas estratégias discursivas conferem credibilidade à informação por meio das visadas de demonstração, explicação e validação dos fatos sobre a necroalgoritmização. Constatou-se que o dispositivo legitima o sujeito divulgador da ciência sob uma problemática de influência, atuando como forma de denúncia social e de conscientização no combate à exclusão algorítmica.

Palavras-chave: necroalgoritmização; argumentação; pluricodificidade; infográfico; divulgação científica.

Abstract: With the advent of AI, digital media have come to be configured as spaces where old social structures persist, such as colonialism, capitalism, and racism, as argued by Faustino and Lippold (2023), in addition to perpetuating hate speech. From perspective of algorithmic exclusion, ideological discourses in the digital environment operate as devices that marginalize people from social minorities, Black people, women, and the LGBTQIA+ population. The concept of necroalgorithmization,

[1] Doutorando em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor efetivo de língua portuguesa da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (Seduc/CE). Lattes: http://lattes.cnpq.br/9283816147510784, ORCiD: https://orcid.org/0009-0009-8950-5366, E-mail: professorsampaio37@gmail.com.

proposed by Araújo (2025), becomes the focus of this type of discussion, in which he argues that algorithms, apparently neutral, perpetuate and intensify social exclusions. In his work, the author uses infographics that contain argumentative strategies. The study focuses on Critical Discourse Theory and draws on authors such as Mbembe (2025[2018]), on necropolitics, and Silva (2022), on algorithmic racism in social networks. The analysis follows the assumptions of Semiolinguistic Theory, having as its main object the Popular Science infographic (PSI), which meets two aims: credibility and persuasion (Charaudeau, 2015). This pluricode resource aims to systematize the concept of necroalgorithmization in the media and in society. The research is descriptive with a qualitative approach. The collection of posts from social networks, such as Instagram and X, will function as data for empirical observation of the phenomenon based on the analysis categories of the Popular Science Infographic (PSI). The analysis categories draw on the components of argumentative logic presented by Charaudeau (2016). The results show that the Popular Science Infographic constitutes a pluricode text (Charaudeau, 2005), whose discursive strategies lend credibility to the information, from the perspective of demonstration, explanation, and validation of facts about necroalgorithmization present in digital media, in addition to being a syncretic text that legitimizes the science communicator as a subject, within a problematics of influence, acting as a form of social denunciation and awareness-raising in the fight against algorithmic exclusion.

Keywords: necroalgorithmization; argumentation; pluridification; infographic; popular science.

Introdução

Na contemporaneidade, a expansão tecnológica reconfigura os espaços sociais, criando redes que transformam profundamente as interações cotidianas. Nesse cenário, as ações humanas passam a ser crescentemente monitoradas por algoritmos e mediadas por sistemas de Inteligência Artificial (IA), cujas aplicações variam desde a restauração de fotografias antigas até sistemas complexos de videomonitoramento.

Contrariando o mito da neutralidade técnica, constata-se que esse universo tecnológico reproduz e consolida sistemas sociais arraigados pelo colonialismo, pelo capitalismo e por estruturas históricas de dominação e poder. Trata-se da emersão de territórios digitais marcados pelo racismo e por forças de opressão que promovem disputas e assimetrias sociais.

Para ampliar as investigações na interface entre a Linguística e a Ciência da Computação, o Prof. Dr. Júlio Araújo, da Universidade Federal do Ceará (UFC), desenvolve estudos no campo da Teoria Crítica do Discurso (TCD) para tratar sobre um fenômeno linguístico e social altamente atual: a necroalgoritmização. O pesquisador fomenta importantes debates acadêmicos e sociais ao trazer à tona a problemática do racismo algorítmico. Em sua obra, Araújo (2025) propõe o conceito de necroalgoritmização para caracterizar a política de morte e apagamento programada

por algoritmos, a qual provoca a exclusão, a desumanização e o aniquilamento político-ideológico de grupos minoritários, como a população negra e a comunidade LGBTQIA+.

Nesta pesquisa, objetiva-se revisitar a referida obra, destacando os aspectos teórico-metodológicos inerentes à necroalgoritmização (Araújo, 2025). De modo específico, o foco central deste estudo reside em analisar as estratégias argumentativas mobilizadas no Infográfico de Divulgação Científica (DC) que sintetiza o conceito.

Para alcançar o objetivo proposto, o trabalho está estruturado em seções subsequentes**.** A Fundamentação Teórica divide-se em três pilares fundamentais: a Teoria Crítica do Discurso (TCD), a Teoria Semiolinguística (TS) e os debates contemporâneos sobre racismo algorítmico e necroalgoritmização. No primeiro pilar, estabelece-se o eixo teórico central que desencadeia a leitura sobre os fenômenos de exclusão algorítmica, fundamentado em Araújo (2025), Mbembe (2018), quanto à necropolítica; Silva (2022), a respeito do racismo algorítmico, e Faustino e Lippold (2023), sobre o colonialismo digital.

O segundo pilar ancora-se na Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau (2014, 2015), mobilizada para a análise discursiva do Infográfico de Divulgação Científica, compreendido como um texto pluricódico (Charaudeau, 2005). A investigação pauta-se nas categorias de base inerentes às visadas discursivas, às estratégias de credibilidade, captação e validação, bem como na lógica argumentativa dos discursos midiáticos (Charaudeau, 2016b) e no discurso científico de midiatização (Charaudeau, 2016a). Por último, no terceiro pilar, articulam-se as discussões teóricas contemporâneas sobre racismo algorítmico e necroalgoritmização (Araújo, 2025) para subsidiar a análise das postagens coletadas das redes sociais Instagram e X (antigo Twitter).

No tocante aos procedimentos metodológicos, a pesquisa delineia-se como descritiva e qualitativa. Na primeira etapa, procedeu-se à constituição do *corpus* a partir do Infográfico de Divulgação Científica de Araújo (2025). Na segunda etapa, por meio de capturas de tela (*prints*), o texto pluricódico foi fragmentado para viabilizar o detalhamento analítico. Na terceira etapa, realizou-se a coleta de postagens de redes sociais para a composição do campo empírico de observação, considerando as categorias propostas por Araújo (2025) e sistematizadas na organização semiológica do infográfico. Dessa forma, aplicou-se a análise discursiva combinando as contribuições da TCD, para o exame da exclusão algorítmica nas postagens, e da TS, para o escrutínio do

infográfico de DC. Por fim, antes das considerações finais, apresenta-se a seção de "Resultados e Discussão", que expõe e debate os dados depreendidos do percurso metodológico.

A necroalgoritmização e o racismo algorítmico: breves implicações teóricas

Tomando como ponto de partida a noção de necropolítica, definida por Mbembe (2018) como a prática soberana de ditar quem pode viver e quem deve ser exposto à morte, Araújo (2025) formula o conceito de necroalgoritmização. Essa conceituação expande o escopo dos debates acerca da exclusão racial e da opressão de populações marginalizadas, inserindo-os no contexto da mediação tecnológica engendrada pela Inteligência Artificial (IA).

Verifica-se, portanto, que o avanço tecnológico subjacente à IA potencializou os processos de desumanização e de subalternização de grupos vulneráveis, a exemplo da população negra e da comunidade LGBTQIA+. Tais segmentos encontram-se expostos às assimetrias e vieses intrínsecos aos sistemas digitais e à programação de dados.

Desse modo, a necropolítica atua como matriz teórica fundamental para a compreensão da necroalgoritmização, o que viabiliza o entendimento dos algoritmos como autênticos instrumentos de necropoder (Araújo, 2025). Articulando essa perspectiva aos estudos de Silva (2022), observa-se que o controle de populações marginalizadas por sistemas preditivos baseia-se em dados históricos de exploração e segregação, sendo frequentemente negligenciado o fato de que tais vieses são ativamente reproduzidos por corporações e desenvolvedores.

No âmbito dos Estudos Críticos do Discurso (ECD), o racismo algorítmico evidencia-se como uma modalidade de exclusão e segregação altamente complexa, uma vez que o uso de tecnologias de reconhecimento facial e vigilância preditiva opera sob uma falsa premissa de neutralidade técnica. Araújo (2025, p. 53) adverte que diversas conjunturas necropolíticas expõem uma confiança exagerada em tecnologias tidas como neutras, resultando na renúncia à responsabilidade humana em decisões críticas. Esses dispositivos passam a funcionar como “máquinas de guerra”, conceito proposto originalmente por Mbembe (2018), destinadas ao controle de territórios e de populações por meio de redes transnacionais.

Para o autor, a necroalgoritmização é um fenômeno social que se estende à lógica de destruição e controle, por possibilitar a transformação algorítmica em armas e por se constituir como meio de dizimar pessoas, matematizar a discriminação e aprofundar desigualdades sociais.

A pesquisa de Araújo (2025, p. 149) demonstra que, por meio da necroalgoritmização, o racismo algorítmico se consolida como uma extensão do necropoder e uma expressão tangível da segregação social. Contudo, estabelece-se uma distinção clara entre os dois conceitos, visto que a necroalgoritmização passa a "abranger uma dimensão mais ampla e profunda de opressão e exclusão direcionada a diversos grupos minorizados".

Para operacionalizar e aprofundar esse conceito, o autor propõe categorias de base concebidas como dimensões discursivas de análise. Esses parâmetros teóricos e metodológicos organizam o exame de problemáticas necroalgorítmicas, legitimando a relevância da proposta, uma vez que "esta forma de categorização possibilitará uma investigação detalhada e estruturada dos mecanismos e efeitos envolvidos, contribuindo para um entendimento crítico e abrangente do impacto dessas tecnologias na vida (e morte) das populações" (Araújo, 2025, p. 100).

Ancorado estritamente nesses conceitos, o teórico constrói um recurso sincrético para tornar inteligível a estrutura e o funcionamento desse fenômeno social: o Infográfico de Divulgação Científica (DC). Trata-se de uma estratégia de didatização e popularização da ciência que expande as fronteiras teóricas da Linguística. Esse texto pluricódico atua como vetor de credibilidade da informação científica, exercendo funções argumentativas cujo propósito central é facilitar a compreensão do conceito de necroalgoritmização.

A lógica argumentativa do infográfico de DC

Essa transposição de um saber científico complexo para o domínio público, operada pelo infográfico, não ocorre de maneira neutra ou meramente descritiva; ela é estruturada por meio de uma complexa arquitetura discursiva. Nesse sentido, para compreender como a denúncia do racismo algorítmico e da necroalgoritmização ganha inteligibilidade e força social, faz-se indispensável recorrer aos pressupostos da Teoria Semiolinguística**.** É nessa perspectiva que a organização visual e verbal do infográfico

passa a ser examinada não apenas como ilustração, mas como um dispositivo dotado de uma lógica argumentativa estratégica, cujos mecanismos de captação e persuasão visam engajar o interlocutor e legitimar o papel do sujeito divulgador da ciência. Dessa forma, introduz-se a seguir o arcabouço semiolinguístico que sustenta a inteligibilidade desse processo comunicativo.

Charaudeau (2014) estabelece que a lógica argumentativa se refere à convicção de um raciocínio usado por um sujeito argumentante para estabelecer a verdade e fazer com que o interlocutor, por uma ação de influência, seja o alvo da argumentação. O propósito é levá-lo a interpretar o enunciado a partir de uma razão persuasiva (ancorada em provas e argumentos) e de uma razão demonstrativa (pautada na causalidade).

Nesse sentido, Charaudeau (2016b) reforça que a situação de comunicação atribui a "força da validade" ao ato argumentativo, o que permite definir quatro grandes visadas discursivas: a demonstração (o fazer-saber), a explicação (o fazer-conhecer), a persuasão (o fazer-crer) e a captação (o fazer-sentir).

Esse ato enunciativo emerge de uma situação comunicativa da qual dependem as atividades discursivas, sendo também subjacente a uma problemática de influência de um sujeito sobre o outro. Para o teórico, o sujeito argumentante recorre a estratégias discursivas específicas, a saber:

- A problematização, na qual se contesta para legitimar a discussão;
- O posicionamento, em que o enunciador assume uma postura favorável ou contrária;
- A comprovação, operada por meio de provas ou tipologias argumentativas; e
- A validação, que confere legitimidade ao argumento apresentado.

Diante desse arcabouço conceitual, as categorias discursivas operacionalizadas pelo Infográfico de Divulgação Científica (DC) seguem uma lógica argumentativa específica. Esta se ancora no contrato de informação midiático celebrado entre os parceiros da troca comunicativa, articulando o rigor científico à necessidade de sensibilização social.

De acordo com Araújo (2025, p. 99), o infográfico constitui um recurso visual capaz de sistematizar a estrutura e o funcionamento das bases conceituais da necroalgoritmização. Esse dispositivo auxilia na compreensão da "complexidade do tema, apresentando, de maneira organizada, as relações entre tecnologia algorítmica e

as práticas de necropoder". Nessa perspectiva, o autor ressalta que "o infográfico atuará como uma ferramenta didática que permitirá ao leitor captar as interações-chave" para compreender os processos que envolvem as práticas necroalgorítmicas.

A partir dessa ótica de didatização, compreendemos que o infográfico, que articula texto escrito e imagem, possibilita (re)construir sentido, tornando a informação de fácil acesso e a leitura, mais compreensiva. Por estar associado geralmente a um gênero discursivo, o infográfico exerce uma função complementar, tornando-se um recurso que confere fluidez à leitura no contexto da divulgação científica.

Para a Teoria Semiolinguística (TS), esse texto pluricódico, conforme denominação de Charaudeau (2010), apresenta uma organização semiológica que abrange os códigos verbal e não-verbal. Sob esse prisma, "para ser um infográfico, precisa apresentar uma unidade de significado" e, "como qualquer outro texto, precisa ser textualizado" (Paiva, 2016, p. 45).

Charaudeau (2014) argumenta que os textos pluricódicos são dotados de combinações de formas-sentido e de categorias próprias para estruturar a materialidade semiológica relativa aos modos de organização discursivos. A TS oferece, portanto, o instrumental metodológico necessário para analisar o infográfico como um recurso pluricódico estratégico, sobretudo por oferecer suporte epistemológico na esfera da Divulgação Científica (DC).

Na área jornalística, Teixeira (2010, p. 18) afirma que o infográfico é composto por elementos icônicos e tipográficos, podendo ser constituído por mapas, fotografias, ilustrações, gráficos e outros recursos visuais, inclusive aqueles mais abstratos e não necessariamente icônicos. Em uma dada situação de comunicação, como a midiática, e a depender do tipo de contrato estabelecido, há o predomínio do discurso informativo, cuja finalidade é divulgar a ciência e responder às exigências de credibilidade, legitimando-se a partir de uma proposta de verdade ou à luz do rigor científico.

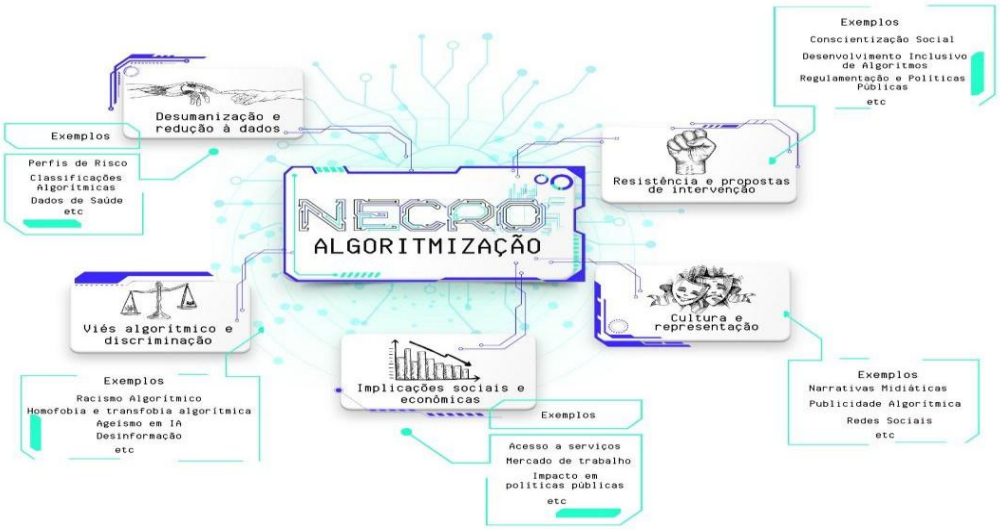
As bases epistemológicas da Necroalgoritmização propostas pelo Infográfico

O texto escrito, associado a ilustrações, em uma única organização semiológica, reconfigura sentido por parte do leitor oferecendo-lhe a compreensão dos fatos, o que constitui a presença da pluricodificidade. Nesse sentido, as dimensões discursivas como categorias de análise da necroalgoritmização, propostas por Araújo (2025), aparecem

sistematizadas no design do Infográfico de Divulgação Científica. O teórico destaca que esse recurso visual ampara o leitor no entendimento da complexidade desse novo conceito de exclusão algorítmica.

A ilustração proposta no infográfico não funciona meramente como um guia, mas como um ponto de partida para discussões mais profundas sobre as implicações e sutilezas do fenômeno em questão (Araújo, 2025, p. 105), visto que o texto identifica múltiplas dimensões de análise a partir de enfoques distintos. O design do infográfico apresenta-se fragmentado conforme os ícones ilustrativos e as dimensões discursivas da necroalgoritmização, conforme exposto na Figura 1.

Figura 1: Infográfico DC: a Necroalgoritmização e suas dimensões discursivas.



Fonte: Araújo (2025)

Do ponto de vista discursivo, o infográfico apresenta recursos visuais altamente persuasivos, o que garante sua condição pluricódica (Charaudeau, 2010). Nesse recurso visual, articulam-se subcategorias que detalham e aprofundam as ideias principais para garantir uma melhor assimilação por parte dos leitores. A cada categoria discursiva está relacionado um título acompanhado de um ícone ilustrativo posicionado imediatamente ao seu lado. Essa disposição define a validação informativa do infográfico em função de seu design visual, o qual serve para facilitar a memorização e a associação de cada conceito apresentado. Para Araújo (2025, p. 107), "o infográfico funciona como uma ferramenta ilustrativa que facilita a compreensão desse fenômeno e suas nuances".

Figura 2: Núcleo do Infográfico DC: conceito-chave.



Fonte: Araújo (2025)

Na Figura 2, o centro da imagem refere-se ao tema central (necroalgoritmização) em destaque, sugerindo conexões e ramificações para cada dimensão discursiva. Para Araújo (2025, p. 107), "a disposição e a interligação entre os elementos promovem um entendimento sobre como os algoritmos impactam a sociedade contemporânea em cinco dimensões de análise". No infográfico, os ícones servem para ilustrar discursivamente cada uma dessas dimensões. O autor esclarece que a seleção desses grafismos foi planejada de forma cuidadosa, ressaltando a relação existente entre os símbolos e suas respectivas categorias, "uma vez que esses ícones visam a ilustrar as diferentes dimensões de estudo da necroalgoritmização".

Figura 3: Primeira Dimensão: a mão do robô alcançando a mão do humano.

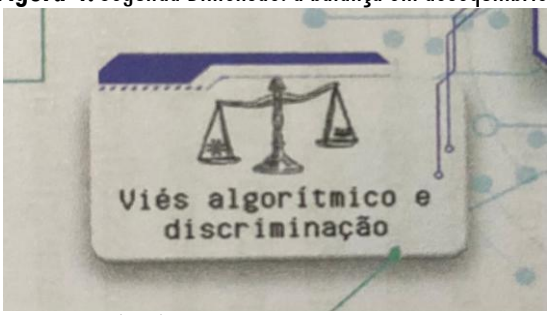


Fonte: Araújo (2025)

O primeiro ícone ilustrativo configura a representação visual da complexa relação entre o humano e a máquina. Para Araújo (2025, p. 108), essa primeira dimensão discursiva "simboliza a interseção e a tensão entre a automação tecnológica e a condição humana". Os elementos representativos remetem à mão do robô, que sugere a ideia de avanço tecnológico, automação e mecanização. A mão humana, por sua vez, representa discursivamente a individualidade e a dignidade inerentes ao ser humano. O contato entre as duas mãos simboliza a interação entre a tecnologia e o sujeito, enquanto a

aproximação milimétrica sugere uma desconexão emocional. Por sua vez, o toque das mãos metaforiza a transação de informações na qual a humanidade é convertida em dados estatísticos, preterindo as complexidades emocionais e vivenciais que caracterizam o ser humano.

Figura 4. Segunda Dimensão: a balança em desequilíbrio.



Fonte: Araújo (2025)

Araújo (2025, p. 109) expõe a segunda dimensão por meio do ícone da balança, que tradicionalmente simboliza a equidade, a justiça e a imparcialidade. Contudo, ao ser retratada em desequilíbrio, ela "sublinha a contradição intrínseca ao viés algorítmico, evidenciando como as tecnologias podem consolidar desigualdades sociais". Desse modo, evidencia-se que os algoritmos podem acentuar preconceitos históricos em vez de promover a igualdade, provocando uma reflexão crítica sobre os impactos sociais e éticos das práticas algorítmicas. Nesse sentido, a balança pendular "sugere que a realidade dos algoritmos, muitas vezes, apresenta desvios que requerem atenção e intervenção corretiva".

Figura 5: Terceira Dimensão: o gráfico com barras com uma seta inclinada para baixo.



Fonte: Araújo (2025)

O terceiro ícone presente no infográfico simboliza as consequências socioeconômicas negativas do uso de algoritmos na sociedade moderna. Embora gráficos de barras sejam frequentemente utilizados para a ilustração de dados quantitativos, neste cenário, ele representa indicadores afetados pela automação e pela

implementação de algoritmos nas decisões de mercado. A seta descendente sugere uma tendência de declínio ou piora na qualidade de vida e na coesão social. Desse modo, conforme aponta o autor:

> A presença desse ícone na terceira categoria do infográfico destaca a crítica de que a automação e a necroalgoritmização não são neutras, mas sim que suas aplicações podem resultar em desvantagens sociais e econômicas significativas para comunidade vulneráveis (Araújo, 2025, p. 110).

A próxima ilustração, presente no Infográfico, traz a quarta dimensão relativa aos aspectos socioculturais ligados ao teatro, metaforizando, assim, a desumanização humana, como mostra a Figura 6.

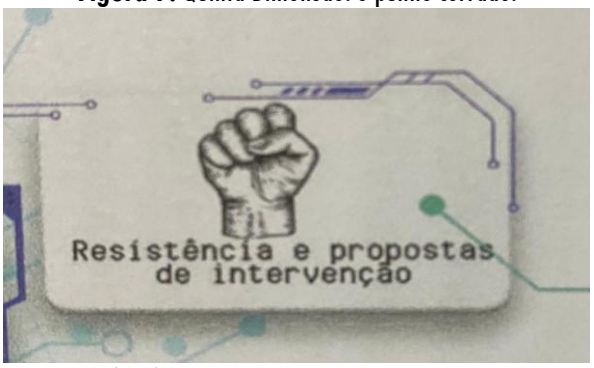
Figura 6: Quarta Dimensão: as máscaras do teatro.



Fonte: Araújo (2025)

Para Araújo (2025, p. 111), o ícone correspondente à quarta dimensão, intitulada "Cultura e representação", traz um significado profundo e multifacetado. As máscaras de teatro, tradicionalmente associadas à arte dramática, representam as dualidades da experiência humana e a forma como diferentes identidades são performadas ou apresentadas socialmente. O símbolo denota que a cultura é uma representação construída a partir de múltiplas faces dependendo do contexto, podendo promover narrativas que marginalizam ou distorcem identidades ao reduzir complexidades humanas a meros estereótipos. Assim, o uso das máscaras metaforiza a desumanização dos indivíduos e constitui uma crítica à forma como as tecnologias digitais moldam e afetam a percepção cultural.

Figura 7: Quinta Dimensão: o punho cerrado.



Fonte: Araújo (2025)

Sob uma perspectiva discursiva, o punho cerrado configura-se como um símbolo amplamente reconhecido de resistência e luta contra as opressões e injustiças sociais (Araújo, 2025, p. 112). Trata-se de uma representação da força coletiva do povo negro na busca por reconhecimento, solidariedade e direitos, destacando o compromisso contínuo contra o racismo. O autor evidencia que "a resistência não é apenas uma ação individual, mas um esforço comunitário" (Araújo, 2025, p. 113). Por conseguinte, faz-se necessário o desenvolvimento de propostas de questionamento e enfrentamento às estruturas algorítmicas atuais, mediante a adoção de políticas inclusivas, fomento a inovações éticas e educação midiática, visando a construção de um porvir mais justo e equitativo diante dos desafios impostos pelas tecnologias contemporâneas.

Análise de dados

Sob a perspectiva da Teoria Semiolinguística, o Infográfico de Divulgação Científica (DC) configura-se como um texto pluricódico. Seu design estruturado articula as matrizes verbal e não-verbal, constituindo um recurso estratégico dotado de funções discursivas específicas e visadas argumentativas bem delineadas (Charaudeau, 2016b). Como vetor de credibilidade no campo da difusão do saber acadêmico, o infográfico atua para facilitar a inteligibilidade do leitor quanto à complexidade da necroalgoritmização, sistematizando a arquitetura e a dinâmica operacional desse fenômeno linguístico-discursivo.

O infográfico em análise (Figura 1) mobiliza visadas argumentativas precisas, uma vez que o sujeito comunicante, ao assumir a palavra, legitima-se como um divulgador da ciência para angariar credibilidade perante o público. Estabelece-se entre

a instância midiática produtora e o circuito de recepção um acordo prévio constitutivo do contrato de informação midiático (Charaudeau, 2015), no qual os parceiros da troca linguística validam o ato de linguagem. Nas circunstâncias de produção textual, a materialização pluricódica desse dispositivo orienta-se pela visada informativa (o fazer-saber), com o intuito de reconfigurar sentidos e funcionar como uma prova factual ou argumento de autoridade (recurso de demonstração científica), convencendo o interlocutor acerca do rigor do dado científico apresentado.

Figura 8: Ícones ilustrativos e as dimensões discursivas da necroalgoritmização.



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Araújo (2025)

No design do Infográfico de DC de Araújo (2025), os ícones ilustrativos funcionam como estratégias de demonstração (visada do fazer-saber), fundamentando as teses autorais por meio de uma razão persuasiva. Esta articula-se à visada de influência (o fazer-crer) para persuadir o leitor, ativando simultaneamente a visada de captação (o fazer-sentir) ao suscitar o interesse do público para o aprofundamento do conceito de necroalgoritmização. Esses grafismos funcionam como recursos linguísticos de validação e de explicação (visada do fazer-conhecer), construindo sentidos essenciais para a decodificação do fenômeno e chancelando a credibilidade da informação científica.

Para Araújo (2025), a seleção dos ícones ilustrativos obedeceu a um planejamento rigoroso, estabelecendo uma correlação semântica direta com suas respectivas categorias. Sendo recursos multissemióticos, esses elementos processam a

complexidade temática de modo didático, ordenando graficamente as imbricações entre a tecnologia algorítmica e as práticas de necropoder.

Para mapear sistematicamente essa engenharia discursiva, o Quadro 1 sintetiza os componentes da lógica argumentativa adaptados da proposta de Charaudeau (2016b). Sua disposição evidencia que o infográfico opera por meio de instruções discursivas (Charaudeau, 2016a) interligadas: a visibilidade, que projeta o impacto social da necroalgoritmização; a seriedade, manifestada no rigor icônico-verbal do texto pluricódico; e a emocionalidade, que gera efeitos afetivos e motiva o engajamento ético do interlocutor.

Quadro 1: Componentes da Lógica da Argumentação.

INSTRUÇÕES DISCURSIVAS	VISADAS ARGUMENTATIVAS	ESTRATÉGIAS DE RACIONALIDADE
Visibilidade (impacto da informação)	**Demonstração** (Fazer-Saber)	**Problematização** (proposta de contestação)
Legibilidade (uso de categorias lexicais e paratextuais)	**Explicação** (Fazer-Conhecer)	**Posicionamento** (tomada de postura crítica)
Seriedade (uso de recursos icônico-visuais)	**Persuasão** (Fazer-Crer)	**Comprovação** (uso de provas e argumentos)
Emocionalidade (efeitos afetivos, apelo emocional)	**Captação** (Fazer-Sentir)	**Validação** (atribuição de valor científico)

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Charaudeau (2016b).

A emersão empírica da necroalgoritmização e da exclusão social ganha contornos materiais a partir das postagens coletadas em redes digitais, analisadas aqui sob o escrutínio dos Estudos Críticos do Discurso (ECD). Em sua obra teórica, Mbembe (2018) assevera que a expressão máxima da soberania reside na capacidade estatal de ditar quem pode viver e quem deve ser exposto à morte. Esse necropoder caracteriza-se pelo uso de estruturas político-institucionais para gerenciar a morte como mecanismo de controle social, convertendo o Estado em uma entidade que mata, exclui e marginaliza, seja literal ou simbolicamente.

A manifestação empírica desse poder soberano no espaço físico é atestada pela megaoperação realizada no Rio de Janeiro em 28 de novembro de 2025, amplamente midiatizada pelos canais de imprensa, a exemplo do Jornal O Globo (Figura 9).

Figura 9: Manchete do portal O Globo sobre a repercussão da megaoperação policial nos Complexos da Penha e do Alemão.



Fonte: O Globo (2025)

A referida ação, deflagrada de forma conjunta pelas polícias Civil e Militar do Rio de Janeiro nos Complexos do Alemão e da Penha, resultou na morte oficial de 122 pessoas, consolidando-se como a operação policial mais letal da história do país. O episódio demonstra empiricamente a operacionalização da tese de Mbembe (2018): o Estado arroga para si a prerrogativa de determinar o extermínio de indivíduos inseridos em territórios vulnerabilizados, legitimando o evento por meio da narrativa oficial da "guerra ao crime". Ocorre, portanto, uma suspensão prática dos direitos fundamentais sob o discurso hegemônico da segurança pública, validando a lógica da necropolítica territorializada.

Ao transpor essa mecânica para o ecossistema digital, constata-se que as plataformas de redes sociais atuam como meios de perpetuação e reconfiguração das estruturas de opressão descritas por Mbembe (2018), reproduzindo preconceitos históricos como o racismo, a misoginia e a xenofobia. Conforme defende Araújo (2025), os algoritmos não são isentos; sob a farsa da neutralidade técnica, eles institucionalizam e eternizam assimetrias sociais. Essa dimensão virtual do necropoder é exemplificada de maneira contundente pela ocorrência indexada na Figura 10.

Partindo para o ambiente digital, as redes sociais também podem se configurar como meios pelos quais elementos da necropolítica de Mbembe (2018) se perpetuam e, de determinada maneira, se reconfiguram, uma vez que legitimam e reproduzem preconceitos históricos como o racismo, a misoginia, a xenofobia etc. Esta é a tese defendida por Araújo (2025) em Necroalgoritmização, em que o autor discute e defende

que os algoritmos têm vieses e, sob a farsa de neutralidade, eles eternalizam preconceitos dos mais variados tipos, conforme o que apresenta a Figura a seguir.

Figura 10: Registro de racismo algorítmico e apagamento identitário na rede social X



Fonte: Captura de tela da rede social X (2025).

O registro consiste na captura de tela da postagem de um usuário na rede social X (antigo *Twitter*), acompanhada da legenda: *"Pedi para a IA do zap [WhatsApp] ajeitar a minha 'cara' e foi brutal"*. O documento visual exibe duas imagens justapostas: à esquerda, a fotografia original e sem edições de um jovem negro; à direita, o resultado gerado pela ferramenta de Inteligência Artificial da empresa Meta (Meta AI). O dado analítico central reside no violento processo de embranquecimento operado pelo sistema computacional. A inteligência artificial eliminou os traços fenotípicos originais do jovem, substituindo-os por cabelos loiros, pele clara e nariz afilado, além de alterar acessórios e vestimentas.

Essa transformação radical, que extirpa as características biológicas e culturais de um sujeito negro para adequá-lo a um padrão eurocêntrico, corporifica precisamente o conceito de necroalgoritmização proposto por Araújo (2025). Ao ler o corpo negro como passível de correção ou inadequado, a IA promove a invisibilização e a marginalização programada de seus traços.

Infere-se, em última análise, que a soberania descrita no espaço físico por Mbembe (2018) encontra simetria exata no ambiente digital. O apagamento de uma minoria social em prol de uma estética considerada "ajeitada" pela ferramenta configura uma morte simbólica e socializada. Os algoritmos preditivos e gerativos matematizam a discriminação histórica, demonstrando que o ciberespaço contemporâneo herda e

sofistica os mecanismos de controle e destruição do necropoder tradicional, como argumenta Araújo (2025).

Resultados e discussão

A partir da análise do Infográfico de Divulgação Científica (DC), cujo design visual articula ícones ilustrativos como recursos semióticos capazes de estabelecer sentidos para o texto, identifica-se que esse dispositivo pluricódico é dotado de uma intrínseca argumentatividade. Ele se configura como uma ferramenta didática altamente eficaz para conferir credibilidade à informação perante o leitor. Sendo assim, para reforçar a eficácia do enunciado, o sujeito divulgador da ciência subordina seu projeto de fala a visadas discursivas específicas. Em função da legitimidade do saber, busca-se a validação dos fatos a partir de uma lógica argumentativa própria do discurso midiático, responsável por fazer circular a Divulgação da Ciência, o que converte o infográfico em um centralizador estratégico para a transposição e circulação do saber científico.

Em nível microdiscursivo, o infográfico ganha densidade analítica ao mobilizar coordenadamente as quatro visadas argumentativas de Charaudeau (2016b): o fazer-saber, o fazer-crer, o fazer-sentir e o fazer-conhecer. Constata-se, portanto, que esse texto pluricódico opera, no plano discursivo, como um modelo inteligível do macrofenômeno da necroalgoritmização. Os ícones ilustrativos elucidam a informação e garantem os efeitos de verdade exigidos pelo contrato de comunicação, evidenciando a credibilidade científica, a demonstração dos fatos e a relação verbo-visual como estratégias de engajamento e de circulação de um conhecimento eminentemente crítico. Desse modo, a pluricodificidade do infográfico de DC organiza visualmente uma contundente crítica social às dinâmicas de exclusão tecnológica.

No campo empírico, os dados analisados cumprem a função de elucidar o modo pelo qual a necropolítica, de Mbembe (2018), e a necroalgoritmização, de Araújo (2025), emergem como conceitos fundamentais para o exame de assimetrias contemporâneas. A articulação dessas categorias estimula uma postura reflexiva na sociedade em relação às ações promovidas pelo Estado no espaço físico e evidencia como o ecossistema digital, longe de ser neutro, atua para reproduzir, de forma automatizada, desigualdades e marginalizações estruturais.

Araújo (2025), em sua obra, discute de maneira consistente as estruturas algorítmicas implícitas que integram o cotidiano contemporâneo, manifestadas por meio de redes sociais, ferramentas de Inteligência Artificial ou sistemas correlatos. Diante do exposto, faz-se imperativo o fomento à consciência crítica dos sujeitos no tocante às mediações digitais, a fim de desvelar vieses, preconceitos e agressões discursivas camufladas sob a força da inovação técnica. Esse exercício de letramento midiático e analítico mostra-se indispensável para combater os processos de invisibilização de minorias historicamente subalternizadas, os quais operam frequentemente para perpetuar os privilégios de grupos hegemônicos de poder social.

Considerações finais

A expansão da Inteligência Artificial (IA) e o avanço tecnológico contemporâneo impulsionam a abertura de novos itinerários investigativos, sobretudo no âmbito da divulgação do saber científico. Paralelamente a esse progresso**,** constata-se a proliferação massiva de narrativas desinformativas que fragilizam o ecossistema comunicativo. Nas mídias sociais, observa-se frequentemente a circulação de discursos de ódio, misoginia, ideologias preconceituosas e violência direcionada à população negra e a outros segmentos em situação de vulnerabilidade social.

O ambiente digital configura-se, desse modo, como um espaço atravessado por forças opressoras e dinâmicas de exclusão algorítmica. Nesse cenário, a necropolítica revela-se um instrumental crítico indispensável para desvelar as denominadas “políticas de morte”, constituindo a matriz epistemológica para os estudos sobre a necroalgoritmização, compreendida como um fenômeno complexo e multidimensional.

A partir da pesquisa de Araújo (2025), abrem-se novas perspectivas para a compreensão do racismo algorítmico como uma modalidade de exclusão social e de segregação de minorias. O arcabouço teórico proposto pelo autor impulsiona a compreensão crítica acerca desse fenômeno, mobilizando reflexões necessárias sobre a arquitetura dos algoritmos e a reprodução de discursos racistas nas plataformas digitais.

Nesse contexto, esta investigação demonstrou que o infográfico constitui uma ferramenta didática e um recurso midiático altamente estratégico, dotado de grande relevância para a produção de gêneros textuais contemporâneos. Sua configuração

pluricódica amplia o alcance do discurso científico, possibilitando uma melhor inteligibilidade dos fatos por meio de efeitos visados e da demonstração da verdade factual. Desse modo, o dispositivo assegura a credibilidade científica e informativa do conteúdo veiculado pelas instâncias midiáticas.

Por fim, no contexto da Divulgação da Ciência (DC), o conceito de necroalgoritmização consolida sua relevância teórica, pavimentando caminhos profícuos para futuras investigações acadêmicas. Espera-se que este estudo sirva de estímulo para o desenvolvimento de novos artigos, dissertações e teses dedicados a explorar as múltiplas interfaces e nuances desse macrofenômeno algorítmico no campo da Linguística Aplicada (LA) e, sobretudo, dos Estudos Críticos do Discurso (EDC).

Referências

@FRANCIS15227292. **Pedi para a IA do zap ajeitar a minha "cara" e foi brutal**, 2025. Disponível em: https://x.com/natalhand0/status/1981298027672302003. Acesso em: 10/11/2025.

ARAÚJO, Júlio. **Necroalgoritmização: notas para definir o racismo algorítmico**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2025.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. *In*: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Linos; GAVAZZI, Sigrid (Orgs.). **Da língua ao discurso**: reflexões para o ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 11-27.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**: modos de organização. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

CHARAUDEAU, Patrick. Sobre o discurso científico e sua midiatização. **Calidoscópio**, Usininos, v. 14, n. 3, p. 550-556, set./dez. 2016a.

CHARAUDEAU, Patrick. A argumentação em uma problemática da influência. **ReVEL**, edição especial, v. 14, n. 12, p. 1-23, 2016b. Disponível em: http://www.revel.inf.br/files/82cdc76251f39fa72a9aa561bec1216a.pdf. Acesso em: 20/12/2025.

FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. **Colonialismo digital**: por uma crítica hacker-fananoiana. São Paulo: Boitempo, 2023.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

O GLOBO. **Megaoperação na Penha e Alemão**: Comissão de Direitos Humanos da OEA vai enviar missão ao Brasil para apurar abusos. Rio de Janeiro, 28/11/2025. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2025/11/28/megaoperacao-na-penha-e-alemao-comissao-de-direitos-humanos-da-oea-vai-enviar-missao-ao-brasil-para-apurar-abusos.ghtml. Acesso em: 07/07/2026.

PAIVA, Francisco Artuso. Leitura de imagens em infográficos. *In*: COSCARELLI, Carla Viana (Org.). **Tecnologias para aprender**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016, p. 44-60.

SILVA, Tarcízio. **Racismo algorítmico**: inteligência artificial e discriminação nas redes sociais. São Paulo: Edições Sesc, 2022.

TEIXEIRA, Tattiana. **Infografia e jornalismo**: conceitos, análises e perspectivas. Salvador: EDUFBA, 2010.

REVISTA Linguagem em pauta

DISCURSO DE ÓDIO EM TESE: ARGUMENTATIVIDADE COMO ESTRATÉGIA DE PERSUASÃO NA HQ "OS SANTOS – UMA TIRA DE ~~HUMOR~~ ÓDIO"

HATE SPEECH IN THEORY: ARGUMENTATIVITY AS A PERSUASIVE STRATEGY IN THE COMIC STRIP "THE SAINTS – A HATE ~~*HUMOR*~~ STRIP"

Georgia Carla Barreto Freire[1]

Resumo: Este artigo analisa a HQ "Os Santos – uma tira de ~~humor~~ ódio" como um dispositivo argumentativo multimodal, utilizando-se do recurso do humor como estratégia de persuasão e dramatização de hierarquias sociais que ratificam a desigualdade. Fundamentado na concepção ampliada de argumentação de Amossy (2006, 2016, 2017, 2018, 2020) e na teoria do contrato de comunicação de Charaudeau (2006, 2008, 2014), o estudo examina o episódio 2 da série que compõe a narrativa da HQ, publicada originalmente no *Instagram*. Metodologicamente, articulam-se as categorias de doxa, ethos, regime polêmico e estratégias de encenação para demonstrar como a progressão narrativa constrói posicionamentos ideológicos sem explicitar uma tese, por meio do contrato de comunicação estabelecido. A análise evidencia a mobilização de saberes de crença que naturalizam o racismo estrutural e outros preconceitos por meio da máscara do paternalismo burguês. Constata-se ainda que o humor, representado no contrato comunicativo, não suspende a argumentação, mas a intensifica por meio de estratégias de argumentatividade sequenciadas pela própria narrativa da HQ marcada no episódio.

Palavras-chave: narrativa; argumentação; humor; ódio; contrato comunicativo; desigualdade social.

Abstract: This article analyzes the comic strip *The Saints – a hate ~~humor~~ strip* as a multimodal argumentative artifact that uses humor as a persuasive strategy and as a means of dramatizing social hierarchies that reinforce inequality. Drawing on Ruth Amossy's (2006, 2016, 2017, 2018, 2020) expanded conception of argumentation and Patrick Charaudeau's (2006, 2008, 2014) theory of the communication contract, the study examines Episode 2 of the series, originally published on Instagram. Methodologically, the categories of doxa, ethos, polemical regime, and staging strategies are articulated in order to demonstrate how the narrative progression constructs ideological positions without explicitly stating a thesis, through the communicative contract established with the audience. The analysis highlights the mobilization of socially shared beliefs that naturalize structural racism and other forms of prejudice under the guise of bourgeois paternalism. The study also shows that humor, as configured within the communicative contract, does not suspend argumentation; rather, it intensifies it through argumentative strategies structured by the narrative progression of the comic strip.

[1] Mestre em Letras pelo Programa de Mestrado Profissional em Letras (ProfLetras) da Universidade Federal do Ceará (UFC) e doutoranda em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora efetiva de língua portuguesa da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (Seduc/CE). Lattes: http://lattes.cnpq.br/9671408536504262. ORCiD: https://orcid.org/0009-0009-9035-6580. E-mail: georgiabarretofreire@gmail.com

Keywords: narrative; argumentation; humor; hate speech; communicative contract; social inequality.

Introdução

A reflexão sobre argumentação tem ocupado um relevante papel nas novas discussões que vêm desenhando o panorama da difusão do pensamento ocidental sobre linguagem, persuasão e interação social. Desde a proposta de Aristóteles, em Retórica (2012), a argumentação passou a ser compreendida como a arte de descobrir, em cada caso, os meios de persuasão disponíveis.

Nessa perspectiva inaugural, estruturada a partir das categorias de ethos, pathos e logos, o discurso não se reduz a uma técnica formal, mas articula razão, emoção e credibilidade em situações de interação. A retórica aristotélica, ao reconhecer a dimensão prática e situada da linguagem, inaugura uma tradição que atravessará séculos, ora marginalizada pelo ideal lógico-formal, ora revalorizada como saber central das humanidades.

Da Idade Média ao período moderno, a argumentação foi sendo relacionada, subordinadamente, à lógica e à dialética, ocasionando uma reviravolta decisiva, com a chamada "Nova Retórica", formulada por Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca em Tratado da Argumentação: A Nova Retórica (1996). Nessa nova proposta, os autores deslocam as atenções e o foco da demonstração lógica e implementam a adesão do auditório, recolocando a argumentação no campo das práticas sociais.

Ao longo do tempo, as estratégias argumentativas foram ganhando formas diversas em decorrência dos recortes de pesquisa a serem analisados e dos objetivos propostos. Já no âmbito dos estudos linguísticos e da análise do discurso, autores como Ruth Amossy (2006, 2016, 2017, 2018, 2020) passam a compreender a argumentação como dimensão constitutiva de todo discurso, com ou sem intenção explícita de persuadir. Segundo a autora, a argumentação não deve ser entendida apenas como técnica persuasiva restrita a gêneros deliberativos (ou argumentativos), mas como uma dimensão constitutiva do discurso social, que pode ser responsável pela maneira como os textos assumem o caráter sociocomunicativo permeado pela relação de interação entre os interlocutores e pelo meio no qual estão inseridos.

Aponta-se também, nesse âmbito, a relevância dos estudos de Charaudeau (2006, 2008, 2014), que defendem, de acordo com a Teoria Semiolinguística de Análise do Discurso, a tese de que todo texto expressa um ponto de vista daquele que enuncia, seja de maneira explícita ou implícita.

Compreende-se, portanto, que toda prática discursiva orienta posições, constrói enquadramentos baseados no que está pré-estabelecido e organiza modos de adesão em sociedade. Com isso, a argumentação passa a ser entendida como prática sociocultural que atravessa diferentes materialidades semióticas e multissemióticas, englobando em suas categorias de análise diversos gêneros nos quais o viés argumentativo não era validado.

Por meio dessa ampliação em relação ao conceito de argumentação e seus objetos de análise, podemos incluir, no campo desses estudos, gêneros híbridos e multimodais, como por exemplo as histórias em quadrinhos (HQ), gênero utilizado neste trabalho, a fim de demonstrar que sua forma narrativa, combinando linguagem verbal e não verbal, tanto conta histórias quanto constrói posicionamentos. Essa narrativa pode vir a encenar conflitos de valores, produzindo adesão por meio de recursos específicos provenientes desses textos (enquadramento de cenas, cores, balões, onomatopeias, dentre outros). Desse modo, pensar a argumentação no gênero HQ (referido em sua estrutura, majoritariamente, como texto narrativo) implica reconhecer a historicidade do conceito e sua expansão teórica até os debates contemporâneos sobre multimodalidade, discurso e circulação midiática.

Com base nisso, neste artigo, propõe-se examinar como as HQ operam como dispositivos argumentativos complexos, nos quais texto e imagem se entrelaçam na produção de sentidos, afetos e tomadas de posição no espaço público contemporâneo, além de defender a tese de que a narrativa apresenta desdobramentos pré-estabelecidos socialmente por instâncias sociais que regulamentam, oprimem, segregam e ditam normas eficazes para a prática do preconceito e para a justificativa e validação do sistema de necropolítica como organização social. Necropolítica é um conceito cunhado por Mbembe (2018), que ratifica essa hipótese a partir de uma atualização da noção de biopoder, de Michel Foucault, enquanto um instrumento de controle que o Estado exerce sobre o corpo dos indivíduos.

Para isso, toma-se o corpus composto pela HQ "Os Santos – uma tira de ~~humor~~ ódio", representada pelo episódio 2, intitulado de O absurdo. O recorte para a análise se deu em decorrência da quantidade de tiras que organizam a narrativa, sendo 148 episódios distribuídos semanalmente, pelo Instagram de um dos autores da história. O episódio 2 demonstrará como as estratégias de argumentatividade se apresentam nessa HQ, inclusive, ligadas ao suporte de veiculação como um dos recursos para interação. As categorias de análise também foram recortadas do seu quadro maior, uma vez que é preciso delimitar pelo espaço físico aqui definido e pelo recorte do corpus.

Este trabalho se divide em sete seções organizadas de acordo com as categorias de análise escolhidas para demonstrar as estratégias de argumentatividade no texto. Além da introdução, que aponta a ampliação do conceito de argumentação sendo alocado a vários estudos contemporâneos da linguagem, a seção dois mostra, sinteticamente, as categorias teórico-metodológicas que fomentam esta análise, de acordo com os estudos de Amossy (2006, 2016, 2017, 2018, 2020) e Charaudeau (2006, 2008a, 2014). A seção três faz uma breve contextualização sobre a narrativa escolhida e apresenta o recorte analisado, bem como o seu papel na reflexão e discussão sobre preconceitos e desigualdade social. Adiante, nas seções que se seguem, inicia-se uma demonstração analítica das categorias doxa e ethos, no tópico quatro, regime polêmico, no tópico cinco, encenação como estratégia e contrato de comunicação no tópico seis e, por fim, algumas considerações sobre os resultados.

Metodologia

Esta análise parte de uma concepção ampliada de argumentação, entendida não como técnica persuasiva restrita a gêneros deliberativos, mas como dimensão constitutiva do discurso social (Amossy, 2006, 2018). Assume-se, portanto, que toda prática discursiva orienta posições, constrói enquadramentos e organiza modos de adesão.

O *corpus*, episódio 2 da HQ "Os Santos: uma tira de ~~humor~~ ódio", não é tratado apenas pelo viés humorístico, mas é investigado como acontecimento discursivo situado, sendo atravessado por formações ideológicas, contratos de comunicação e regimes de circulação midiática.

Metodologicamente, neste artigo, articulam-se as noções de dimensão argumentativa (e suas estratégias) e regime polêmico, discutidos nos trabalhos de Amossy (2006, 2016, 2017, 2018, 2020), bem como a teoria do contrato de comunicação e as estratégias de encenação, por Charaudeau (2006, 2008a, 2014). Para se compreender as categorias utilizadas para a análise do texto, faz-se relevante apresentar, mesmo que sinteticamente, os quadros analíticos que fomentam os resultados apontados neste trabalho.

Quadro 1: Categorias analíticas das estratégias de argumentatividade segundo Amossy

CATEGORIA	DEFINIÇÃO	FUNÇÃO NA ANÁLISE
Dimensão argumentativa do discurso	Todo discurso orienta sentidos e constrói um ponto de vista, mesmo quando não visa persuadir explicitamente.	Permite analisar textos não tradicionalmente persuasivos (HQ, narrativos, humor, mídia).
Situação argumentativa	Configuração comunicativa que envolve locutor, alocutário e contexto sociocultural.	Define as condições de produção da argumentação.
Contrato de comunicação	Conjunto de expectativas e normas que regulam a troca discursiva.	Explica os limites e possibilidades da argumentação.
Ethos discursivos	Imagem de si construída no discurso.	Confere credibilidade e legitimidade ao enunciador.
Pathos	Mobilização de afetos no auditório.	Produz adesão por meio da emoção.
Doxa	Conjunto de opiniões e crenças compartilhadas socialmente.	Serve de base para a argumentação.
Polêmica	Confronto explícito ou implícito entre posições discursivas.	Revela conflito de valores e disputas de sentido.
Interdiscursividade	Presença de outros no texto.	Mostra como o discurso se inscreve em debates sociais.
Modalização	Marcas linguísticas que indicam grau de certeza, julgamento ou avaliação.	Evidencia posicionamento do locutor.
Estratégias argumentativas	Procedimentos retóricos (exemplificação, analogia, ironia, estereótipo etc.).	Concretizam a orientação argumentativa.

Fonte: Elaboração própria

Quadro 2: Categorias analíticas para o contrato de comunicação e estratégias de encenação segundo Charaudeau

EIXO TEÓRICO	CATEGORIA	DEFINIÇÃO	FUNÇÃO NO DISCURSO
Contrato de Comunicação	Identidade dos parceiros	Definição de quem fala e para quem fala (EU comunicante / TU interpretante).	Estabelece legitimidade e papéis sociais.
	Finalidade	Determinação do objetivo do ato comunicativo (informar, persuadir, seduzir, polemizar).	Orienta a organização discursiva.
	Dispositivo	Condições materiais e institucionais (mídia, escola, política, redes).	Molda formas e limites do dizer.
	Gênero discursivo	Modelo relativamente estável de organização do discurso.	Regula expectativas do público.
	Cenário comunicativo	Situação encenada da interação.	Produz efeitos de sentido e posicionamento.
Estratégias de Encenação	Estratégia de legitimidade	Construção da autoridade do locutor.	Garante credibilidade.

EIXO TEÓRICO	CATEGORIA	DEFINIÇÃO	FUNÇÃO NO DISCURSO
	Estratégia de credibilidade	Uso de dados, provas, testemunhos.	Sustenta a verossimilhança.
	Estratégia de captação	Recursos para atrair e manter a atenção (dramatização, emoção, humor).	Mobiliza o público.
	Estratégia de dramatização	Intensificação do conflito ou da emoção.	Produz efeito espetacular.
	Estratégia de polêmica	Encenação do confronto e do antagonismo.	Reforça polarização e adesão identitária.

Fonte: Elaboração própria.

Com base nessas categorias, não se busca determinar a "intenção" do autor da HQ, mas busca-se analisar os efeitos de sentido produzidos pela organização enunciativa. Para isso, a investigação aqui desenvolvida é de abordagem qualitativa e de orientação discursiva, a qual, segundo Paiva (2019), acontece no intuito de compreender, descrever e explicar fenômenos que se apresentam no âmbito social.

Ademais, o procedimento analítico compreende: i) a identificação das marcas de doxa mobilizadas na tira; ii) a análise da construção de ethos e das posições enunciativas que sua imagem reflete; iii) a identificação de traços do regime polêmico fomentado pelas relações de poder estabelecidas na tira; iv) a análise do contrato de comunicação e das suas instâncias para validação ou rompimento por meio das práticas discursivas.

A narrativa de "Os santos – uma tira de ~~humor~~ ódio"

As histórias em quadrinhos têm características estruturais e específicas do gênero que chamam a atenção de pessoas de qualquer faixa etária, talvez pelo fato de se utilizarem de recursos multimodais e/ou multissemióticos para a construção de sentido. Segundo Vergueiro (2007), é possível definir as HQ como enredos, sejam eles curtos ou longos, narrados quadro a quadro, por meio de textos verbais e/ou não verbais, que se utilizam de um discurso próximo à linguagem oral, materializado por meio do discurso direto, uma vez que "os quadros ou vinhetas constituem a representação, por meio de uma imagem fixa de um instante específico ou de uma determinada ação e acontecimento" (p. 24). Esses textos podem variar em sua composição formal, trazendo tiras livres ou quadros que se completam como uma narrativa de episódios.

A HQ "Os Santos – uma tira de ~~humor~~ ódio", de Leandro Assis, ilustrador e criador dos quadrinhos em parceria com Triscila Oliveira, colaboradora na criação do enredo, conversa com a realidade da sociedade brasileira e traz uma cena muito comum – uma família de classe média/alta que, apesar de dizer o contrário, tem comportamento preconceituoso e racista, principalmente em se tratando das mulheres que prestam serviços domésticos diários em sua casa e/ou para membros da família.

A HQ apresenta dois cenários muito diferentes:

i) a família rica, moradora de bairro nobre e detentora de imóveis e de uma empresa milionária

ii) a família pobre, prestadora de serviços, moradora de comunidade e sem posses financeiras, que vive apenas do salário pago pelo seu trabalho

Essa realidade apresenta o contraste social em um retrato do que, muitas vezes, nós brasileiros não conseguimos enxergar ou admitir. A família Santos, no primeiro cenário, representando a alta sociedade e suas ideologias baseadas na meritocracia, e a família de Dona Didi, segundo cenário, composta por mulheres negras, moradoras de periferia e empregadas da casa dos Santos desde a infância, cada uma a seu tempo.

A história vinha sendo publicada na rede social *Instagram,* de Leandro Assis, com episódios semanais, que foram ganhando forma de acordo com a receptividade analisada por meio dos comentários na rede social a cada novo lançamento. A narrativa foi concluída com um total de 148 episódios, transformando-se mais recentemente, em um livro, que reúne todos os episódios da HQ e se apresenta pelo mesmo título aqui mencionado.

Sendo assim, com base na ampliação do conceito de argumentação que vem se desenhando nos estudos linguísticos contemporâneos, sendo as propostas de Amossy (2006, 2016, 2017, 2018, 2020) e Charaudeau (2006, 2008a, 2014) mais caras à análise aqui proposta, compreende-se que a referida obra apresenta aspectos que compõem a sua argumentatividade e seu caráter de persuasão, uma vez que os aspectos e temas abordados por meio das linguagens verbal e não verbal podem vir a construir uma representação avaliativa do mundo e convocar o leitor a aderir (ou rejeitar) um posicionamento mobilizando estratégias retóricas conforme a orientação discursiva do encadeamento narrativo.

A seguir, apresentamos uma síntese da narrativa de "Os Santos – uma tira de ~~humor~~ ódio", a fim de compreendemos como se dá a progressão narrativa.

A progressão narrativa como encenação argumentativa

Em "Os Santos – uma tira de ~~humor~~ ódio", a narrativa permeia as relações sociais e coloca em evidência as vozes que emanam o poder quando se trata do racismo e outros preconceitos, muitas vezes, velados pelas boas intenções ou pelo pagamento por serviços prestados dos patrões à classe trabalhadora. Além disso, a referida história está próxima do universo popular e se apresenta de maneira acessível para uma grande parcela da sociedade não apenas considerando o gênero em questão, mas também o suporte no qual o texto é divulgado (*Instagram*) e a reflexão e a interação que se propõe por meio dele.

Assim, sua argumentatividade não reside na defesa explícita de uma tese, mas na orientação implícita dos sentidos que se apresenta por meio da linguagem e de recursos textual-discursivos como ironia e humor. Vale ressaltar ainda que a própria sequência narrativa conduz o leitor a uma conclusão avaliativa, sendo demonstrada pelo encadeamento narrativo proposto por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996). No projeto da Nova Retórica, os autores afirmam que a argumentação pode operar por meio da disposição encadeada de fatos e situações que levam à adesão a uma conclusão implícita.

A fim de analisarmos como os elementos teóricos-metodológicos que permeiam o conceito ampliado de argumentação segundo Amossy (2006, 2017, 2018, 2020) e Charaudeau (2008a, 2008b), faz-se necessário ler e analisar o episódio a seguir que compõe o recorte do *corpus* aqui mencionado e servirá como base para a demonstração das estratégias de argumentatividade apresentadas nas próximas seções:

Figura 1: Episódio 2: O absurdo



Fonte:https://www.instagram.com/s/aGlnaGxpZ2h0OjE3ODU0NzE5NDA2ODMwODEx?story_media_id=2250340993199371432_8262103174&igshid=YmMyMTA2M2Y=. Acesso em 09 nov. 2022.

O episódio escolhido para análise apresenta o tema geral retratado na história pelos autores da HQ. A partir dele, a construção das ideias e posicionamentos vão sendo desenhados e moldados, os personagens ganham forma e representatividade social de acordo com a sua ideologia e toda a linguagem que constrói o texto e produz a formulação de sentido para os interlocutores como será descrito adiante. A estrutura da tira não é episódica, embora a HQ seja dividida dessa forma, mas progressiva e cumulativa, na qual percebe-se, por meio de um discurso aparentemente cordial, a naturalização da desigualdade social, do racismo e de outros preconceitos.

Doxa e reprodução intergeracional da servidão

Segundo Amossy (2018), a argumentação aporta-se na doxa, sendo esta "[...] o conjunto de opiniões, crenças e representações partilhadas que circulam em uma comunidade em determinado momento histórico e que constituem o pano de fundo sobre o qual se apoia toda argumentação" (Amossy, 2018, p. 46). Sendo assim, ao analisarmos o episódio apresentado, deparamo-nos com a mobilização de uma doxa específica da realidade brasileira que compreende muitos aspectos mantenedores dos posicionamentos que orientam as práticas discursivas.

Na tira, fica implícita a naturalização do trabalho doméstico como destino de mulheres, mais precisamente de mulheres negras. Elas se tornam símbolos do lar no que diz respeito ao cuidado com a casa, filhos e bem-estar dos patrões. A ideia de que elas são "quase da família" reforça um modelo que traz heranças do regime escravocrata como domesticação simbólica da desigualdade. Esse modelo é inteligível e invalidado nas instâncias sociais.

A associação entre pobreza e descontrole reprodutivo, também mencionada no episódio lido, no penúltimo quadro, pauta-se em um discurso que compreende a classe dos trabalhadores de baixa renda e moradores de periferia, como pessoas sem instrução alguma, capazes de se reproduzirem em troca de regalos financeiros, mesmo que isso não contribua completamente com o sustento de suas famílias. Paralelamente, a classe média-alta da população, sendo representada na tira pelos patrões e seus convidados, todos brancos, com poder aquisitivo consideravelmente superior ao de grande parte da população do país, deixa claro o seu ressentimento de classe articulado a disputas

políticas que marcam a polarização entre direita (e extrema-direita nos parâmetros atuais) e esquerda.

Vale ressaltar que essa doxa específica não aparece como tese explícita na narrativa do episódio 2 (vai se formando, mesmo que, implicitamente, ao longo dos episódios publicados e se moldando aos posicionamentos aceitáveis ou não dos interlocutores). Ela emerge como pano de fundo pressuposto, revelando o que Charaudeau (2008) denomina como "saberes de crença" que estruturam o contrato de comunicação, fazendo com que a argumentatividade da tira resida na exposição desse fundo ideológico e do reconhecimento de uma lógica social familiar. Essa constatação traz, mais uma vez, à luz heranças do período da escravidão e da submissão social manifestadas hoje pelo racismo, homofobia, intolerância religiosa, machismo e outros preconceitos postos na narrativa humorística e irônica de *Os Santos – uma tira de ~~humor~~ ódio*.

Ethos e hierarquização simbólica

Amossy (2018) descreve o ethos como uma imagem de si que o locutor constrói em seu discurso. Essa imagem pode exercer influência nas representações das práticas sociais e discursivas. Essa definição sintetiza a perspectiva de que o ethos não é a personalidade real do sujeito empírico, mas uma construção discursiva, produzida linguisticamente e orientada para a adesão do interlocutor (Amossy, 2018). Assim, compreende-se que a construção da imagem de si é central para se criar e se reconhecer estratégias de argumentatividade.

Adiante, analisaremos a construção do ethos dos personagens com base em sua enunciação, enquadramento na tira e posicionamentos ideológicos.

Ethos da elite doméstica

A partir do conceito de ethos como uma imagem de si construída por outrem, pode-se notar que os personagens brancos que aparecem no episódio em análise constroem inicialmente uma imagem envolta pelos princípios de respeitabilidade (vestimentas, maneiras de se comportar à mesa, aspectos de autocuidado), organização familiar ("Você lembra da Didi, que trabalhava aqui em casa?"/ "Mas não ficamos na mão. Colocamos as

filhas dela para trabalhar") e conhecimento meritocrático ("Aposentou. 65 anos! Pode?!"). Contudo, essa imagem fomenta os aspectos de paternalismo como máscara de exploração, de apropriação da força de trabalho (a aposentadoria da mãe e o trabalho doméstico como herança para as filhas) e a desqualificação do "outro" em nome da "moral e dos bons costumes".

Diante disso, a premissa de Amossy (2018), que versa sobre o ethos não ser apenas a imagem individual, mas também a inscrição em posições sociais, parece ir em direção com a performance da posição estrutural da elite, cuja benevolência mascara a reprodução da desigualdade ("E tem a Ediviges. Mas essa se acha boa demais para ser doméstica. É caixa de banco").

Ethos do "cidadão ressentido"

Seguindo com a análise da construção do *ethos*, faz-se relevante observar que o patrão, no penúltimo quadro, menciona o "Lula" por meio de uma posição ideológica específica: i) o ressentimento redistributivo pautado na polarização entre partidos e candidatos políticos que representem os seus interesses; ii) a rejeição à mobilidade e a ascensão social como forma de se restringir benefícios a uma pequena parcela da população; iii) a construção e o reconhecimento do pobre como ameaça demográfica, que pode levar a escassez de recursos devido a quantidade de pessoas a serem atendidas.

Esse *ethos* mobiliza um discurso político polarizado, deslocando o comentário doméstico para o campo da disputa ideológica nacional e retificando a ideia de que o pobre é de esquerda por que não quer trabalhar o suficiente para usufruir dos recursos disponíveis em sociedade (mais uma vez o princípio da meritocracia).

O ethos das empregadas

O *ethos* das empregadas, que prestam serviço na casa da família Santos, em se tratamento especificamente do episódio em análise, é construído por meio do que Amossy (2018) chama de heterodiscursividade. As personagens aparecem nessa tira, mas não falam. Elas são faladas, descritas, representadas e classificadas por meio do discurso de

outrem, mas levando em consideração também o enquadramento das cenas em que cada uma delas aparece.

Sendo assim, o *ethos* aqui construído assume vários papéis. O primeiro deles é o de *ethos* atribuído pela patroa já nos primeiros quadros ("É craque na cozinha"/ "Aprendeu com a mãe dela") no qual se constrói uma imagem aparentemente positiva, mas que apenas reforça a premissa de que são herdeiras do trabalho doméstico como único meio de sobrevivência.

Em seguida, o *ethos* de continuidade intergeracional, que constrói o perfil da linhagem desde o trabalho da Dona Didi até os serviços prestados pelas filhas tanto para os patrões antigos, quanto para os outros membros da família, explicitado na sequência da tira como uma reprodução de linhagem funcional.

Ademais, pode-se construir também o *ethos* silenciado baseado no fato de que nesse episódio especificamente, as empregadas não falam e apenas são apresentadas e enquadradas com foco em sua submissão social (além de serem classificadas pelos patrões, as mulheres negras aparecem sempre com o olhar baixo e a fisionomia "vazia", apenas desempenhando as suas funções domésticas). Mediante isso, instalam-se o caráter de subalternização, a posição não deliberativa diante das ações principais representadas pelos personagens brancos e a exclusão do espaço argumentativo como último recurso de inferiorização desses sujeitos e a sua desumanização progressiva ("esse povo"). Infere-se, portanto, que as mulheres negras, nesse episódio, não participam do regime polêmico; são objeto dele.

Regime polêmico e exclusão simbólica

Em *Apologia da polêmica*, Amossy (2017) apresenta a polêmica como uma modalidade argumentativa fundamentada no dissenso, sendo a "manifestação discursiva sob forma de embate, afrontamento brutal, de opiniões contraditórias que circulam no espaço público", em que "o antagonismo das opiniões apresentadas no seio de um confronto verbal é sua condição *sine qua non*", sendo essencial para as práticas discursivas e sociais. Desse modo, a autora diz que

[...] o discurso polêmico é marcado por um contradiscurso que lhe constitui; não basta que um locutor mobilize argumentos para sustentar a sua tese: ele necessita,

também, trazer argumentos que refutem ou desqualifiquem a tese de seu adversário ou o próprio adversário enquanto sujeito enunciador." (Amossy, 2017, p. 49).

Ao compreender o regime polêmico como forma de argumentação que organiza o dissenso por meio, principalmente da desqualificação do adversário, pode-se notar que durante todos os quadros da tira em análise, essa desqualificação não só é apresentada como é mascarada mediante a falsa ideia de cuidado e de ajuda envoltos no princípio do paternalismo.

Segundo a autora, o discurso polêmico se instala em três movimentos específicos que organizam o poder de argumentação: a *dicotomização*, que marca uma coexistência de posicionamentos contrários sobre um determinado tema; a *polarização*, com a existência de uma centralidade de pontos de vista mediados pelos princípios, fazendo com que o acordo seja bloqueado; a *desqualificação,* pela construção da interação polêmica que se faz com o uso de expressões linguísticas de teor depreciativo em relação ao outro (Amossy, 2017).

Com base nisso, expressões como "não aguento pobre chique", "esse povo", "essa se acha boa demais", ao longo dos quadros, instauram uma fronteira identitária com base em quem seria mais importante, quem teria mais voz na sociedade; marcam um processo de generalização desumanizante que, na maioria das vezes, animaliza a figura da mulher negra e condiciona sua inferioridade; formulam uma hierarquização moral, na qual a figura da "família tradicional" e do "cidadão de bem" seguem como modelos a serem seguidos e defendidos diariamente.

Por se tratar do gênero HQ, estruturante em sua instância narrativa, a argumentatividade por meio do regime polêmico, aparece nas escolhas lexicais e nos recursos multissemióticos que encenam a história. Nesse caso especificamente, vale ressaltar que o gênero, o suporte e a forma de interação (ocorrendo também por meio de comentários na postagem), contribuem para a construção de estratégias que podem levar à adesão da proposta/tema apresentada como afirmam Cavalcante, Pinto e Brito (2018) ao dizer que "[...] gênero determina o enquadre enunciativo em que essa interação polêmica pode se dar no espaço público e orienta sobre como os interlocutores podem se colocar nos papéis de Proponente e de Oponente dentro do conflito interdiscursivo que o texto evidencia" (2018, p. 17).

No episódio, não há debate, há apenas exclusão. Essa exclusão se dá pelo silenciamento tanto das vozes quanto da imagem que se faz das mulheres negras. O riso coletivo, representado no último quadro e no caráter humorístico da narrativa de "Os Santos – uma tira de ~~humor~~ ódio", funciona como ritual de confirmação grupal — um dispositivo de consolidação ideológica. O humor, nesse caso, não suaviza o conflito, mas o dramatiza e o legitima, instalando o seu contrato de comunicação, como será exemplificado na próxima seção.

Contrato de comunicação e ambivalência interpretativa

Charaudeau (2008; 2014) apresenta o conceito de contrato de comunicação como o conjunto de condições que tornam possível um ato de linguagem. E esse ato media as práticas discursivas. O contrato se envolve nas instâncias de *quem fala* (instância de produção); *para quem se fala* (instância de recepção); *em qual dispositivo/suporte*; *com que finalidade*; *sob quais expectativas compartilhadas* pelos interlocutores. Essas instâncias regulam o que pode ser dito, como pode ser dito, explorando seus limites.

No recorte analisado, o contrato comunicativo se apresenta como humorístico-midiático no momento em que, no próprio título (que aparece ao final de cada episódio), a tira se qualifica como "*uma tira de humor ódio*", com a palavra humor riscada ao meio e a palavra ódio escrita em vermelho, como uma marca de sangue que simboliza a luta de classes ao longo da história. De fato, não há humor real. Essa estratégia foi utilizada para denunciar o discurso de ódio velado por meio das relações na narrativa.

Essa autodenominação já configura o contrato, que se classifica híbrido: sendo em sua interpretação humorístico, ao permitir a utilização de recursos como exagero e ironia; polêmico, pela autorização do desconforto em busca da adesão; crítico-social, pois sugere a reflexão sobre desigualdade, meritocracia e preconceitos diversos, como por exemplo, o fato de que todas as filhas de dona Didi precisam trabalhar na casa dos Santos e assumirem as tarefas domésticas. Pela estrutura e suporte de publicação, o leitor entra no texto já advertido de que haverá provocação, sugerindo um posicionamento dos interlocutores.

Na tira, o contrato apresenta as instâncias que regem a sua materialização nas práticas sociais, apresentadas a seguir:

a) Instância de produção

Aqui, o enunciador empírico (autores da tira) ocupa posições diversas como: produtores de humor gráfico, utilizando da linguagem multissemiótica da HQ; comentadores sociais, trazendo à discussão temas polêmicos; provocadores, na medida em que sugerem posicionamentos, mesmo implicitamente.

O contrato se apoia no dispositivo de circulação digital (*Instagram*), pressupondo a rapidez de leitura, o potencial de viralização por meio das visualizações e dos compartilhamentos; a reação imediata do público por meio das curtidas e dos comentários.

b) Instância de recepção

O leitor projetado pelo texto deve ser aquele que reconhece a estrutura social brasileira, identifica a hierarquia racial implícita, entende a referência política (menção a Lula, às pessoas com a camisa da seleção brasileira) e tolera humor ácido, que vem ganhando destaque com o objetivo de fazer crítica social. Desse modo, o contrato supõe competência sociopolítica por parte dos interlocutores.

c) Finalidade comunicativa

O texto em questão tem por finalidades informar, seduzir; persuadir; fazer agir; fazer reagir à proporção que a discussão vai sendo instalada. Sua finalidade principal não é informar, mas provocar uma reflexão que leve à adesão de um posicionamento e a reação aos que se fazem contrários. O riso ao final funciona como um mecanismo de captação forçando o desconforto ou a rejeição de quem lê.

d) Saberes mobilizados no contrato

Charaudeau (2008, 2014) faz a distinção entre saberes, apontando os saberes de conhecimento (fatos verificáveis) e os saberes de crença (valores, ideologias). Vale ressaltar que estes regem nossas práticas e posicionamentos sociais.

Na tira, os saberes de crença estão marcados pela ideia de que o trabalho doméstico é herdado, pela associação entre pobreza e reprodução e pela narrativa política da ascensão social recente. Esses saberes estruturam a inteligibilidade da piada, do humor que desqualifica o outro e que é responsável pela validação do contrato.

e) Estratégias dentro do contrato

Primeiro, a dramatização apresenta como a progressão dos quadros intensifica o discurso preconceituoso, mas validado socialmente. Depois, a captação se instala pela

reprodução do humor e da ironia, que servem para capturar a adesão emocional dos interlocutores. Por fim, a polarização representada pela expressão "esse povo" como a marcação de uma fronteira simbólica central do contrato.

f) Ruptura e tensão do contrato

Mesmo que o contrato humorístico autorize o exagero e a ironia, falas de teor pejorativo ("Como esse povo se reproduz!") tensionam os limites éticos, podendo o leitor compreender como denúncia e como reprodução de um discurso conservador. Isso provoca e quebra expectativas que podem vir a gerar o rompimento do contrato pela rejeição à piada. Isso é característico do humor polêmico contemporâneo, que trabalha na fronteira da aceitabilidade.

g) Contrato e hierarquia social

Há ainda um contrato implícito como o contrato social brasileiro da cordialidade racial, como sendo uma falsa aceitação do pacto pelo término do regime escravocrata. Nesse caso, a tira expõe a fragilidade desse pacto, revelando que a cordialidade funciona como uma máscara criada pelo paternalismo e sua forma "sútil" de dominação, que enxerga a desigualdade como pressuposto estruturante.

h) Contrato e circulação digital

Por meio do ambiente das redes sociais, o contrato não se estabelece somente entre autor e leitor, podendo ser mediado por algoritmos nos quais algoritmos o engajamento redefine sua visibilidade. É o caso da HQ "Os Santos – uma tira de ~~humor~~ ódio", que se apresenta em um momento de constante polarização política no país. Assim, o humor polêmico, dependendo das suas formas de engajamento, tende a reforçar o contrato com públicos ideologicamente alinhados e romper com outros. Com base nisso, compreendemos que a argumentatividade, nesse episódio, não se baseia em silogismos, mas em encenação social marcadas pelas práticas. Sua eficácia (persuasão e adesão de posicionamentos) não depende de provas concretas, mas de reconhecimento mediado pela interação (Charaudeau 2008, 2014).

Considerações Finais

Ao se articular as categorias téorico-metodológicas propostas pelos estudos de Amossy e Charaudeau, percebe-se que a tira analisada pode ser compreendida em sua

essência como um dispositivo de exposição da doxa racista e classista da sociedade contemporânea, como recurso de inteligibilidade e de dominação. A narrativa pode ser entendida também como um espaço de encenação polêmica, no qual a discussão é negada e silenciada, deixando espaço apenas para a constatação preconceituosa maquiada pelo paternalismo; um ato de dramatização das hierarquias sociais brasileiras, descobrindo as suas camadas mais profundas e a capacidade de desumanização desqualificação do outro com base em suas ideologias supremacistas e como uma prática discursiva que transforma o humor, a sátira, a ironia e o riso em operador ideológico das relações poder na sociedade e suas marcas de exclusão.

Constata-se ainda que o humor não suspende a argumentação, mas a intensifica por meio de estratégias de argumentatividade sequenciadas pela própria narrativa da HQ, que escancara o modo como a desigualdade é naturalizada pela linguagem cotidiana, pela falsa sensação de apoio e pela segregação das classes de menor poder aquisitivo, formadas pelas minorias representadas aqui pela figura da mulher negra.

Esta análise sustenta ainda que o recurso do humor não é exterior à ideologia e que pode funcionar como mecanismo de denúncia e sugerir uma adesão pelos interlocutores. Defende-se, ainda, por meio dos exemplos analíticos, a premissa de que a argumentação pode operar sem formulação explícita de tese e pode estar envolta na linguagem a partir da utilização de recursos multissemióticos, instalando a polêmica como base para estruturar discursos cotidianos.

Por fim, ratifica-se que a narrativa de "Os Santos – uma tira de ~~humor~~ ódio", analisada pelo recorte, funciona como microdispositivo de reprodução (ou exposição) das hierarquias raciais e de classe brasileiras. Sua potência argumentativa não reside na declaração direta, mas na dramatização gradual de um sistema de crenças naturalizado no dia a dia, nas relações sociais mais diversas.

Referências

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução de Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

AMOSSY, Ruth. **L'argumentation dans le discours**: discours politique, littérature d'idées, fiction. 2. éd. Paris: Armand Colin, 2006.

AMOSSY, Ruth. **L'argumentation dans le discours**. 3. ed. Paris: Armand Colin, 2016.

AMOSSY, Ruth. **Apologia da polêmica**. Tradução de Mônica Magalhães Cavalcante. São Paulo: Contexto, 2017.

AMOSSY, Ruth. **A apresentação de si**. São Paulo: Contexto, 2018.

AMOSSY, Ruth. **A argumentação no discurso**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Contexto, 2020.

CAVALCANTE, Mônica; PINTO, Rosalice; BRITO, Mariza. Polêmica e argumentação: interfaces possíveis em textos midiáticos de natureza política. **Diacrítica**, v. 32, n. 1, p. 5-24, 2018.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. **L'argumentation dans une problématique d'influence**. Paris: Armand Colin, 2008a.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**: modos de organização. São Paulo: Contexto, 2008b.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2014.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. **Manual de pesquisas em estudos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2019.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

VERGUEIRO, Waldomiro *et al*. **Como usar as Histórias em Quadrinhos na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2007.

REVISTA Linguagem em pauta

A CONSTRUÇÃO ARGUMENTATIVA NO VOTO DA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA SOBRE A ADPF 973 VIDAS NEGRAS

THE ARGUMENTATIVE CONSTRUCTION IN JUSTICE CÁRMEN LÚCIA'S VOTE ON ADPF 973 BLACK LIVES MATTER

Lucas Lourenço Carvalho[1]
Aurea Suely Zavam de Stefani[2]

Resumo: O debate sobre a persistência do racismo estrutural na sociedade brasileira tem revelado, em diversas instâncias jurídicas e sociais, a ineficácia do poder judiciário na garantia da dignidade humana à população negra. Nesse sentido, este trabalho objetiva analisar a construção argumentativa no voto da Ministra Cármen Lúcia em relação à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 973, popularmente conhecida como ADPF Vidas Negras. A investigação apoia-se em um referencial teórico que concebe o texto como prática efetivamente social e situada (Cavalcante *et al.*, 2020); aciona as categorias centrais da Linguística Textual, tais como coesão, coerência, progressão temática, intertextualidade e modalização deôntica (Marcuschi, 2008, 2010; Elias, 2016; e Beaugrande e Dressler, 1981); recorre a Almeida (2019) e Carneiro (2023) para compreender o fenômeno do racismo na sociedade brasileira, além de vincular-se ao entendimento do texto jurídico não apenas como um artefato normativo, mas como um evento discursivo, atravessado por valores, posicionamentos e estratégias argumentativas. Metodologicamente, o estudo adota uma abordagem qualitativa e interpretativa ao analisar o voto oral da Ministra Cármen Lúcia, proferido no âmbito do Supremo Tribunal Federal, em julgamento que problematiza a persistência do racismo estrutural na sociedade brasileira e a possibilidade de reconhecimento de um estado de coisas inconstitucional. Para isso, realizam-se os seguintes passos: (i) transcrição e seleção de excertos representativos do voto; (ii) identificação das estratégias linguístico-textuais mobilizadas na construção da tese; (iii) análise interpretativa dos efeitos de sentido produzidos por tais estratégias, considerando o contexto institucional de produção do discurso. Dessa forma, busca-se evidenciar como a organização textual e discursiva do voto contribui para a legitimação argumentativa da tese sobre a inconstitucionalidade dessa problemática, bem como para a ampliação do debate jurídico acerca do racismo estrutural no Brasil.

Palavras-chave: linguística textual; construção argumentativa; racismo estrutural.

Abstract: The ongoing debate regarding the persistence of structural racism in Brazilian society has exposed, across various legal and social contexts, the judiciary's limited effectiveness in safeguarding

[1] Mestrando em Linguística da Universidade Federal do Ceará (UFC). Lattes: http://lattes.cnpq.br/3542159437755327 Orcid: https://orcid.org/0009-0001-9881-0487. E-mail: lucascarvalholc31000@gmail.com;

[2] Pós-doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e em Ciências da Educação pela Universidade de Genebra (UNIGE). Professora no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará (UFC). Lattes: http://lattes.cnpq.br/9339069550299151 ORCiD: https://orcid.org/0000-0003-1645-3330. E-mail: aurea@ufc.br

the human dignity of the Black population. Accordingly, this study analyzes the argumentative structure of Minister Cármen Lúcia's vote in the Argument of Non-Compliance with Fundamental Precept 973, commonly referred to as ADPF Vidas Negras. The analysis is grounded in a theoretical framework that conceptualizes text as a fundamentally social and context-dependent practice (Cavalcante et al., 2020). It applies key categories from Textual Linguistics, including cohesion, coherence, thematic progression, intertextuality, and deontic modalization (Marcuschi, 2008, 2010; Elias, 2016; Beaugrande and Dressler, 1981). The study also draws on Almeida (2019) and Carneiro (2023) to examine racism in Brazilian society, while framing legal texts not solely as normative artifacts but as discursive events shaped by values, positions, and argumentative strategies. Methodologically, a qualitative and interpretive approach is employed to analyze the oral vote of Justice Cármen Lúcia, delivered before the Supreme Federal Court in a case addressing the persistence of structural racism and the potential recognition of an unconstitutional state of affairs. The research process involves: (i) transcribing and selecting representative excerpts from the vote; (ii) identifying the linguistic and textual strategies used in constructing the thesis; and (iii) interpreting the effects of these strategies within the institutional context of discourse production. This approach seeks to demonstrate how the textual and discursive organization of the vote supports the argumentative legitimation of the thesis regarding the unconstitutionality of structural racism, and contributes to expanding the legal debate on this issue in Brazil.

Keywords: textual linguistics; argumentative construction; structural racism.

Introdução

A existência e a permanência do racismo estrutural na sociedade brasileira sempre geraram diversas discussões, em vários âmbitos, não somente acadêmicos, como também jurídicos e sociais, haja vista que essa problemática está na raiz histórica de um país indelevelmente marcado pela herança colonial e escravocrata. Essa trajetória revela, assim, estruturas de poder, hierarquias sociais e um imaginário coletivo permeado pela ideologia da supremacia racial.

O conceito de racismo estrutural nos permite compreender precisamente essa realidade ao apontar para um fenômeno sistêmico pelo qual a discriminação racial se naturaliza nas práticas institucionais, no sistema econômico, nas produções culturais e no próprio funcionamento do Estado, que corrobora para a perpetuação de desigualdades materiais e simbólicas que atingem de modo desproporcional a população negra. No País, esse quadro se evidencia em estatísticas alarmantes sobre homicídios, encarceramento em massa, vulnerabilidade socioeconômica e barreiras ao acesso a direitos fundamentais, constituindo um cenário que viola duramente os princípios da dignidade humana (Almeida, 2019).

Este artigo, portanto, toma como objeto de estudo o voto oral da Ministra Cármen Lúcia, proferido no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

(ADPF) 973, a chamada "ADPF Vidas Negras", no Supremo Tribunal Federal (STF). Este caso, paradigmático, colocou em pauta a responsabilidade do Estado brasileiro diante da violência letal e sistemática contra a população negra, demandando do Tribunal não apenas uma decisão, mas um posicionamento discursivo claro sobre a existência e as implicações jurídicas do racismo estrutural.

O discurso da ministra destaca-se não apenas por seu conteúdo jurídico, mas também pela forma como mobiliza recursos linguístico-textuais e intertextuais para sustentar a tese de que a igualdade constitucional permanece, para parcela significativa da população, como uma promessa não plenamente realizada.

Nesse sentido, partimos do discurso jurídico, pois este emerge como objeto de análise primordial em nossa investigação, na medida em que é através da linguagem que o direito constrói sua versão dos fatos, fundamenta suas escolhas e exerce seu poder simbólico. Partindo do pressuposto de que o texto jurídico não é um artefato neutro e autônomo, mas um evento discursivo socialmente situado – atravessado por valores, ideologias e estratégias argumentativas, a análise linguística detida de pronunciamentos oficiais do Judiciário torna-se ferramenta indispensável para revelar os entraves e as possibilidades de sua atuação.

Ancorado na concepção de que o discurso jurídico se constitui como prática social e textual, este estudo propõe analisar a construção argumentativa do voto da ministra à luz da Linguística Textual. Consideramos que os sentidos produzidos no texto não decorrem exclusivamente de sua dimensão normativa, mas emergem da articulação entre coesão, coerência, progressão temática, intertextualidade e modalização, que configuram a orientação argumentativa, em um contexto institucional específico.

O referencial teórico utilizado em nosso estudo parte da noção de texto como prática efetivamente social e situada (Cavalcante *et al*., 2020); aciona as categorias centrais da Linguística Textual, tais como coesão, coerência, progressão temática, intertextualidade e modalização (Marcuschi, 2008, 2010; Elias, 2016; e Beaugrande e Dressler, 1981), além de vincular-se ao entendimento do texto jurídico não apenas como um artefato normativo, mas como um evento discursivo, atravessado por valores, posicionamentos e estratégias argumentativas (Pinto, 2010).

Metodologicamente, o estudo parte de uma abordagem qualitativa (Paiva, 2019) e interpretativa ao investigar o voto oral da Ministra Cármen Lúcia, proferido no âmbito do

Supremo Tribunal Federal, em julgamento que problematiza a persistência do racismo estrutural na sociedade brasileira e a possibilidade de reconhecimento de um estado de coisas inconstitucional (ECI)[3]. Para isso, realizamos os seguintes passos: (i) transcrição e seleção de excertos representativos do voto; (ii) identificação das estratégias linguístico-textuais mobilizadas na construção da tese; (iii) análise interpretativa dos efeitos de sentido produzidos por tais estratégias, considerando o contexto institucional de produção do discurso.

Por fim, a análise do *corpus* nos permite revelar que a construção argumentativa no voto da ministra do STF estabelece um quadro constitutivo de recursos que auxiliam em seu voto, como a intertextualidade e a modalização deôntica, para romper com a pretensa neutralidade do Direito e dar espaço a vozes a sujeitos que historicamente foram marginalizados.

Racismo estrutural e discurso jurídico

Ao falarmos de racismo estrutural, mostra-se indispensável o pensamento de Silvio Almeida, sistematizado em sua obra *Racismo Estrutural* (2019), que representa um marco teórico crucial para a compreensão do fenômeno racial no Brasil ao deslocar o eixo da análise de um plano velado e omisso para o plano das instituições e da ordem social. Para o autor, o racismo não se reduz a atos de preconceito ou a patologias individuais, mas constitui parte integrante da estrutura social, fornecendo "o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das fontes de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea" (Almeida, 2019, p.15).

Nessa perspectiva, as instituições sociais, sobretudo o Estado, o sistema jurídico e as corporações – não são meros palcos nos quais o racismo se manifesta de forma ocasional; ao contrário, são elas mesmas diretamente atravessadas pelos ideais radicalizados desde a gênese colonial, reproduzindo desigualdades de modo sistemático, independentemente das intenções conscientes dos sujeitos envolvidos. Almeida (2019) sustenta que essas instituições são evidentemente racistas porque a sociedade é racista,

[3] ECI, expressão usada no campo jurídico para referir-se a uma situação estrutural de violação massiva de direitos fundamentais decorrente de falhas sistêmicas do Estado, e que por esse motivo exige respostas articuladas entre diferentes instituições.

invertendo a lógica negacionista que localiza o problema em uma esfera privada das consciências sociais.

Essa formulação implica consequências profundas para o enfrentamento do problema: se o racismo é estrutural, seu combate não se esgota em punições exemplares a condutas individuais ou em campanhas de conscientização, mas exige a reconfiguração dos próprios mecanismos institucionais que perpetuam privilégios e exclusões.

Ainda, Almeida (2019) nos oferece a assertiva necessária para compreender o racismo em sua estrutura, suas proposições são fundamentais para superar a compreensão do racismo como ato individual e explícito, reposicionando-o como um sistema imbricado nas instituições, nas relações sociais, na economia e no imaginário coletivo. Trata-se de uma rede de vantagens e desvantagens racializadas, naturalizada ao longo de séculos de escravidão e de uma abolição inconclusa, que opera de modo difuso, porém eficaz, na reprodução das desigualdades.

Além do advogado e pesquisador sobre racismo, Sueli Carneiro (2023) aprofunda essa investigação ao desvelar os mecanismos epistemológicos e simbólicos que sustentam essa arquitetura de poder. Em sua tese *Dispositivo de Racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser* (2023 [2005]), a filósofa mobiliza o aporte teórico de Michel Foucault para demonstrar como a racialidade opera como um dispositivo de poder – uma rede heterogênea que articula discursos científicos, práticas institucionais, decisões jurídicas e enunciados morais para produzir e gerir corpos racializados.

Esse dispositivo atua em duas frentes simultaneamente: de um lado, institui a branquitude como norma hegemônica e padrão universal de humanidade; de outro, constitui a população negra como "não ser", como alteridade radical destituída de *status* epistêmico e político. Carneiro (2025) dialoga com Charles Mills (2023) e o conceito de Contrato Racial do filósofo jamaicano para evidenciar que essa destituição não é acidental ou negligenciável para a teoria política, mas sim deliberada e fundante – um pacto não nomeado que garante à branquitude o monopólio do poder e do reconhecimento. A pertinência imensurável de sua contribuição reside em demonstrar que o racismo não é apenas um sistema de exploração material, mas um regime de produção de subjetividades e de hierarquização dos saberes, operando o que Santos (2009) denominou epistemicídio: a destruição sistemática das formas de conhecimento produzidas pelos povos colonizados.

A articulação entre as instâncias do racismo estrutural e do dispositivo de racialidade permite apreender a especificidade histórica e política dessa chaga arraigada na sociedade brasileira. Como adverte Carneiro (2023), o mito da democracia racial, secularmente cultivado como narrativa oficial da identidade nacional, não constituiu mera ilusão ou falsa consciência, mas sim uma tecnologia específica de ocultamento do conflito racial, que opera para desmobilizar resistências e naturalizar desigualdades.

Além desses aspectos, a pesquisadora denuncia que "as cotas tiraram a branquitude do conforto", expondo o caráter estruturalmente excludente de instituições como a universidade pública, onde pessoas brancas ocupavam "quase 100% das vagas" (Carneiro, 2023, p. 12) até a adoção das políticas de ação afirmativa. Nesse sentido, os dados estatísticos trazidos pela filósofa e escritora não são meros indicadores, mas índices do dispositivo: o fato de 69% da população carcerária e 77% das vítimas de homicídio no Brasil serem negras, enquanto apenas 14,3% dos magistrados se declaram negros, não expressa disfunções pontuais do sistema, mas a operação regular e eficaz do dispositivo de racialidade, que seleciona quais vidas serão preservadas e quais serão sistematicamente exterminadas. Como sintetiza Carneiro (2023 [2005], p.11), a resposta a essa herança não pode vir senão do protagonismo negro: "Faremos Palmares de novo. Levantaremos a história que tentaram apagar. O opressor não nos libertou. Nós é que faremos a liberdade, com nossas mãos, nossa memória e nossa luta."

Ainda no contexto brasileiro, faz-se necessário destacar que o racismo estrutural se manifesta em padrões persistentes de violência policial, estratificação socioeconômica, barreiras de acesso à justiça e a uma representatividade política aquém da proporção demográfica. O Judiciário, como instituição social historicamente conformada e majoritariamente composta por elites, não está imune a essa estrutura. Pelo contrário, tende a operar a partir de um universalismo abstrato que ignora as particularidades da experiência de ser uma pessoa negra no Brasil, tratando a igualdade como um princípio formal, descolado das assimetrias materiais e simbólicas que constituem a realidade nacional.

A atuação do sistema de justiça, neste cenário, caracteriza-se frequentemente por uma dupla ineficácia: a inação e a ação reprodutora. A primeira refere-se à lentidão, à dificuldade de acesso e à subnotificação de casos de injúria racial e racismo, muitas vezes não reconhecidos em sua gravidade pela própria instituição. A segunda, mais agravante,

manifesta-se quando o Judiciário, ao analisar conflitos com dimensão racial, aplica lógicas interpretativas que neutralizam o contexto histórico e social, individualizando conflitos coletivos e, por vezes, invertendo o ônus da prova ou relativizando a gravidade das violações. A doutrina da democracia racial, embora há muito desconstruída academicamente, ainda ecoa como um subtexto poderoso em decisões que hesitam em reconhecer a especificidade do racismo e seus efeitos coletivos, preferindo enquadrá-lo em categorias jurídicas mais restritas e individualizantes (Gomes, 2021).

A ineficácia do Judiciário brasileiro no combate ao racismo estrutural pode ser decomposta em duas dimensões inter-relacionadas: uma dimensão substantiva e uma dimensão discursiva. A dimensão substantiva refere-se aos resultados concretos da jurisdição. O Judiciário frequentemente falha em: a) reconhecer a dimensão coletiva e histórica das violações, tratando casos de racismo como episódios isolados e desprovidos de contexto; b) aplicar de forma efetiva e corajosa instrumentos como as políticas de ação afirmativa, muitas vezes cedendo a narrativas de "meritocracia" abstrata; c) coibir a violência policial seletiva, reproduzindo uma lógica securitária que criminaliza a população negra; e d) garantir acesso igualitário à justiça, dado o abismo entre a composição majoritariamente branca e elitizada das carreiras jurídicas e a população que mais demanda seus serviços (Gomes, 2021). A lentidão processual e a excessiva formalidade acabam por negar, na prática, a tutela jurisdicional aos grupos vulnerabilizados.

Já a dimensão discursiva é central para compreender a perpetuação dessa ineficácia. O discurso jurídico hegemônico no Brasil constrói-se alicerçado em um ideal de neutralidade e universalidade abstrata que ignora as marcas da raça. Ao pretender ser "cego à cor", o direito torna-se cego ao racismo, impossibilitando a percepção das desigualdades materiais que conformam a experiência social. A linguagem jurídica, com seu vocabulário técnico e sua pretensa objetividade, opera como um dispositivo que pode tanto ocultar quanto naturalizar as assimetrias de poder.

Argumentos baseados em "igualdade formal" são mobilizados para invalidar medidas reparatórias, e a carga da prova do racismo é quase sempre deslocada para a vítima, exigindo uma demonstração de intenção explícita – algo raro no racismo estrutural, que opera por viés implícito e consequências desproporcionais.

Nesse contexto, os textos jurídicos – sentenças, votos, acórdãos – transcendem sua função estritamente normativa para se constituírem como eventos discursivos de alto impacto social (Fairclough, 2001). Esses artefatos não apenas impõem a aplicação da lei, mas produzem e legitimam sentidos sobre a realidade, sobre a história e sobre as identidades sociais. A análise desses entraves, portanto, revela a urgência da adoção de uma perspectiva transdisciplinar que é uma das diferentes áreas do discurso. Portanto, conceber o texto como prática social e situada (Cavalcante *et al*., 2020) implica investigar como, no interior de um gênero discursivo altamente formalizado como o voto judicial, operam-se escolhas linguístico-textuais estratégicas que constroem argumentos, modalizam verdades e posicionam o enunciador (Pinto, 2010).

Assim, a análise do voto da Ministra Cármen Lúcia na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 973 – "Vidas Negras" oferece um *corpus* pertinente para examinar como o Supremo Tribunal Federal, órgão de cúpula do Judiciário, mobiliza recursos linguísticos e discursivos para enfrentar (ou não) a acusação de existência de um estado de coisas inconstitucional decorrente do racismo estrutural. O tratamento minucioso de sua construção argumentativa permite verificar como o texto jurídico, em sua materialidade discursiva, consegue romper com as amarras de uma tradição interpretativa cega à cor, ou se, mesmo ao reconhecer a problemática, termina por encapsulá-la em fórmulas retóricas que não produzem mudança substantiva.

Portanto, investigar a ineficácia do Judiciário no enfrentamento ao racismo estrutural demanda ir além da crítica à morosidade ou à falta de leis. Exige descer à microfísica do discurso jurídico (Elias, 2016), por meio do qual se negociam, palavra por palavra, os limites do reconhecimento, os significados da igualdade e a própria possibilidade de a Justiça, com "J" maiúsculo, confrontar-se com sua história e assumir um papel verdadeiramente transformador na desmontagem das estruturas que perpetuam a subcidadania da população negra no Brasil. A hipótese que defendemos é a de que a ineficácia pode residir não na ausência de menção ao problema, mas na forma como ele é linguisticamente enquadrado, atenuado ou destituído de sua força histórica e política no próprio texto que pretende julgá-lo.

O discurso jurídico precisa ser desestabilizado em sua pretensão de neutralidade, aprendendo a nomear o racismo, a historicizar as desigualdades e a acionar, de forma consequente, os instrumentos processuais e substantivos aptos a desmontar padrões

institucionais discriminatórios. A análise do voto como o da ADPF das Vidas Negras, à luz de uma teorização que enxerga o texto como prática social, revela-se, portanto, um campo emergente para aferir os avanços e os entraves persistentes nesse caminho. A forma como o Judiciário argumenta sobre o racismo é, em última instância, um indicador decisivo de sua capacidade – ou incapacidade – de transformar a promessa constitucional de igualdade em realidade efetiva para a população negra no Brasil.

Argumentação na linguística textual

Nos últimos anos temos observado a expansão significativa de muitos conceitos de categorias dentro da Linguística Textual, um passo significativo e profícuo para o impulsionamento de diversas investigações que se debruçam a pesquisar as múltiplas dimensões do texto. Assim como essas pesquisas[4], este trabalho parte de um conceito de texto que vai além da noção histórica como conjunto meramente composicional e predominantemente verbal.

Nesse viés, adota-se a perspectiva de Cavalcante *et al*. (2022, p. 30), baseada em Adam (2019), segundo a qual o texto é compreendido como uma "unidade de sentido em contexto" estabelecido através de um contrato social e por meio de um circuito comunicativo. Para Cavalcante *et al.* (2022, p. 17):

> [...] o texto não é uma simples materialidade física e acabada de segmentos verbais [...] O acontecimento do texto comporta todo o contexto social (e histórico, portanto,) necessário para que os participantes envolvidos na interação recortem o que lhes parece relevante para negociar sentidos entre eles e se comunicar, até darem por encerrada aquela unidade de sentido em contexto.

Ou seja, o texto não deve ser entendido apenas como um encadeamento de palavras ou frases, dotado de sentido por si só; ele é, sobretudo, um acontecimento situado, que depende das condições sociais e históricas em que ocorre. Assim, os sentidos não estão totalmente na materialidade textual, mas emergem da interação entre os participantes, que selecionam e interpretam, no contexto, os elementos considerados relevantes para a construção de significados que configuram o enunciado.

Patrick Charaudeau (2014), por sua vez, estabelece uma distinção entre situação e contexto: a situação diz respeito ao ambiente físico e social no qual o ato de linguagem

[4] A título de ilustração, cf. Cavalcante, M. M. et. al. Linguística Textual: conceitos e aplicações. Campinas-SP; Pontes Editores, 2022.

ocorre, ao passo que o contexto corresponde ao ambiente textual que envolve uma palavra ou uma sequência delas. Assim, o autor postula que "*contexto* é interno ao ato de linguagem e sempre configurado de alguma maneira (texto verbal, imagem, grafismo etc.) enquanto s*ituação* é externa ao ato de linguagem, embora constitua as condições de realização desse ato" (Charaudeau, 2014, p. 69).

Além disso, assumindo uma perspectiva semiolinguística, o linguista francês afirma que "todo sujeito falante (locutor) ocupa o centro de uma *situação de comunicação* que constitui um *espaço de troca* no qual ele se põe em *relação* com um parceiro (interlocutor)" (Charaudeau, 2014, p. 70). A situação é constituída por três conjuntos de características: (i) físicas, que dizem respeito à presença ou ausência dos participantes, à distância e disposição entre eles, ao canal utilizado (oral, gráfico, direto, indireto) e aos códigos semióticos mobilizados (imagens, gestos, sinais etc); (ii) identitárias, que abrangem aspectos sociais, socioprofissionais, psicológicos e relacionais dos parceiros; (iii) e contratuais, que definem a presença ou não de troca dialogal, os rituais de abordagem, que permitem que os participantes iniciem uma interação de modo apropriado ao contexto, e os papéis comunicativos assumidos pelos participantes em virtude do contrato social presumido entre eles pelo campo social (Charaudeau, 2014). Esses elementos, articulados, moldam as condições de realização do ato comunicativo.

Outro aspecto indissociável aos estudos textuais e discursivos é a própria noção de argumentação. Acreditamos e partimos do pressuposto de que todo texto apresenta, para além de sua arquitetura composicional, uma dimensão argumentativa que emerge e orienta a construção dos sentidos estabelecidos no circuito comunicativo. Amossy (2018) alicerçou essa afirmação ao defender que todo discurso é argumentativo, pois é atravessado por outras vozes discursivas que influenciam e negociam as estratégias adotadas em novos dizeres. Essa noção é facilmente identificável em diversas manifestações textuais, que embora não apresentem explicitamente uma tese, lançam um posicionamento que revela pontos de vista acerca das temáticas mobilizadas. Por sua vez, Cavalcante *et al.* (2022, p. 17) postulam que

> A argumentação é um princípio constitutivo de todo texto e todas as formas de textualização podem evidenciar usos estratégicos na construção dos sentidos do texto. Por essa razão, dizemos que a argumentatividade não aparece apenas em textos organizados estruturalmente para a explicitação de uma tese e dos dados que a amparam, porque variados mecanismos linguísticos textuais ajudam a sinalizar para pontos de vista.

Ademais, se relacionarmos essa perspectiva com a corrente aristotélica da retórica, sobretudo a nova retórica, observaremos a presença de três elementos indispensáveis para os estudos nessa área: *logos, ethos e pathos*. As pesquisas comumente focalizam suas análises na construção do *ethos*, mas nos últimos anos temos observado um crescente direcionamento positivo nos estudos que investigam os sentidos construídos por meio do *pathos*[5]. A contribuição dessa tríade reside na compreensão de que o voto de uma ministra do Supremo Tribunal Federal não se esgota na técnica jurídica; ele mobiliza questões sociais, indignações éticas e valores coletivos. Investigar o *pathos*, portanto, permite desvelar como a locutora articula a sensibilidade do auditório para legitimar decisões que impactam o tecido social, tornando-se uma lente indispensável para capturar a subjetividade inerente ao ato de julgar. Essa contribuição demonstra ser valiosa para este estudo, tendo em vista que se propõe a analisar a construção argumentativa de um voto de uma ministra do Supremo Tribunal Federal e os critérios adotados pelo locutor.

Nessa mesma linha de raciocínio, podemos destacar o advento dos sistemas algoritmizados, ecossistemas digitais em que é raro não identificarmos os aspectos argumentativos nas inúmeras modalidades textuais que são mobilizadas por meio das redes sociais e outras plataformas. Para ilustrarmos, podemos citar o *retweet*, uma simples ferramenta do X (antigo *Twitter*) que possibilita aos usuários republicar uma postagem que já se encontra em circulação na rede. Ao realizar essa republicação, os usuários revelam, muitas vezes, posicionamentos favoráveis ou desfavoráveis em relação ao assunto tratado, ainda que não produzam nenhum enunciado.

Dessa forma, podemos compreender que todo texto se constitui como um evento irrepetível num determinado contexto sócio-historicamente demarcado, cuja dimensão argumentativa se orienta de forma semelhante em uma situação concreta de comunicação, além de ser orientada pela relacionalidade discursiva das vozes emergentes do circuito comunicativo. Assim, todo sujeito, ao produzir seu dizer em uma situação discursiva, não deixa de ser influenciado por outras coerções ideológicas (Cavalcante *et al*., 2020).

A análise dos aspectos constitutivos do texto e da argumentação também pressupõe a compreensão dele como um evento comunicativo complexo. Sob a ótica de

[5] Cf. OLIVEIRA, Rafael Lima de. Uma análise textual do pathos em polêmicas. 2020. 144f - Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2020. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/51379.

Beaugrande e Dressler (1981), a textualidade é sustentada por critérios sociocognitivos, entre os quais a coesão e a coerência figuram como pilares fundamentais. Enquanto a coesão opera na superfície linguística, estabelecendo conexões sequenciais por meio de mecanismos gramaticais e lexicais, a coerência atua na profundidade do sentido, permitindo que os interlocutores construam uma continuidade conceitual. Como destaca Marcuschi (2008), a coerência não reside apenas no texto, mas na interação, sendo o resultado de um processo de cooperação em que o sentido é negociado a partir de conhecimentos compartilhados.

A fluidez e a eficácia de um projeto argumentativo dependem, intrinsecamente, da progressão temática. Segundo a perspectiva de Marcuschi (2010), o desenvolvimento de um texto exige um equilíbrio dinâmico entre a manutenção do tópico (o já dito) e o aporte de informações novas (o progresso). No contexto de um voto jurídico ou de um gênero altamente formal, essa progressão é o que garante que a argumentação não seja circular, permitindo que a fundamentação avance de forma lógica até a conclusão. Esse movimento é essencial para a manutenção da atenção do auditório e para a construção de uma trajetória de sentido que sustente a tese defendida pelo locutor.

Por sua vez, a intertextualidade assume um papel central na validação do discurso, especialmente em esferas institucionais. Para Bakhtin (2003, 2010), não existe enunciado isolado; ao contrário, cada enunciado é sempre atravessado por vozes múltiplas e orientado por/para outros discursos. Nesse sentido, todo texto se constitui em um diálogo permanente com outros textos e discursos. No âmbito da argumentação, a intertextualidade pode manifestar-se de forma explícita, através de citações e referências jurisprudenciais, ou implícita, pela incorporação de vozes que conferem autoridade ao argumento. Esse fenômeno amplia o repertório de sentidos e funciona como uma estratégia de ancoragem que vincula a fala do locutor a uma tradição ou a um sistema de normas previamente legitimado.

No que tange à força persuasiva e ao posicionamento do sujeito, a modalização deôntica revela-se um recurso de extrema relevância. Conforme as discussões de Marcuschi (2008) sobre a atuação dos modalizadores, a modalidade deôntica, ligada aos campos da obrigação, permissão e proibição, sinaliza como o locutor se compromete com o conteúdo enunciado. Em um voto do Supremo Tribunal Federal, o uso de operadores que indicam necessidade ou dever não refletem unicamente uma prescrição legal, mas

uma escolha estratégica para projetar uma imagem de rigor e autoridade (*ethos*), ao mesmo tempo em que orienta a conduta do auditório frente à interpretação da norma.

Por fim, os estudos contemporâneos de Cavalcante *et al.* (2020, 2022) propõem uma visão integrada desses elementos, enfatizando que a referenciação e o processamento textual são atividades sociocognitivas e históricas. Para os autores, as categorias de coesão e intertextualidade são estratégias de organização do sentido que orientam o olhar do leitor. Ao analisar a construção argumentativa, percebe-se que a articulação entre esses mecanismos permite que o locutor informe e mobilize crenças e valores, transformando a estrutura linguística em um instrumento de convencimento e influência social.

A partir dessa discussão, na seção seguinte apresentam-se os aspectos metodológicos que nortearam a investigação e a análise do *corpus* levantado.

Voto da ministra Cármen Lúcia

Desenho Metodológico

Este estudo adota uma abordagem qualitativa e interpretativista, ancorada nos pressupostos teóricos da Linguística Textual (Paiva, 2019), com foco na análise da construção argumentativa em discurso jurídico-institucional. O *corpus* é constituído pelo texto do voto oral da Ministra Cármen Lúcia, proferido no âmbito do Supremo Tribunal Federal, em julgamento que problematiza a persistência do racismo estrutural na sociedade brasileira e a possibilidade de reconhecimento de um estado de coisas inconstitucional, disponível em registro audiovisual amplamente divulgado em meio digital. A análise dos excertos do voto (em torno de 700 palavras, disponível no link: https://youtu.be/enjp7p52gQs?si=OpZIp-2ZRjI__6oG) será fundamentada nas categorias a seguir apontadas.

A análise fundamenta-se em categorias centrais da Linguística Textual, tais como coesão, coerência, progressão temática, intertextualidade e modalização, conforme discutidas por autores como Cavalcante *et al* (2022), Koch e Elias (2016), Marcuschi (2008, 2010) e Beaugrande e Dressler (1981). Essas categorias permitem compreender o texto jurídico não apenas como um produto normativo, mas como um evento discursivo, atravessado por valores, posicionamentos e estratégias argumentativas.

Assim, partimos do entendimento de que coesão e coerência (Beaugrande; Dressler, 1981) não são técnicas neutras, mas recursos para construir um seguimento argumentativo. A progressão temática (Marcuschi, 2010) revela quais tópicos são elevados ao centro do debate e quais são marginalizados. A intertextualidade mostra o diálogo do texto com outras vozes da lei, da doutrina ou da história, sendo decisiva a escolha de quais autores e precedentes são convocados para fundamentar a tese. Por fim, a modalização (Marcuschi, 2008) – expressa por verbos, advérbios e construções que indicam certeza, dúvida, possibilidade ou necessidade – é instrumento crucial para a construção da autoridade do julgador e para a graduação do comprometimento com determinadas premissas.

A articulação analítica proposta neste artigo não se esgota, contudo, nas fronteiras da Linguística Textual (LT), antes encontra um terreno profícuo de interlocução com a Análise do Discurso (AD) de linha francesa, especialmente no que tange à compreensão do texto jurídico como um espaço de materialização de embates ideológicos. Enquanto a LT fornece o instrumental teórico-metodológico para depreender como a coesão, a coerência, a intertextualidade e a modalização deôntica arquitetam a superfície argumentativa do voto analisado, a AD permite aprofundar o entendimento das condições de produção desse discurso, compreendendo-o como um efeito de sentidos entre interlocutores historicamente situados (Pêcheux, 1997; Orlandi, 2015).

Sob a ótica da Análise do Discurso Francesa, as categorias da Linguística Textual mobilizadas operam como indicadores que revelam as formações discursivas às quais a magistrada se filia. Ao convocar as vozes de Emicida e Carolina Maria de Jesus, por exemplo, o texto não constrói apenas uma intertextualidade, conceito de Beaugrande e Dressler (1981), mas aciona ativamente o interdiscurso e a memória discursiva (Courtine, 2006). Trata-se do movimento de resgatar a memória de uma formação discursiva subalternizada, de caráter emancipatório e de resistência, para confrontar o discurso jurídico hegemônico e o dispositivo de racialidade que historicamente opera na sociedade brasileira.

Desse modo, a locutora judicial assume uma nova posição-sujeito, deslocando-se do lugar de neutralidade asséptica tradicionalmente exigido pelo Direito, para ocupar um espaço enunciativo atravessado pela injunção ética e política de reconhecer a persistência do racismo estrutural (Almeida, 2019). A convergência entre a análise dos aspectos

textuais observáveis pela LT e as questões ideológicas e históricas do dizer postulado pela AD evidencia como a estruturação retórica e discursiva do voto atua como prática social contundente, apta a legitimar o reconhecimento e a inconstitucionalidade do referido estado de coisas no cenário analisado.

Nesse sentido, o procedimento metodológico consistiu em: (i) transcrição e seleção de excertos representativos do voto; (ii) identificação das estratégias linguístico-textuais mobilizadas na construção da tese; (iii) análise interpretativa dos efeitos dos sentidos produzidos por tais estratégias, considerando o contexto institucional de produção do discurso. Assim, busca-se evidenciar como a organização textual e discursiva do voto contribui para a legitimação argumentativa da tese defendida, bem como para a ampliação do debate jurídico acerca do racismo estrutural no Brasil.

Análise da construção argumentativa no voto da ministra Cármen Lúcia

Para iniciarmos a análise proposta neste artigo, observemos os aspectos introdutórios que são apresentados no voto da Ministra:

Excerto 1: Aspectos Introdutórios do voto da ministra

> Considero, como todo o mundo já disse até aqui, um tema muito, muito grave, muito, muito sério. [..] Presidente, senhores ministros, Emicida escreveu que, para eles, negros, até para sonhar tem entrave. A felicidade do branco é plena, a felicidade do preto é quase. Eu não espero viver num país em que a Constituição para o branco seja plena e para o negro seja quase. Eu quero uma Constituição que seja plena igualmente para todas as pessoas. Naquela música, o Emicida diz que "80 tiros me lembram que há a pele alva e a pele alvo". Não é possível continuar vivendo esta tragédia no Brasil. [...] Eu considero, sim, um estado de coisas inconstitucional, porque a insuficiência de todas as medidas e providências tomadas até aqui não revela superação do racismo histórico, de um racismo estrutural sem resposta adequada. E décadas e décadas depois, sob a vigência dessa Constituição - já são 37 anos -, nós poderíamos lembrar com Carolina de Maria de Jesus: "Não digam que sou nada da vida, rebotalho, nem que fiquei à margem da vida. Digam que procurei trabalho, que sempre fui preterida". Não é possível continuar preterindo mais da metade da população brasileira por puro, grave, trágico racismo. E é isso que nós temos. E se a Constituição brasileira tem que ser plena — e ela tem que ser, não é aviso, não é sugestão, não é proposta, é lei, a lei fundamental —, é preciso que se tomem providências, portanto, sobre isso. [...]

Fonte: Transcrição do excerto.

O início do voto da Ministra Cármen Lúcia caracteriza-se por uma constante transição entre o rigor do discurso jurídico e a sensibilidade humana, utilizando recursos

retóricos que buscam não apenas fundamentar uma decisão, mas legitimar a dor social sob a ótica constitucional. A construção da tese central, a de que o racismo no Brasil configura uma violação sistêmica da dignidade humana, utiliza estratégias argumentativas que serão apontadas no decorrer da análise.

Inicialmente, podemos observar uma intertextualidade no campo musical: a ministra utiliza o que se denomina argumento de autoridade sensível. Ao citar o rapper Emicida e a escritora Carolina Maria de Jesus, a magistrada retira o Direito do isolamento sistemático e o conecta à realidade fenomenológica da população negra. A letra de Emicida serve como premissa fática ("pele alvo"), enquanto Carolina Maria de Jesus personifica a exclusão histórica ("rebotalho").

No mesmo trecho, observamos a utilização de um paralelismo, seguido de uma antítese, a partir da oposição entre "plena" (reservada ao branco) e "quase" (destinada ao negro), que estrutura a tese da desigualdade racial. Esse recurso cria um contraste semântico que evidencia a falha na universalidade do direito constitucional. Além disso, o uso recorrente de adjetivos como "grave", "sério" – emoldurados pela repetição do intensificador "muito", "trágico" e "insuficiente" – atua como reforço argumentativo, visando elevar o tom de urgência ética dessa problemática (Marcuschi, 2008, 2010).

Outro aspecto que podemos destacar na fala da ministra é a progressão temática em sua argumentação, que se dá pela conexão entre o conceito jurídico de Estado de Coisas Inconstitucional (ECI) e a realidade histórica do País. A coesão é mantida por anáforas diretas e referenciais, além de conectores conclusivos ("portanto"), que amarram a citação literária à necessidade de providências estatais imediatas. A tese progride do diagnóstico (racismo estrutural) para a imperatividade da norma (lei fundamental). A coerência é estabelecida pela identidade entre a norma posta (a Constituição de 1988 - Brasil, 1988) e a crítica à sua ineficácia prática. A ministra argumenta que a Constituição não pode ser uma "sugestão", estabelecendo uma coerência lógica entre a função do STF e a defesa da igualdade.

Desse modo, ao citar "80 tiros"[6], a ministra utiliza de forma assertiva um evento histórico de violência de Estado, transformando a música em uma prova sociológica da

[6] Tanto Emicida quanto a ministra, ao evocar os "80 tiros", estão se referindo a um caso real que chocou o Brasil: o assassinato de Evaldo Rosa dos Santos, músico morto em 2019 no Rio de Janeiro, por militares do Exército que dispararam mais de 80 tiros contra o carro da vítima. Cf.https://vozdascomunidades.com.br/casos-de-policia/seis-anos-do-caso-evaldo-rosa-80-tiros-duas-mortes/

realidade social. Isso produz um efeito de sentido de proximidade e urgência, rompendo o distanciamento tradicional do Judiciário. A modalização enunciativa produzida pela ministra é demarcada pela forte presença do "eu" lírico e jurídico ("Eu não espero", "Eu considero"). Essa marcação de subjetividade, aliada a modalizadores de necessidade ("é preciso", "tem que ser"), indica que a ministra não está apenas realizando uma leitura constitucional, mas assumindo um compromisso ético-político. O uso de "não é aviso, não é sugestão" atua como uma modalização deôntica, reforçando o caráter obrigatório e vinculante da norma constitucional frente à omissão estatal.

Assim, podemos considerar que as estratégias argumentativas mobilizadas pela ministra consistem em desconstruir a neutralidade abstrata do Direito para revelar o racismo como uma patologia que impede a fruição plena da cidadania. Através da intertextualidade, ela confere voz aos "preteridos" e transmuta o texto literário em fundamento de validade para a aplicação rigorosa da Constituição. Para aprofundarmos nossa análise, segue a continuação do voto proferido pela ministra:

Excerto 2: Desenvolvimento do voto da ministra

> Uma vez que as medidas até aqui tomadas não foram suficientes pelo poder público em geral, pela sociedade de uma forma muito especial, que continua, sim, a se afastar quando se aproxima o negro. A pessoa reage achando que tem até medo do outro, como se o outro não fosse um irmão. E é trágico que a igualdade, tantas vezes repetida na Constituição Brasileira, tenha a espessura da pele e a definição cartorária do sexo, porque somos uma sociedade de desiguais quase quatro décadas depois da vigência desta Constituição. Não tenho dúvida, como alertaram aqui todos, desde o voto do ministro relator, do ministro Fux, realçado pelo ministro Alexandre, que essa Constituição melhorou, melhorou, mas não o suficiente sequer para a gente não ter a denúncia do Emicida - apenas para citar uma, porque são tantas. Não tenho dúvida que nós não temos uma Constituição agora como tivemos a horrorosa dicção constitucional de 1934, em cujo artigo 138 afirmava expressamente como incumbindo à União, Estado e Distrito Federal estimular a educação eugênica. Mas a circunstância de não ter uma definição constitucional tão dramaticamente machucada, ferida como essa, não é suficiente para fazer com que a Constituição saia da condição de mera norma formalizada, mas não plenamente aceita, executada e superada. Portanto, considero, sim, que é um estado de coisas inconstitucional. [...]

Fonte: Transcrição do excerto.

Através desse excerto, podemos observar que a autora do voto recorre a seguintes estratégias linguístico-textuais: (i) o emprego de uma estratégia dialógica (Bakhtin, 2003; 2010) que transita entre o repertório cultural contemporâneo, personificado na figura de Emicida, e o resgate histórico-legislativo, como a menção à "horrorosa dicção" da Constituição de 1934. Essa estratégia ancora a tese na realidade fenomênica, utilizando o

contraste como motor retórico: a ministra confronta o avanço formal das normas com a estagnação das práticas sociais, mobilizando metáforas de corporeidade ("espessura da pele", "machucada", "ferida") para humanizar o objeto jurídico e evidenciar a violência simbólica e física que a omissão estatal perpetua.

No plano da análise interpretativa e dos efeitos de sentido: (ii) a coesão e a progressão temática são estabelecidas por uma arquitetura de acumulação e reiteração. A ministra utiliza conectores de concessão e contraste ("mas não o suficiente", "embora não tenhamos a eugenia de 1934") para sustentar que a ausência de um racismo institucional explícito na letra da lei não equivale à sua superação factual. Esse movimento produz um efeito de sentido de urgência ética, por meio do qual a coerência interna do discurso se dá pela vinculação entre a insuficiência das medidas pretéritas e a necessidade de reconhecimento do "Estado de Coisas Inconstitucional". A intertextualidade com o artigo 138 da Carta de 1934 não é meramente ocasional; ela serve como um marco que acentua, por oposição, a gravidade da situação atual, sugerindo que a omissão contemporânea é uma forma velada de manutenção de hierarquias eugênicas do passado.

A modalização enunciativa, marcada por expressões de certeza e comprometimento subjetivo ("Não tenho dúvida", "considero, sim"), revela uma postura judicial proativa e assertiva. O uso de advérbios de intensidade e adjetivações valorativas ("muito especial", "dramaticamente", "trágico") desloca o texto da neutralidade técnica para o campo da responsabilidade política. O efeito final é a desconstrução da Constituição como “mera norma formalizada", reafirmando-a como um instrumento vivo que deve romper a "definição cartorária" para alcançar a igualdade material. Assim, o voto não apenas interpreta a lei, mas denuncia a distância entre a promessa democrática e a experiência vivida, convertendo a indignação ética em fundamento jurídico.

Para finalizar nossa análise, seguem abaixo os fragmentos retirados da parte final do voto da Ministra Cármen Lúcia:

Excerto 3: Finalização do voto da ministra

> E isto é que se desdobra no artigo 1º, na dignidade humana. Porque quando um de nós é discriminado, seja por ser mulher, seja por ser negro, seja por ser indígena, a gente conta para um amigo, para um parceiro, para alguém em casa: "fiquei indignado", ou seja, fui atingida na minha dignidade pessoal. Isto continua acontecendo todos os dias, todas as horas. Quando nós votamos aqui a questão das drogas e do artigo 28, especialmente o ministro Alexandre trouxe números dizendo como era tratado um jovem negro que morasse na periferia, significando a definição territorial para fixação

de preconceitos. Isto é trágico, sim. Isto é uma tragédia social que não pode ser, portanto, desconsiderada pelo Supremo Tribunal Federal, que tem o dever de tornar plena para todos a Constituição, e não a Constituição plena para brancos e "quase" para os negros. Isto não existe na minha compreensão e, portanto, eu tenho para mim que, sim, há um estado de coisas inconstitucional. Há esta insuficiência tantas vezes repetida em todos os votos que me precederam. E o que ficou até aqui, pelo que eu pude entender bem explicitado, foi que para alguns, como isto vem há 500 anos e não chegamos a adotar providências suficientes para a superação social e estatal, vamos dizer que não é estrutural do Estado voltado para fazer isso, mas faz. [...] Eu voto no sentido de declarar em estado de coisas inconstitucional o Brasil no que se refere ao racismo, ao racismo histórico, ao racismo estrutural e à adoção de todas as providências, inclusive aquelas que foram sugeridas a mais pelo ministro Flávio Dino com a adesão de alguns dos ministros. E eu farei a juntada de voto escrito.

Fonte: Transcrição do excerto.

A análise desse trecho final do voto da Ministra Cármen Lúcia na ADPF 973 revela como a construção argumentativa em seu texto ultrapassa a normativa tradicional para alcançar uma dimensão ético-sociológica. No que tange às estratégias linguístico-textuais (i), a magistrada mobiliza uma subjetivação do discurso jurídico, utilizando a primeira pessoa do plural ("um de nós", "a gente conta") para dissolver a distância entre o julgador e a vítima. Essa estratégia serve para fundamentar o conceito jurídico de dignidade humana a partir da experiência fenomenológica humana.

Adicionalmente, a ministra utiliza a reiteração anafórica do pronome "isto" para conferir materialidade aos fatos narrados, transformando dados estatísticos e relatos de discriminação em evidências irrefutáveis de uma "tragédia social". A construção da tese é reforçada pela técnica do contraste semântico entre o "dever de tornar plena" a Constituição e a realidade do "quase" destinada aos negros, o que evidencia a fratura entre a norma e a eficácia social.

Sob a ótica da análise interpretativa e dos efeitos de sentido (ii), a coesão e a progressão temática são estabelecidas pela conexão lógica entre o microevento (a ofensa individual) e o macroproblema (o Estado de Coisas Inconstitucional). A ministra opera uma intertextualidade interna ao referenciar os votos dos ministros precedentes (Alexandre de Moraes e Flávio Dino), o que produz um efeito de sentido de unidade e robustez institucional. A menção aos critérios de "definição territorial" para a fixação de preconceitos atua como uma modalização deôntica, indicando que o Supremo não possui apenas a faculdade, mas o "dever" de intervir. A coerência do texto é mantida pela dialética entre a historicidade (os "500 anos" de omissão) e a atualidade do racismo

estrutural, desconstruindo a falácia de que a antiguidade do problema justificaria a inércia estatal.

A modalização enunciativa é marcada por uma assertividade categórica ("Isto é trágico, sim", "Isto não existe na minha compreensão"), que sinaliza um juízo de valor ético sobreposto ao formalismo processual. O uso da expressão "Constituição plena para brancos e 'quase' para os negros" gera um efeito de ironia trágica, denunciando a hierarquização da cidadania no Brasil. Ao concluir com a declaração expressa do voto pelo reconhecimento do Estado de Coisas Inconstitucional, a ministra converte a análise linguística em ato jurídico soberano, conferindo à "indignação pessoal" o *status* de fundamento para a reforma das instituições e a superação do racismo histórico.

Considerações finais

A análise da construção argumentativa no voto da Ministra Cármen Lúcia sobre a ADPF 973 evidencia que o discurso jurídico, quando mobilizado para enfrentar o racismo estrutural, é capaz de transcender a mera aplicação tradicionalista da norma jurídica para se tornar um evento discursivo de transformação social. A investigação demonstrou que a magistrada utiliza estrategicamente dimensões argumentativas, como a intertextualidade e a modalização deôntica, para romper com a pretensa neutralidade do Direito e dar voz a sujeitos historicamente marginalizados.

Ao integrar as vozes de Emicida e Carolina Maria de Jesus ao texto jurídico, a ministra não apenas fundamenta sua tese na realidade fenomênica, mas também constrói um *ethos* de compromisso ético-político que reconhece o "Estado de Coisas Inconstitucional" no Brasil. As estratégias de contraste semântico, especialmente entre a "Constituição plena" e a "Constituição quase", revelam a eficácia da linguagem em denunciar a distância entre a igualdade formal e a experiência vivida pela população negra.

Em última análise, o estudo confirma a hipótese de que a ineficácia do Judiciário no combate ao racismo pode ser mitigada por meio de um enquadramento linguístico que nomeie as estruturas de poder e historicize as desigualdades. O voto analisado serve como paradigma capaz de operar a favor da dignidade humana, transformando a indignação ética em fundamento jurídico soberano e apto a desestabilizar padrões institucionais discriminatórios arraigados na sociedade brasileira.

Para além da confirmação da hipótese, acredita-se que este artigo possa, de alguma forma, contribuir para o letramento racial. É cada vez mais premente a necessidade de a escola desenvolver competências e habilidades por meio de ferramentas que possibilitem ao aluno ler o mundo social a partir também da questão racial e assim reconhecer como o racismo opera — de forma histórica, estrutural e cotidiana — para, então, posicionar-se de maneira crítica diante desse declarado e assumido "estado de coisas inconstitucional".

Referências

ADAM, Jean-Michel. **Textos**: tipos e protótipos. Coordenação de tradução: Mônica Magalhães Cavalcante. São Paulo: Contexto, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Silvio Almeida defende mudanças estruturais contra o racismo e critica individualismo neoliberal. **Mundo Negro**, 19 nov. 2024. Disponível em: https://mundonegro.inf.br/silvio-almeida-defende-mudancas-estruturais-contra-o-racismo-e-critica-individualismo-neoliberal/. Acesso em: 11 fev. 2026.

AMOSSY, Ruth. **A argumentação no discurso.** São Paulo: Contexto, 2018.

BAKHTIN, Mikhael. **Estética da criação verbal.** Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BEAUGRANDE, Robert-Alain; DRESSLER, Wolfgang Ulrich. **Introduction to text linguistics**. London: Longman, 1981.

BRASIL. **Constituição**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CARNEIRO, Sueli. Em aula aberta, Sueli Carneiro debate como o racismo se expressa nas relações de poder. **Jornal da USP**, São Paulo, 19 mar. 2025. Disponível em: https://jornal.usp.br/diversidade/em-aula-aberta-sueli-carneiro-debate-como-o-racismo-se-expressa-nas-relacoes-de-poder/. Acesso em: 11 fev. 2026.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023 [2005].

CAVALCANTE, Mônica Magalhães *et al* (Org.). **Texto e discurso:** mídia, política e desigualdade social. Fortaleza: EdUECE, 2020.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães *et al.* **Linguística Textual:** conceitos e aplicações. Campinas-SP: Pontes Editores, 2022.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**: modos de organização. São Paulo: Contexto, 2014.

COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfoses do discurso político**: derivas da fala pública. São Carlos: Claraluz, 2006.

ELIAS, Vanda Maria. Intertextualidade. *In*: ELIAS, Vanda Maria (Org.). **Discursividade e interdisciplinaridade**. São Paulo: Contexto, 2016. p. 17-48.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Tradução de Isabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. O combate ao racismo no direito brasileiro: avanços e recuos. *In*: SOUZA, Jessé (org.). **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021. p. 303-330.

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender:** os sentidos do texto. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita:** atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2010.

MILLS, Charles Wade. **O contrato racial**. Trad. Teófilo Reis e Bruno Santos. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

O COLORISMO como arma política: a cooptação da pauta racial na indicação ao STF. **Congresso em Foco**, Brasília, 27 nov. 2025. Disponível em: https://www.congressoemfoco.com.br/artigo/114272/o-colorismo-como-arma-politica. Acesso em: 11 fev. 2026.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. **Manual de pesquisa em estudos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2019.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PINTO, Rosalice. **Como argumentar e persuadir?** Práticas: Política, Jurídica e Jornalística. Lisboa: Quid Juris, 2010.

SANTOS, Gilvaneide. **Minidicionário teórico negro brasileiro do pensamento de Sueli Carneiro**. São Paulo: Casa Sueli Carneiro, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa.; MENESES, Maria Paula. **Biblioteca Nacional de Portugal -Catalogação na Publicação Epistemologias do Sul / org. Boaventura de**. Disponível em: https://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/epistemologias_do_sul_boaventura.pdf. Acesso em: 29 mar. 2026.

SUELI Carneiro é ovacionada durante palestra no Teatro Gustavo Leite. **Bienal Internacional do Livro de Alagoas**, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 7 nov. 2025. Disponível em: https://bienal.ufal.br/2025/noticias/sueli-carneiro-e-ovacionada-no-teatro-gustavo-leite. Acesso em: 11 fev. 2026.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (Brasil). Julgamento. Voto da Ministra Cármen Lúcia. Disponível em: https://youtu.be/enjp7p52gQs. Acesso em: 07 jan. 2025.

REVISTA Linguagem em pauta

ANÁLISE TEXTUAL-DISCURSIVA DA ARGUMENTATIVIDADE E DA NATUREZA GENÉRICA DO GÊNERO TEXTUAL "SENHA DO DIA"

TEXTUAL-DISCURSIVE ANALYSIS OF THE ARGUMENTATIVITY AND GENERIC NATURE OF THE "SENHA DO DIA" TEXTUAL GENRE

Flávia Cristina Candido de Oliveira-Carneiro [1]
Maria Margarete Fernandes de Sousa [2]

Resumo: A pesquisa trata da análise do gênero nativo digital "Senha do dia", cujo texto foi produzido por um membro do Movimento dos Focolares do Brasil. Originado na Itália, o movimento empenha-se em divulgar, sob uma perspectiva cristã católica, a vivência do Evangelho por meio de uma frase diária acompanhada de um comentário/reflexão. O artigo pretende analisar a estrutura composicional por meio das categorias: textura – proposições enunciadas e períodos – sequencialidade – sequência explicativa – e plano de texto Adam (2011; 2019) bem como a orientação argumentativa (Amossy, 2020) e a natureza genérica (Paveau, 2021). O *corpus* desta pesquisa se constitui de 31 textos, coletados durante o mês de agosto de 2025 por meio da rede social *WhatsApp*, denominados no Brasil de "Senha do dia". Os resultados demonstram que esse gênero nativo digital apresenta em sua estrutura a sequência textual explicativa com variações de uso de epígrafe e inserção de excertos de sequência textual narrativa (Adam, 2011). O texto apresenta o princípio da argumentatividade, segundo Amossy (2020), cujo princípio se faz presente por meio da dimensão argumentativa com os parâmetros da modalidade pedagógica em uma dominância explicativa, além de se configurar em um gênero nativo digital com traços do gênero pré-digital Palavra de Vida conforme Paveau (2021).

Palavras-chave: sequência textual explicativa; princípio de argumentatividade; gênero nativo digital; domínio discursivo religioso.

Abstract: This research analyzes the digital-native genre known as "Senha do dia" (Password), with texts produced by a member of the Focolare Movement in Brazil. Originating in Italy, the movement seeks to promote the practice of the Gospel from a Roman Catholic perspective through a daily phrase accompanied by a commentary or reflection. The article examines the genre's compositional structure using categories such as texture (enunciated propositions and sentences), sequentiality (explanatory sequence), and text plan (Adam, 2011; 2019), as well as its argumentative orientation (Amossy, 2020) and generic nature (Paveau, 2021). The research corpus consists of 31 texts —— referred to in Brazil as "Senha do dia"—— collected via WhatsApp during August 2025. The results demonstrate that this

[1] Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e professora adjunta do curso de Letras da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Lattes: http://lattes.cnpq.br/7559406749195234. ORCiD: https://orcid.org/0000-0003-3993-0697. E-mail: flavia_candido@uvanet.br

[2] Pós-doutora em Linguística pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e professora associada do curso de Letras e do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará (UFC). Lattes: http://lattes.cnpq.br/5233227719780998. ORCiD: https://orcid.org/0000-0002-4336-5486. E-mail: margareteufc@gmail.com

digital-native genre is structured around an explanatory textual sequence, featuring variations such as the use of an epigraph and the insertion of narrative sequence excerpts (Adam, 2011). The text embodies the principle of argumentativity (Amossy, 2020) manifested through an argumentative dimension within a pedagogical mode and an explanatory framework while also functioning as a digital-native genre that retains traits of the pre-digital "Word of Life" genre (Paveau, 2021).

Keywords: explanatory textual sequence; principle of argumentation; native digital genre; religious discursive domain.

Introdução

O gênero nativo digital "Senha do dia" insere-se no domínio discursivo religioso da Igreja Católica Apostólica Romana e propõe à comunidade cristão uma reflexão da vivência a cada dia de uma Palavra bíblica. O refrão: "A palavra, a palavra/ Razão do nosso viver/ Revoluciona, transforma o mundo/ E todo o nosso ser.", que demonstra essa vivência dos valores evangélicos, resulta no propósito do texto "Senha do dia" que é o objeto de estudo deste artigo.

Na Itália, país de origem do Movimento dos Focolares, fundado por Chiara Lubich, o gênero desta análise ficou conhecido como *Passaparola*, aqui no Brasil, é denominado de "Senha do dia", sendo divulgado amplamente por meio de *blog* e redes sociais, principalmente, pelo *WhatsApp* e *Instagram*. Esse gênero circula amplamente em meio social e tem despertado o interesse de muitos leitores em diferentes domínios discursivos. Outro ponto relevante da "Senha do dia" consiste em ser um gênero nativo digital, ou seja, um gênero que se originou no universo digital, de forma gradativa, que vem apresentando-se cada vez mais no dia a dia dos(as) leitores(as).

Com o propósito de conhecer melhor a natureza textual-discursiva desse gênero, esta pesquisa propõe-se a analisar a estrutura composicional da "Senha do dia", considerando as categorias de textura – proposições enunciadas e períodos –, sequencialidade – sequência explicativa e plano de texto, com base em Adam (2011; 2019). Além disso, propõe-se examinar em sua dimensão argumentativa os parâmetros da modalidade pedagógica, determinando como argumentar, conforme Amossy (2020), e a natureza tecnogenérica, segundo Paveau (2021).

A questão-problema que norteia a discussão desta pesquisa consiste em: Como a estrutura composicional, a orientação argumentativa e a natureza do gênero se apresentam no gênero "Senha do dia" para cumprir seu propósito? Para responder a esta questão, analisou-se um *corpus* composto por 31 "Senhas do dia", coletadas durante

o mês de agosto de 2025, na rede social *WhatsApp* de um grupo do Movimento dos Focolares no Ceará. Posteriormente a coleta do *corpus*, houve contato com o autor do gênero no Brasil por meio de e-mail e *WhatsApp.* O autor que, prontamente, respondeu aos questionamentos sobre a origem do gênero não fez objeção quanto à análise e publicação dos dados[3].

Para efeitos de organização retórica, este artigo consiste nas seguintes seções: aporte teórico, relações textuais e discursivas de Adam (2011; 2019), princípio da argumentatividade da Teoria da Argumentação do Discurso, proposta por Amossy (2020), noções de compósito e tecnogênero do discurso nativo digital de Paveau (2021); seguido do percurso metodológico, da análise dos dados do texto "Senha do dia" e das Considerações finais.

Da textura ao plano de texto

Estudar o texto, mesmo depois de tantas pesquisas realizadas pela Linguística Textual, ainda é um grande desafio para os estudiosos em questões da linguagem e/ou áreas relacionadas.

Diante desse contexto, recorreu-se a Adam (2009, p. 129), para quem o texto "é uma estrutura hierárquica complexa que compreende *n* sequências – elípticas ou completas – do mesmo tipo ou de tipos diferentes". Por meio dessa definição, o texto, para esse autor, organiza-se em níveis: microtextual no período; mesotextual na estruturação interna do parágrafo e das sequências textuais e macrotextual das seções, partes e capítulos, dos planos de texto e das fronteiras peritextuais (Adam, 2022) que norteou a análise dos dados da pesquisa. Essas categorias mostram-se, particularmente relevantes, para a análise do gênero "Senha do dia", uma vez que esse gênero combina diferentes unidades textuais em uma organização relativamente estável, permitindo investigar como se articulam a frase bíblica, o comentário explicativo e a orientação argumentativa ao leitor.

O nível mesotextual, que se tomou como base para esta pesquisa, cujo objetivo é analisar a textura proposições enunciadas e período, apresenta o recurso da alínea simples e marcada para agrupar um conjunto de frases/períodos relacionados ou

[3] Houve o primeiro contato no dia 05 de setembro de 2025 por meio de e-mail, posteriormente, as trocas de informações foram pelo *WhatsApp*, ocorridas entre setembro e outubro de 2026 .

destacar uma cláusula ou período. Esse recurso permite, por exemplo, desligar (ou não) o discurso direto de seu contexto narrativo ou argumentativo, separar uma narrativa de um cotexto dialogal ou argumentativo, isolar ou fragmentar um bloco descritivo ou uma narrativa em episódios (Adam, 2022). No caso da "Senha do dia", esse nível é particularmente importante, porque permite observar como os diferentes segmentos do texto se organizam para construir uma unidade temática e interpretativa em torno da mensagem religiosa proposta.

Nesse nível mesotextual da estruturação do texto, conforme proposto por Adam (2022), há dois componentes que, combinados entre si, são flexíveis: os segmentos no plano da divisão gráfica ou sonora dos enunciados e os agrupamentos de frases/períodos (P) em macroproposições (MP) no plano semântico. Conforme Adam (2022, p. 100)

> [...] os *segmentos*[4], enfatizados por alíneas na escrita e pausas marcadas na oralidade, são constituídos por um número indeterminado de *cláusulas*[5] ligadas dentro de frases gráficas e períodos. A alínea e a pausa marcada conferem ao parágrafo (ou à estrofe, nos poemas, nas canções e nas cantigas) uma *conexidade*[6] e uma *coesão semântica*[7] subsumível por, ao menos, uma MP que resume o tema-tópico (papel dos títulos e intertítulos) ou o ato de discurso englobante [...]. As MP correspondem a sequências de processamento no curso das quais os agrupamentos de cláusulas, de frases e de períodos resultam na construção de unidades de sentido de maior nível de complexidade [...].

Adam (2011) já afirmava que a proposição-enunciado que estrutura uma das unidades do texto é escolhida por se compor de uma unidade textual de base, realizada e produzida por um ato de enunciação, compreendida como um enunciado mínimo. Aqui o enunciador é inseparável de um coenunciador. Essa categoria torna-se relevante para a pesquisa uma vez que possibilita examinar como cada enunciado da "Senha do dia" contribui para a construção de sentidos e para a orientação do leitor em relação à vivência da mensagem evangélica. Há também três dimensões complementares na proposição-enunciado: a dimensão enunciativa [B], que é a representação construída verbalmente de um conteúdo referencial [A]; a orientação argumentativa (ORarg) que dá ao conteúdo referencial uma potencialidade argumentativa e lhe confere uma força ou valor ilocucionário.

[4] Destaque do autor da obra.
[5] Destaque do autor da obra.
[6] Destaque do autor da obra.
[7] Destaque do autor da obra.

Segundo Adam (2022), as macroproposições, uma extensão da proposição-enunciado, são o resultado de um empacotamento, combinando informações para lhes dar um sentido global. Elas se apresentam como operação de empacotamento para selecionar informações julgadas importantes e eliminar informações consideradas secundárias. Já a operação de condensação das informações envolve a utilização de conceitos superordenados como sequências de ações (ir ao restaurante ou ao teatro) ou cenas prototípicas (cena doméstica ou declaração de amor) que contêm actantes esperados, sequências acionais previsíveis e palavras estereotipadas.

Para Adam (2022), essa operação de empacotamento pode apresentar blocos ou pacotes de informação (cláusulas, períodos, frases gráficas) hierarquizados conforme padrões de agrupamentos como também ser mais flexíveis e circunstanciais, uma vez que a operação de empacotamento não é puramente linear. Esses agrupamentos, organizados com informações, formam macroproposições livres ou ligadas a várias outras macroproposições denominadas de sequências pré-formatadas. A teoria das sequências compreende o estudo dos cinco modos pré-formatados das sequências de frases/períodos em macroproposições hierarquizadas e ligadas, são elas: descritiva, narrativa, argumentativa, explicativa e dialogal. Esse conceito permite compreender como diferentes enunciados são integrados em torno de um tema central, geralmente relacionado a um ensinamento ou reflexão inspirada em uma passagem bíblica. Nesta pesquisa, enfatizou-se com mais detalhes a sequência explicativa dada a natureza do gênero em estudo. Contudo, para efeito de contextualização, mencionou-se brevemente as demais sequências. Antes, porém, discutiu-se o plano de texto, tema importante para a compreensão deste assunto.

Segundo Adam (2019), o plano de texto é unificador e obrigatório nas estruturas composicionais. Para Adam (2022, p. 114)

> No conceito de plano de texto, é preciso integrar não apenas os componentes ou módulos peritextuais verbais, mas também os componentes peritextuais icônicos (vinhetas, fotos, gráficos, ilustrações e legendas de ilustrações, ornamentos tipográficos de final de capítulo ou livro, frisos florais). [...] os módulos gráficos são particularmente importantes nos textos icônicos plurissemióticos do tipo receitas de cozinha, artigos de mídia escrita, publicidades, cartazes etc., mas também em livros ilustrados, nas enciclopédias e nos manuais, assim como nos anúncios publicitários.

O autor também afirma que há gêneros em que o plano de texto é convencional ou fixo, menos sujeito a modificação ou subdivisões, como, por exemplo, o soneto, a comédia clássica e a tragédia. O plano de texto permite construir e reconstruir a

organização global de um texto pelo estado histórico de um gênero ou subgênero[8] de discurso. No plano de texto ocasional, há um trabalho de reconstrução de sua estrutura, baseando-se na macrossegmentação (alíneas e separações marcadas) e em dados peritextuais (entretítulos, mudanças de partes ou de capítulos). Adam (2019, p. 263) afirma que

> [...] a (re)construção de partes ou segmentos que correspondem ou ultrapassam os níveis do período e da sequência é uma atividade cognitiva fundamental que permite a compreensão de um texto e, para isso, mobiliza todas as informações linguísticas de superfície disponíveis.

Desse modo, as categorias de proposição-enunciado, macroproposição, sequencialidade, sequência explicativa e plano de texto constituem-se em ferramentas relevantes para a análise da estrutura composicional da "Senha do dia". Por meio delas, torna-se possível observar como esse gênero organiza suas informações, articula explicações e orienta a compreensão do leitor em ambiente digital.

Macroproposições do protótipo da sequência textual explicativa

Na abordagem de Adam (1992, 2011), o autor remete à noção de protótipos e elabora esquematizações de cinco sequências textuais: argumentativa, descritiva, dialogal, explicativa e narrativa. Segundo Adam (2009, p. 117), "[...] parece presunçoso falar de 'tipologia de textos'. [...] Cada texto é, com efeito, uma realidade heterogênea demais para que seja possível circunscrevê-la aos limites de uma definição estrita." O autor ao tomar esse posicionamento evita as noções de heterogeneidade e complexidade que os tipos textuais poderiam encerrar. É importante frisar que, para Adam (2009, p. 122): "Enquanto estrutura sequencial, um texto (T) comporta um número n de sequências completas ou elípticas (n sendo compreendido entre 1 e um número teoricamente limitado)".

Assim, Adam (2011) afirma que o protótipo da sequência textual explicativa é um construto cognitivo que orienta o falante para a produção como também compreensão de textos. O esquema sequencial tratado neste artigo parte de traços textuais e discursivos resultantes do processo cognitivo que atua na organização da linguagem. O que diferencia a sequência explicativa da argumentativa seria haver o objetivo de tornar aceitável uma dada tese, enquanto aquela pretende dotar o alocutário de um

[8] Constitui-se em uma categoria específica e subordinada dentro de um gênero principal ou literário maior.

conhecimento que ele não possui. Em sua abordagem teórica, Adam (2011, p. 240) afirma também que "[...] a explicação pode não ser conforme a verdade do mundo que conhecemos e permanecer estruturalmente uma explicação". Assim, o valor de verdade dos enunciados relaciona-se com o ato de referência "[...] como uma construção operada no e pelo discurso de um locutor e como uma (re) construção por um interpretante" (Adam, 2011, p. 110). A categoria protótipo permite compreender como se estrutura o texto "Senha do dia" a partir dos traços textuais das proposições-enunciado.

A relação entre os operadores – pronome interrogativo [POR QUE] e conjunção explicativa [PORQUE] – permitem desdobramentos entre as macroproposições explicativas, porque ambos são a base linguística dessa sequência. Conforme Grize (1990 *apud* Adam, 2019, p. 191-192),

> um primeiro operador [POR QUE] faz passar de uma esquematização inicial S-i, que apresenta um objeto complexo (O-i), para uma esquematização S-q, que problematiza (objeto problematizador O-q), então um segundo operador [PORQUE] permite passar de S-q para uma esquematização explicativa S-e (O-e).

Tomando por base essa sequência de Grize, Adam (2019) propõe a esquematização da sequência explicativa a seguir:

Fig. 1: Protótipo da Sequência Textual Explicativa

Sequência explicativa prototípica		
0.	Macroproposição explicativa 0	Esquematização inicial
1. Por que X? (ou Como?)	Macroproposição explicativa 1	Problema (pergunta)
2. Porque	Macroproposição explicativa 2	Explicação (resposta)
3.	Macroproposição explicativa 3	Ratificação-avaliação

Fonte: Adam (2019, p. 193)

Na sequência explicativa, Adam (2022, p. 103) diz que

> [...] uma MP1- *Por quê*? [Problema (pergunta)] está ligada a uma MP2-*Porque* [Explicação (resposta)], seguida (como no caso anterior) de uma MP3-*Avaliação* [Ratificação-Avaliação] dessa explicação. O *Por quê* é, normalmente, precedido pela descrição de um *Objeto* ou de uma *Situação problemática*-MP0.

O primeiro operador [POR QUE] introduz a primeira macroproposição (MP1), de forma subentendida, há a introdução do elemento problematizador, ocorrendo frequentemente com segmentos descritivos. De acordo com Jurach (2017, p. 222-223)

> Se esse elemento é apresentado em um contexto anterior ao questionamento, o pronome interrogativo POR QUE (?) atua como retomada e problematização. Quando subentendido, na maioria das vezes a esquematização do problema aparece na estrutura aberta pelo pronome interrogativo: POR QUE p (?). A fase do problema ou questionamento evidencia os papéis do sujeito que explica e do sujeito a quem se destina a explicação.

No segundo operador [PORQUE], segue-se a segunda macroproposição (MP2) que pode envolver processos causais uma vez que apresenta o desenvolvimento da explicação. A terceira macroproposição (MP3) pode vir sob efeito de elipse e o conjunto apresenta uma descrição que se refere a esquematização inicial (MP0) e introduz o objeto problematizador, tematizando a primeira macroproposição (Adam, 2019). Esse modelo apresentado pelo autor evidencia as fases de questionamento, resolução e conclusão em sequências explicativas complexas. Esse conceito, tomado da ATD, permite investigar a estrutura composicional da "Senha do dia" por meio das macroproposições da sequência textual explicativa.

Ainda, para Adam (2019), essa base linguística pode se apresentar em segmentos curtos – estrutura periódica – ou em textos mais complexos. Combettes e Tomassone (1988, p. 06 *apud* Adam, 2019, p. 178) definem que "[...] o texto explicativo tem, sem dúvida, uma base informativa, mas caracteriza-se, além disso, pela vontade de fazer compreender os fenômenos: daí, implícita ou explícita, a existência de uma questão como ponto de partida, que o texto se esforça para elucidar [...]". Com isso, compreende-se que essa categoria atende ao propósito da análise do *corpus* "Senha do dia".

Argumentatividade – dimensão argumentativa

Outro aspecto relevante para este estudo consiste em analisar o gênero textual sob o prisma da Teoria da Argumentação no Discurso (doravante TAD) proposto por Ruth Amossy (2020a) sob o princípio da argumentatividade. Há uma redefinição da retórica como um ramo da Análise do Discurso francesa (AD), articulando essa disciplina às retóricas – clássica e nova. A TAD centra-se no "[...] estudo da argumentação e de suas estratégias de persuasão no âmbito do discurso como dizer socialmente situado e constituído" (Cavalcante *et al.*, 2020, p. 24). Nessa teoria, a argumentação é constitutiva do discurso, delineada por um quadro teórico e metodológico que pretende apreender a argumentação nos quadros discursivos e institucionais.

Na perspectiva da TAD, há alguns conceitos bem pertinentes, o sujeito da retórica, por exemplo, é soberano, porque governa a si e a seus textos, a língua é utilizada de forma consciente para condicionar e persuadir outros sujeitos. Esse sujeito

apresenta vontade própria e parece ter consciência quando seleciona dados e constrói raciocínios. Em outras palavras, para Cavalcante (2020, p. 26)

> [...] o sujeito seria considerado, conforme o papel social que desempenha, como elaborador de um projeto persuasivo constrangido por fatores de ordem social, que definem a forma genérica e o pertencimento de sua fala a uma significação social dotada de lugares comuns e de argumentos próprios.

Dessa forma, o sujeito da Teoria da Argumentação no Discurso, delineado pela (nova) retórica, é estrategista, ou seja, o seu discurso é um instrumento de persuasão com vistas à adesão de um auditório à tese apresentada por ele. Há uma singularidade na TAD que apresenta duas contribuições teóricas: "[...] o reconhecimento da argumentação como algo intrínseco ao funcionamento global do discurso e, [...] a consideração da polêmica como uma modalidade argumentativa que inscreve o dissenso no seio da retórica" (Cavalcante, 2020, p. 28).

Ainda, segundo Amossy (2011, p. 130), a argumentação é "[...] a tentativa de modificar, de orientar, ou mais simplesmente, de reforçar, pelos recursos da linguagem, a visão das coisas da parte do alocutário", ou seja, todo discurso tende a orientar os modos de ver, pensar e sentir dos interlocutores. A autora propõe duas categorias em sua teoria: a visada argumentativa e a dimensão argumentativa que são relevantes para a análise da "Senha do dia", pois ambas permitem compreender diferentes manifestações de argumentatividade. Essas manifestações apresentam-se como modos de organização da argumentatividade no discurso na modalidade demonstrativa, patêmica, pedagógica, de coconstrução, negociada e polêmica.

Neste trabalho, tomou-se como categoria o modo de organização na modalidade pedagógica, modo de organização argumentativo coerente com o discurso que se vislumbrou no gênero em estudo. A construção dessa modalidade é direcionada a um "locutor que assume a identidade de alguém que se coloca, e é aceito pelo interlocutor, em posição superior, porque seu objetivo é transmitir um saber a quem sabe menos do que ele sobre uma dada temática" (Cavalcante *et al*., 2022, p. 118). Ao tratar dessa modalidade, Amossy (2011) foca situações que envolvem literalmente o ensino, por vezes, formal ou acadêmico. Extrapolando essa visão, há textos que não estão no domínio discursivo do ensino, mas pretendem fazê-lo como nos textos "Senha do dia", que ensinam lições de vida.

Para Amossy (2011), na visada argumentativa, o locutor ao produzir um texto visa levar o interlocutor a aderir à sua opinião ou tese conforme o tema, nesse caso, o

discurso escolhe uma ou mais modalidades argumentativas. Os gêneros mais tipicamente argumentativos são artigos de opinião, editoriais, ações judiciais, artigos acadêmicos [direcionados à argumentação], ensaios jornalísticos e acadêmicos, cartas abertas, debates eleitorais, redação do Enem etc. Os gêneros na visada argumentativa podem apresentar estratégia programada de persuasão, porque buscam formar a adesão à tese, ou seja, buscam adeptos da opinião defendida no texto (Amossy, 2011).

Na dimensão argumentativa, "[...] a estratégia de persuasão é indireta e, muitas vezes, não admitida" (Amossy, 2011, p. 132), ou seja, o objetivo declarado é outro, mas não descarta o argumentativo. Dessa forma, os demais textos estão na dimensão argumentativa como, por exemplo, notícias de jornal, grande parte das narrativas ficcionais, poemas, roteiros de viagem, artigos científicos etc. Na dimensão argumentativa, o texto se constrói na materialidade do discurso sem, necessariamente, apresentar um esquema protótipo da argumentação como proposto por Adam (2011 [1992]).

Conforme, ainda, Amossy (2020b), a dimensão argumentativa oferece pistas para uma questão em suspenso ou atualiza uma questão velada, dessa forma, "[...] ela explora os efeitos da evidência que decorrem da ausência de confronto explícito para orientar o alocutário em direção a seus próprios modos de ver" (Amossy, 2020b, p. 84). Compreende-se que de maneira sutil há o desdobramento de uma tese implícita na materialidade do discurso. A partir desse prisma, tomou-se a decisão teórico-metodológica em analisar a argumentatividade no texto "Senha do dia".

Compósito e tecnogênero do discurso – natureza do gênero

Tradicionalmente, os gêneros textuais circulavam, predominantemente, em suportes orais ou impressos. Com a expansão da internet e, posteriormente, da Web 2.0, novas formas de produção, circulação e interação discursiva passaram a emergir em ambientes digitais. Não demorou muito para que mudanças mais profundas e impactantes acontecessem: os textos, atualmente, são produzidos no próprio meio digital. Com isso, surgiram os denominados de gêneros nativos digitais (Paveau, 2021), haja vista que os usuários têm a opção de produzirem seus textos diretamente, via internet, usando seus equipamentos eletrônicos conectados.

Nesse contexto, esta pesquisa tem como objeto de estudo um gênero textual nativo digital. Trata-se da "Senha do dia", sobre o qual já se falou na Introdução. Por essa razão, faz-se necessário abordar esse assunto, mesmo que sucintamente, para contextualizar o universo (ou ambiente) onde este gênero textual se situa. Para isso, apoiou-se em Paveau (2021, p. 27), que afirma:

> [...] as ações e os efeitos do digital estão aí, o uso das tecnologias digitais, da internet e dos objetos conectados sendo progressivamente integrados às nossas existências, pelo menos nas áreas culturais, sociais e geográficas nas quais as ferramentas informáticas e as tecnologias digitais puderem se desenvolver [...].

De acordo com a autora, a influência cultural, social e geográfica associada às ações e aos efeitos do digital faz-se presente na relação humano e humano-máquina. A análise do gênero em estudo fundamenta-se em duas categorias muito pertinentes para a discussão: o compósito e o tecnogênero.

Conforme Paveau (2021, p. 119) na primeira categoria de análise, "o termo *compósito* designa a copresença do linguageiro e do técnico nos discursos nativos da internet". Essa definição remete ao termo tecnogênero (Paveau, 2021) que é uma das categorias de análise da "Senha do dia". Como o compósito pertence ao discurso digital, a ideia binária entre o linguístico e o extralinguístico permite modificar a concepção de língua constituída com o outro. Entretanto, a autora defende a perspectiva ecológica, ou seja, a linguagem digital é como um ecossistema nativo em "ambientes" onde humanos e elementos tecnológicos coconstroem o discurso.

Assim, alguns estudos como de Develotte (2009 *apud* Paveau, 2021, p. 120) trazem "uma reflexão sobre a integração dos elementos materiais simultaneamente técnicos, semióticos e linguísticos, por meio da exposição discursiva nas mídias sociais". Develotte (2009) pretende mostrar que as interações multimodiais na tela ocorrem em espaços que trazem outros elementos como gráficos, icônicos, fixos ou animados, além das formas síncronas e assíncronas.

Um exemplo de compósitos pode ser a *hashtag*, que é um segmento ao mesmo tempo linguageiro composto por siglas, palavras, expressões ou frases inteiras e técnicos que pela sua natureza clicável recebem o símbolo # (Paveau, 2021). Outros exemplos podem ser o *hiperlink*, palavra ou segmento discursivo clicável e suporte de hipertexto; nomes das contas em redes sociais, identificadores e pseudônimos no X; as palavras-consignas que permitem a realização de operações *on-line*; os botões de curtir e compartilhar, tecnosignos que propiciam operações tecno-enunciativas (Paveau, 2021).

Na segunda categoria de análise, o tecnogênero do discurso consiste em "um gênero de discurso dotado de uma dimensão compósita, derivada de uma coconstituição do linguageiro e do tecnológico (Paveau, 2021, p. 328). De acordo com a autora, pode derivar de um gênero pré-digital, como o *corpus* da análise deste artigo, ou constituir um gênero digital nativo. O tecnogênero é classificado em três categorias: no primeiro, os tecnogêneros prescritos são propostos no sistema de escrita *on-line* e restringidos pelos dispositivos tecnológicos. Conforme Paveau (2021), o tecnogênero prescrito não existe *off-line*, dependendo de ferramentas digitais com circulação quase exclusivamente *on-line.* Como exemplos dessa classificação, há o *blog*, o *vlog*, o tuíte e o comentário *on-line*. Pode ocorrer de o tecnogênero prescrito abandonar o ecossistema digital para ser *off-line*, sendo utilizado na mídia impressa ou televisiva como citação ou pequena frase que configura a perda das características digitais.

No segundo, o tecnogênero negociado "[...] é um gênero de discurso preexistente e estabilizado ou não nas produções pré-digitais, mas que adquire *on-line* traços propriamente tecnolinguageiros e tecnodiscursivos" (Paveau, 2021, p. 330). Esses tecnogêneros podem circular no *on-line* e *off-line* e não são inteiramente dependentes de ferramentas digitais. Os exemplos desse tecnogênero são as produções de *trolls* como também "top" ou lista ordenada. No terceiro, o tecnogênero produsado que "é um gênero de discurso nativo da internet produzido pelos internautas fora das restrições dos tecnogêneros prescritos e das rotinas dos tecnogêneros negociados" (Paveau, 2021, p. 331). Como exemplo desse tecnogênero, há o cartaz digital. A categoria de tecnogênero permitirá verificar em que medida a "Senha do dia" preserva características do gênero pré-digital Palavra de Vida e, simultaneamente, incorpora propriedades decorrentes de sua circulação em ambientes digitais, especialmente no *WhatsApp*.

Assim, os conceitos de compósito e tecnogênero oferecem ferramentas para compreender como a "Senha do dia" se configura discursivamente em ambiente digital. A partir dessas categorias, será possível investigar tanto os elementos tecnolinguageiros que constituem o texto quanto as transformações decorrentes de sua circulação em plataformas digitais, especialmente no domínio discursivo religioso cristão-católico.

Percurso metodológico

Esta pesquisa caracteriza-se como de tipo descritiva, pois, segundo Gil (2008), uma pesquisa descritiva tem como objetivo a descrição de características de populações, fenômenos ou situações, para estabelecer relações entre variáveis. Trata-se de um tipo de pesquisa adequada para lidar com estudos de caso ou observação, sem necessidade de aprofundamento excessivo na busca de causalidade, como é o caso desta pesquisa ora realizada, uma vez que são descritos aspectos do gênero em sua estrutura composicional, dimensão e natureza de um gênero digital. O estudo realizado é um fenômeno, pois se analisa o gênero nativo digital, descrevendo, principalmente, os aspectos da estrutura composicional.

A pesquisa também se classifica como de tipo explicativo, porque identifica "[...] os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos" (Gil, 2008, p. 28), ou seja, explica-se caraterísticas de um gênero digital que apresenta traços de um gênero pré-digital. Assim, para Gil (2008, p. 29), "Uma pesquisa explicativa pode ser a continuação de outra descritiva, posto que a identificação dos fatores que determinam um fenômeno exige que este esteja suficientemente descrito e detalhado", corroborando, assim, com o estudo da pesquisa.

Quanto à natureza, trata-se de uma pesquisa qualitativa cuja abordagem, segundo Minayo (2003, p. 22), "[...] aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas". Constata-se que a análise do *corpus* da pesquisa recorre a um estudo, percebendo a construção do gênero e cumprindo com o propósito comunicativo aspectos a serem analisados por meio da abordagem qualitativa num universo digital presente em redes sociais – *Facebook*, *Instagram* e *WhatsApp* como também no *blog* de Apolônio Carvalho Nascimento, autor dos textos.

A análise do *corpus* constitui-se de 31 textos "Senhas do dia", os textos foram coletados durante o mês de agosto de 2025 na rede social *WhatsApp*, mas com ampla circulação nas redes sociais *Facebook* e *Instagram* como também em formato audiovisual no *YouTube* declamado pelo próprio autor do texto. Esse *corpus* é de domínio público, não necessitando de autorização por meio do parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), uma vez que foi autorizada a análise do material pelo autor dos textos. Para a análise da estrutura composicional, serão identificadas a

textura nas proposições enunciadas e nos períodos, a sequencialidade na sequência explicativa e no plano de texto, com base em Adam (2011; 2019). Para a análise da dimensão argumentativa, serão examinadas a orientação argumentativa por meio da modalidade argumentação em Amossy (2020). Para a análise da natureza tecnogenérica, serão identificados o compósito e o tecnogênero em Paveau (2021).

"Senha do dia": histórico do gênero

As informações elencadas originam-se por meio de *e-mail* e conversas informais por *WhatsApp* com o escritor do texto "Senha do dia". Houve necessidade de dirimir algumas dúvidas e esclarecer curiosidades inerentes à produção escrita do texto, que foram prontamente explicadas e esclarecidas pelo autor (Apolonio Carvalho do Nascimento) no Brasil, focolarino do Movimento dos Focolares. Os registros foram arquivados em *drive* para posterior pesquisa. O autor do texto disponibiliza o material em redes sociais e permitiu, por meio de mensagens via *WhatsApp*, a utilização para efeito de análise.

Com base em suas explicações, tomou-se conhecimento de que a "Senha do dia" é um texto produzido em duas partes: uma frase e um comentário sobre essa frase. A construção do texto, atualmente, dá-se por equipes de membros do Movimento dos Focolares[9] espalhados em várias partes do mundo. No Brasil, esse texto é escrito por uma equipe, mas há em específico um leigo consagrado (Apolonio Carvalho Nascimento), denominado de focolarino e pertencente a esse Movimento, que escreve o comentário.

No centro do Movimento dos Focolares, em Roma, há uma equipe de focolarinos responsável por escrever e encaminhar a frase da Palavra de Vida[10] do mês e outra equipe se responsabiliza em escrever as frases diárias que, posteriormente, receberão os comentários. Essas frases diárias são produzidas conforme a Palavra de Vida vigente, textos litúrgicos das missas e festas litúrgicas importantes daquele mês. Como as equipes são espalhadas pelo mundo, ocorre, no Brasil, de as frases diárias serem pensadas por uma equipe, mas produzidas por um focolarino que toma por base as orientações do Centro da Obra. As frases diárias são produzidas, antecipadamente, por

[9] É um movimento católico fundado por Chiara Lubich em 1943 na cidade de Trento, norte da Itália, em meio à experiência da Segunda Guerra Mundial, oficialmente, é denominado pela Igreja como Obra de Maria, precisamente, pelo Concílio Vaticano II.
[10] É uma meditação mensal pautada em um versículo bíblico e vivenciada pelos membros e simpatizantes do Movimento dos Focolares.

equipes diferentes conforme forem designadas pelo Movimento, mas sempre orientadas pela Obra.

A ideia dessas frases, "Senha do dia", denominação adotada no Brasil, foi da fundadora do Movimento dos Focolares Chiara Lubich que, em 1999, solicitou as focolarinas de sua secretária que produzissem frases sobre a vontade de Deus do momento presente. No decorrer desse período, essas frases foram produzidas, variando, conforme o tema do ano vivido pelo Movimento, a Palavra de Vida do mês e as festas litúrgicas importantes. Como o Movimento surgiu na Itália, as frases eram denominadas de *Passaparola del giorno*, distribuídas, inicialmente, entre os membros do Focolares de Roma onde fica o Centro Mariapólis da Obra e, posteriormente, em 2000, houve uma difusão para focolares em outras nações, uma vez que os membros de Roma demonstravam a experiência vivida ali. Somente em 2001, a fundadora do Movimento autorizou que as frases fossem traduzidas em vários idiomas e encaminhadas todos os dias a vários Focolares de distintas nações. Até então, nenhum membro do Movimento dos Focolares escrevia o comentário do *Passaparola* uma vez que Chiara Lubich ainda vivia e ela mesma escrevia a Palavra de Vida.

Em 2004, um focolarino que estava morando no Focolare do Congo teve a ideia de fazer, em cada frase, um comentário com o propósito de explicar como viver bem aquela frase. A frase e o comentário eram encaminhados, inicialmente, para amigos e familiares, mas houve adesão a esses textos. Como era escrito por um brasileiro, recebeu a denominação de "Senha do dia" e esse nome foi dado pela mesma pessoa – Apolônio Carvalho Nascimento – que escrevia os comentários. Observando a difusão e adesão a esses textos, encaminhou uma seleção de cinquenta "Senhas do dia" para duas focolarinas do Centro de Roma que falavam português. Até então, esses comentários eram escritos somente em português por esse focolarino. Ao submeter as cinquenta "Senhas do dia" à Obra, o objetivo era saber se poderia continuar a escrever o comentário da frase, sendo aprovado prontamente.

Esses textos difundiram-se e, atualmente, pessoas de outras nações – Itália, França entre outras – também fazem o comentário ou, de forma mais individual, escrevem pensamentos de Chiara Lubich que fazem referência a essas frases. A difusão das frases com os comentários se deu por meio de *e-mail*, grupos de e-mails, lista de transmissão, *WhatsApp* e *blog*. Durante a pandemia, iniciaram-se as publicações no *Instagram*, *Facebook* e *YouTube* em formato audiovisual declamado pelo próprio autor do

texto. No *blog* https://parolafocolare.blogspot.com, com a colaboração desse focolarino, há mais de dez anos é publicada em sete idiomas – alemão, inglês, italiano, português, polonês, espanhol e francês – a "Senha do dia". Há mais de 21 anos, esses comentários são escritos, especialmente, no Brasil, por esse mesmo focolarino que teve a ideia de fazer o comentário sobre a frase. Supõe-se que o focolarino brasileiro tenha sido o primeiro a escrever o comentário sobre a frase, somente depois, outros membros passaram a escrever em diversas partes do mundo, surgindo assim um novo gênero.

Análise e sistematização da Senha do dia

Sequência textual explicativa e plano de texto

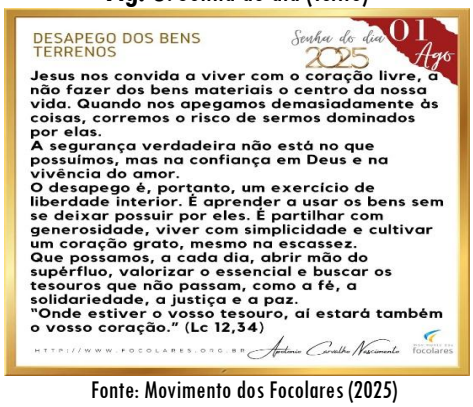
As categorias de análise do gênero textual "Senha do dia" – mesotextuais e macrotextuais – consistem na estrutura interna do parágrafo e do protótipo da sequência textual explicativa com o plano de texto. De um modo geral, identificou-se em todos os 31 textos da "Senha do dia", que foram publicados e divulgados no mês de agosto de 2025 pela rede social *WhatsApp*, a recorrência do uso da sequência textual explicativa em sua composição textual. Ainda, identificou-se a ocorrência de dez textos com uma epígrafe ora no começo, no meio ou no fim. Esse dado demonstra semelhança na estrutura com o texto "Palavra de Vida" do Movimento dos Focolares, aspecto também relevante que "unifica, assemelha" o gênero textual em análise. Observe-se como essas categorias estruturam e constroem os sentidos do texto da "Senha do dia" a seguir.

Fig. 2: Senha do dia (Frase)



Fonte: Movimento dos Focolares (2025)

Fig. 3: Senha do dia (Texto)



Fonte: Movimento dos Focolares (2025)

[01] 01.08.2025
Desapego dos bens terrenos **[M.P.expl.0 S-i [O-i]]**

> **(a)** Jesus nos convida a viver com o coração livre, a não fazer dos bens materiais o centro de nossa vida. **(b)** Quando nos apegamos demasiadamente às coisas, corremos o risco de sermos dominados por elas. **[M.P.expl.1] [Por que se desapegar?] S-q [O-q]**
> **(c)** A segurança verdadeira não está no que possuímos, mas na confiança em Deus e na vivência do amor. **[M.P.expl.2] [Resposta "Porque"]**
> **(d)** O desapego é, portanto, um exercício de liberdade interior. **(e)** É aprender a usar os bens sem se deixar possuir por eles. **(f)** É partilhar com generosidade, viver com simplicidade e cultivar um coração grato, mesmo na escassez. **[M.P.expl.2]**
> **(g)** Que possamos, a cada dia, abrir mão do supérfluo, valorizar o essencial e buscar os tesouros que não passam, como a fé, a solidariedade, a justiça e a paz. **[M.P.expl.3 [conclusão] S-e [O-e] Ratificação]**

No nível mesotextual, as macroproposições do protótipo da sequência textual explicativa se compõem de proposições-enunciados que são marcados com as letras do alfabeto no texto da "Senha do dia". As proposições-enunciados discorrem sobre a explicação da frase "Desapego dos bens terrenos" que corresponde a uma explicação do versículo bíblico "Onde estiver o vosso tesouro, aí estará também o vosso coração" (Lc 12, 34). Apresenta-se a M.P. Expl. 0 que corresponde a esquematização inicial (S-i) e o objeto complexo (O-i).

A partir do enunciado "Desapego dos bens terrenos", razão da explicação, o texto apresenta proposições-enunciados nos períodos (a): "Jesus nos convida a viver com o coração livre, a não fazer dos bens materiais o centro de nossa vida." e (b): "Quando nos apegamos demasiadamente às coisas, corremos o risco de sermos dominados por elas.", formando a M.P. Expl.1 com a pergunta implícita "Por que se desapegar?", operador [POR QUE], e a esquematização (S-q) que problematiza o objeto problematizador (O-q) – desapego.

O segundo operador [PORQUE] permite passar de uma esquematização (S-q) para uma esquematização explicativa (S-e), formando a M.P. Expl. 2. Nessa macroproposição que corresponde a letra (c): "A segurança verdadeira não está no que possuímos, mas na confiança em Deus e na vivência do amor.", há um conector "mas" que, ao cumprir a ideia de adversatividade, introduz a argumentação no texto: "a segurança, a confiança e o amor estão em Deus". Essa mesma estrutura foi recorrente em outros textos da "Senha do dia", enfatizando o traço de argumentatividade do texto. Essa macroproposição ainda se apresenta nas letras (d), (e), (f) que exprimem mais ainda os aspectos do desapego: d, e, f, respectivamente, resumem as ações de liberdade, generosidade e solidariedade. No caso da continuidade da M.P. Expl.2, apresenta-se na proposição-enunciado da letra (d) o

conector “portanto” que com a ideia de conclusão contribui para a resposta sobre o desapego: “O desapego é, portanto o exercício de liberdade interior.”

Assim, a passagem do [PORQUE] esquematização (S-i) para a esquematização explicativa (S-e) que forma a M.P. Expl. 3 com objeto explicado (O-e), demonstrada no texto como ratificação [conclusão] que se compõe da letra (g): “Que possamos, a cada dia, abrir mão do supérfluo, valorizar o essencial e buscar os tesouros que não passam, como a fé, a solidariedade, a justiça e a paz.”. A proposição-enunciado é iniciada com o conector “que”, dando a ideia de uma finalidade e formando um período composto por subordinação. Nessa análise, não se identificaram enunciados que separassem, isolassem ou fragmentassem outro protótipo de sequência textual.

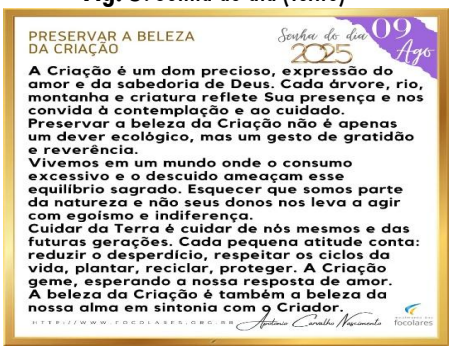
A seguir, observe-se mais um texto da “Senha do dia” escolhido cuja análise revelou um aspecto diferencial em relação ao texto anterior.

Fig. 4: Senha do dia (Frase)



Fonte: Movimento dos Focolares (2025)

Fig. 5: Senha do dia (Texto)



Fonte: Movimento dos Focolares (2025)

[02] 09.08.2025
Preservar a beleza da criação **[M.P. expl. 0 S-i [O-i]]**
(a) A Criação é um dom precioso, expressão do amor e da sabedoria de Deus. **(b)** Cada árvore, rio, montanha e criatura reflete Sua presença e nos convida à contemplação e ao cuidado. **[M.P. expl. 1] [Problema: Por que preservar a beleza da criação?] [S-q [O-q]]**
(c) Preservar a beleza da Criação não é apenas um dever ecológico, mas um gesto de gratidão e reverência. **[M.P. expl. 2] [Resposta “Porque”]**
(d) Vivemos em um mundo onde o consumo excessivo e o descuido ameaçam esse equilíbrio sagrado. **(e)** Esquecer que somos parte da natureza e não seus donos nos leva a agir com egoísmo e indiferença. **[M.P. expl. 2] [Resposta “Porque”]**
(f) Cuidar da Terra é cuidar de nós mesmos e das futuras gerações. **(g)** Cada pequena atitude conta: reduzir o desperdício, respeitar os ciclos da vida, plantar, reciclar, proteger. **[M.P. expl. 2] [Resposta “Porque”] (h)** A Criação geme, esperando a nossa resposta de amor. **(i)** A beleza da Criação é também a beleza da nossa alma em sintonia com o Criador. **[M. P. expl. 3 Conclusão] S-e [O-e] Ratificação]**

Esse texto da figura 5 diferencia-se do anterior, porque em sua construção, ao invés de trazer um versículo bíblico, ele apresenta uma reflexão sobre a encíclica *Laudato Si*[11] do Papa Francisco sobre o "Clamor pela conversão ecológica e pela justiça". A maioria desses textos traz uma reflexão sobre um versículo bíblico, normalmente, identificado na missa do dia, mas não é uma norma para a construção do texto do gênero textual "Senha do dia". Alguns desses textos são produzidos sobre temas importantes, como este (figura 5) que traz reflexões sobre a encíclica mencionada ou alguma festa religiosa importante, por exemplo, o dia da Imaculada Conceição de Maria. Identificaram-se dois textos sobre essa encíclica dentre as 31 "Senhas do dia" de agosto de 2025 que compõem o *corpus* desta pesquisa.

Nesse texto (figura 5), em especial, discorre-se sobre a frase "Preservar a beleza da criação" que apresenta a M.P. Expl. 0, correspondendo à esquematização inicial (S-i) e ao objeto complexo (O-i). Essa macroproposição encaminha-se para as proposições-enunciados (a): "A Criação é um dom precioso, expressão do amor e da sabedoria de Deus." "Cada árvore, rio, montanha e criatura reflete Sua presença e nos convida à contemplação e ao cuidado.", formando a M.P. Expl. 1 com o operador [POR QUE] implícito na problematização: "Por que preservar a beleza da criação?", apresentando a esquematização (S-q) com aspectos sobre a Criação como "dom precioso", "expressão do amor" e "sabedoria de Deus" e o objeto problematizador (O-q) – preservação da criação com as expressões "contemplação" e "cuidado".

Na macroproposição que culmina na passagem para o operador [PORQUE], a M.P. Expl. 2 é formada pelas proposições-enunciados das letras (c) a (g). A proposição-enunciado (c): "Preservar a beleza da Criação não é apenas um dever ecológico, mas um gesto de gratidão e reverência." repete um padrão de construção com um conector adversativo "mas" que se contrapõe a não ser "apenas um dever ecológico", e sim "um gesto de gratidão e reverência". Identifica-se um elemento de argumentação que leva à reflexão sobre o objeto problematizador recorrente em outros textos da "Senha do dia" (*corpus* da análise). Nas 31 "Senhas do dia" analisadas, identificou-se esse padrão em nove delas. As proposições-enunciados das letras (d) a (g) transitam entre explicar o papel de cada ser humano na Criação e o direcionamento em como preservar a natureza.

[11] É uma encíclica do Papa Francisco que se refere ao consumismo e ao desenvolvimento irresponsável, tendo por base o apelo de mudança e unificação global para combater a degradação ambiental e as alterações climáticas.

Na macroproposição M.P. Expl. 3, identificaram-se nas proposições-enunciados (h): "A Criação geme, esperando a nossa resposta de amor." e (i): "A beleza da Criação é também a beleza da nossa alma em sintonia com o Criador." os elementos de ratificação [conclusão], formando a esquematização explicativa (S-e) e o objeto explicado (O-e) de que a beleza – da Criação e da alma – deve estar em sintonia com o Criador. Assim, não se identificou variação entre a primeira e a segunda "Senha do dia" analisada, ambas obedecem a um mesmo padrão com as macroproposições bem distintas entre si.

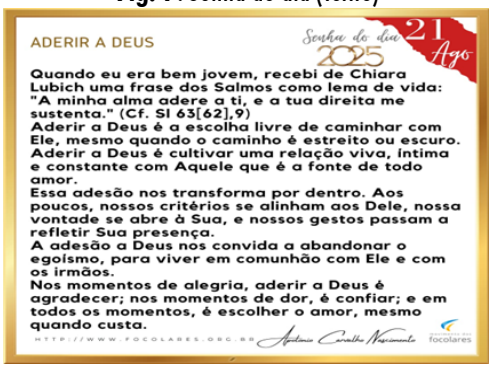
A seguir, há mais um texto da "Senha do dia" (figura 7) com a introdução de fragmento de protótipo de outra sequência textual e de uma epígrafe, diferencial que se observa em relação aos dois textos anteriores. Todavia, essas diferenças não comprometem o caráter genérico dos gêneros em análise. Ao contrário, os textos podem e devem apresentar peculiaridades que os particularizam em função de fatores como a temática, o estilo do autor e do gênero, que lhes conferem identidade própria.

Fig. 6: Senha do dia (Frase)



Fonte: Movimento do Focolares (2025)

Fig. 7: Senha do dia (Texto)



Fonte: Movimento do Focolares (2025)

[03] 21.08.2025
Aderir a Deus **[M.P. expl. 0 S-i [O-i]]**
Quando eu era bem jovem, recebi de Chiara Lubich uma frase dos Salmos como lema de vida: "A minha alma adere a ti, e a tua direita me sustenta." (Cf. Sl 63[62], 9) **[Epígrafe]**
(a) Aderir a Deus é a escolha livre de caminhar com Ele, mesmo quando o caminho é estreito ou escuro. **(b)** Aderir a Deus é cultivar uma relação viva, íntima e constante **(c)** com Aquele que é fonte de todo amor. **[M.P. expl. 1] [Problema: Por que aderir a Deus?] [S-q [O-q]]**
(d) Essa adesão nos transforma por dentro. **(e)** Aos poucos, nossos critérios se alinham aos Dele, nossa vontade se abre à Sua, e nossos gestos passam a refletir Sua presença. **[M.P. expl. 2] [Resposta "Porque"]**
(f) A adesão a Deus nos convida a abandonar o egoísmo, para viver em comunhão com Ele e com os irmãos. **[M.P. expl. 2] [Resposta "Porque"]**
(g) Nos momentos de alegria, aderir a Deus é agradecer; nos momentos de dor, é confiar; e em todos os momentos, é escolher o amor, mesmo quando custa. **[M. P. expl. 3 Conclusão] S-e [O-e] Ratificação]**

Essa "Senha do dia" apresenta um diferencial em relação às duas analisadas anteriormente, no nível mesotextual, observou-se a inserção de um fragmento que podemos denominar de simples período do protótipo da sequência narrativa "Quando eu era bem jovem, recebi de Chiara Lubich uma frase dos Salmos como lema de vida: 'A minha alma adere a ti, e a tua direita me sustenta.'". Conforme Adam (2011), o simples período na sequência textual narrativa consiste na entrada-prefácio com a finalidade de garantir a entrada na narrativa. A sequência predominante é a explicativa, mas esse fragmento com a introdução de um marcador temporal "Quando", seguido do verbo de ação "receber" apresenta características da sequência narrativa e compõe o plano de texto – categoria de análise desta pesquisa. Em seguida, há a inserção de uma epígrafe do Salmo (63[62], 9) que será a razão da explicação dessa "Senha do Dia".

A macroproposição M.P.Expl. 0 apresenta a frase "Aderir a Deus" e introduz a esquematização (S-i) e o objeto complexo (O-i). Entre a macroproposição explicativa, há o simples período que reforça a ideia do objeto completo com a epígrafe em destaque. A macroproposição Expl. 1 é formada por três proposições-enunciados (a): "Aderir a Deus é a escolha livre de caminhar com Ele, mesmo quando o caminho é estreito ou escuro.", (b): "Aderir a Deus é cultivar uma relação viva, íntima e constante" e (c): "com Aquele que é fonte de todo amor."; introduzindo de forma implícita a pergunta: "Por que aderir a Deus?" com o operador [POR QUE]. Essa macroproposição é reforçada pelas expressões adesão pela "escolha livre" a Deus e ao cultivo por meio de "uma relação viva, íntima e constante" que formam a esquematização (S-q) e o objeto problematizador (O-q) – adesão a Deus.

A macroproposição Expl. 2 permite a passagem para a explicação por meio do operador [PORQUE] e apresenta três proposições-enunciados (d): "Essa adesão nos transforma por dentro.", (e): "Aos poucos, nossos critérios se alinham aos Dele, nossa vontade se abre à Sua, e nossos gestos passam a refletir Sua presença." e (f): "A adesão a Deus nos convida a abandonar o egoísmo, para viver em comunhão com Ele e com os irmãos.", que são a resposta da adesão a Deus explicitadas pelos verbos convidar, abandonar "o egoísmo" e a viver "em comunhão com Deus e os irmãos". Na macroproposição M.P. Expl. 3 ratificação [conclusão], a proposição-enunciado (g): "Nos momentos de alegria, aderir a Deus é agradecer; nos momentos de dor, é confiar; e em todos os momentos, é escolher o amor, mesmo quando custa." (S-e [O-e]) é reforçada

pelos verbos agradecer, confiar e escolher que cumprem com o propósito de adesão a Deus.

No decorrer dessa análise, percebeu-se, de modo geral, que o plano de texto do gênero textual "Senha do dia" apresenta o protótipo da sequência textual explicativa como dominante introduzido por uma frase seguida da explicação. Apesar de apresentar em alguns desses textos a inserção ora de uma epígrafe ora simples período da sequência narrativa, o plano de texto ainda permanece com a sequência textual explicativa dominante, pois a inserção de partes da sequência narrativa tem, tão somente, a função de contextualizar uma informação que dá relevo ao caráter explicativo ao texto.

O quadro sistematiza as 31 "Senhas do dia" analisadas, identificando o dia, a frase, o capítulo e/ou versículo bíblico e o trecho (versículo) retirado da Bíblia Sagrada que se encontra em uma das leituras da missa com menção à encíclica *Laudato Si* do Papa Francisco.

Quadro 1: Sistematização das "Senhas do dia" – agosto de 2025

Data	Frase	Capítulo e versículo	Texto
01.08.2025	"Desapego dos bens terrenos."	Lc 12,34 Epígrafe da Palavra de Vida de agosto de 2025	"Onde estiver o vosso tesouro, aí estará também o vosso coração."
02.08.2025	"Confiança na providência."	Sl 67,2-3.5.7-8 Salmo	"Que Deus nos dê a sua graça e sua benção, e sua face resplandeça sobre nós! Que na terra se conheça os seus caminhos e a sua salvação por entre os povos."
03.08.2025	"Ser vigilante no amor."	Lc 12,13-21 Evangelho versículo 15	"E disse-lhes: 'Atenção! Tomai cuidado contra todo tipo de ganância, porque, mesmo que alguém tenha muitas coisas, a vida de um homem não consiste na abundância de bens."
04.08.2025	"Trabalhar para o bem."	Mt 14,13-21 Evangelho versículo 14	"Ao sair da barca, Jesus viu uma grande multidão. Encheu-se de compaixão por eles e curou os que estavam doentes."
05.08.2025	"Não ter medo."	Mt 14, 22-36 Evangelho versículo 27	"Jesus, porém, logo lhes disse: 'Coragem! Sou eu. Não tenhais medo!'"
06.08.2025	"Retornar à vida verdadeira."	Lc 9, 28-36 Evangelho versículo 35	"Da nuvem proem saiu uma voz que dizia: 'Este é o meu Filho amado, o Escolhido. Escutai o que ele diz.'"
07.08.2025	"A verdadeira liberdade está no amor."	Mt 16, 13-23 Evangelho versículo 23	"Jesus, porém, voltou-se para Pedro, e disse: Vai para longe, Satanás! Tu és para mim uma pedra de tropeço, porque não pensas as coisas de Deus, mas sim as coisas dos homens.'"
08.08.2025	"A paz começa em cada um de nós."	Mt 16, 24-28 Evangelho versículo 24	"Naquele tempo, Jesus disse aos discípulos: 'Se alguém quer me seguir, renuncie a si mesmo, tome a sua cruz e me siga.'"
09.08.2025	"Preservar a beleza da criação."	*Laudato Si* (Louvado seja) Encíclica Papa Francisco	*Laudato Si* Clamor pela conversão ecológica e pela justiça.
10.08.2025	"Aplicar-se na oração."	Lc 12,32-48 Evangelho versículo 33	"Vendei vossos bens e dai esmola. Fazei bolsas que não se estraguem, um tesouro no céu que não se acabe; ali o ladrão não chega nem a traça corrói."
11.08.2025	"Praticar gestos de solidariedade."	Dt 10, 12-22 1ª Leitura versículos 18-19	"Ele faz justiça ao órfão e à viúva, ama o estrangeiro e lhe dá alimento e roupa. Portanto, amai os estrangeiros na terra do Egito."
12.08.2025	"Doar."	Mt 18, 1-5.10. 12-14 Evangelho versículos 4-5	"Quem se faz pequeno como esta criança, este é o maior no Reino dos Céus. E quem recebe em meu nome uma criança como esta é a mim que recebe."
13.08.2025	"Abrir os horizontes do coração."	Mt 18,15-20 Evangelho versículo 19	"Digo-vos ainda isto: se dois de vós se unirem sobre a terra para pedir, seja o que for, consegui-lo-ão de meu Pai que está nos céus."
14.08.2025	"Não hesitar em amar."	Mt 18, 21- 19,1 Evangelho versículos 18, 21-22	"Naquele tempo, Pedro aproximou-se de Jesus e perguntou: 'Senhor, quantas vezes devo perdoar, se meu irmão pecar contra mim? Até sete vezes?' Jesus respondeu: 'Não te digo até sete vezes, mas até setenta vezes sete."
15.08.2025	"Não desanimar por causa dos fracassos."	Sl 136,1-3.16-18.21-22.24 Salmo versículos 16-18	"Ele guiou pelo deserto o seu povo: porque eterno é seu amor! E feriu por causa dele grandes reis: porque eterno é seu amor! Reis poderosos fez morrer por causa dele: porque eterno é seu amor!"
16.08.2025	"Contar com a ajuda de	Sl 16,1-2a.5.7-8.11	"Guardai-me, ó Deus, porque em vós me refugio! Digo ao Senhor: 'Somente

	Deus."	Salmo versículos 7-8	vós sois meu Senhor. Ó Senhor, sois minha herança e minha taça, meu destino está seguro em vossas mãos."
17.08.2025	"Executar bem os nossos deveres."	Lc 1,39-56 Evangelho versículos 39.56	"Naqueles dias, Maria partiu para a região montanhosa, dirigindo-se, apressadamente, a uma cidade da Judeia. [...] Maria ficou três meses com Isabel; depois voltou para casa."
18.08.2025	"Silenciar para escutar a voz da verdade."	Mt 19,16-22 Evangelho versículos 16.21	"Naquele tempo, alguém aproximou-se de Jesus e disse: 'Mestre, que devo fazer de bom para possuir a vida eterna?'[...] Jesus respondeu: 'Se queres ser perfeito, vai, vende tudo o que tens, dá o dinheiro aos pobres e terás um tesouro no céu. Depois, vem e segue-me'."
19.08.2025	"Viver o momento presente."	Sl 85, 9.11-12.13-14 Salmo versículo 9	"Quero ouvir o que o Senhor irá falar: é a paz que ele vai anunciar. A paz para o seu povo e seus amigos, para os que voltam ao Senhor seu coração."
20.08.2025	"Empenar-se pelo bem comum."	Mt 20, 1-16a Evangelho versículo 1	"Naquele tempo, disse Jesus aos discípulos esta parábola: 'O Reino dos Céus é como a história do patrão que saiu de madrugada para contratar trabalhadores para a sua vinha'."
21.08.2025	"Aderir a Deus."	Sl 40, 5.7-8a.9.10 Salmo versículo 5	"É feliz quem ama a Deus se confia; quem não segue os que adoram os ídolos e se perdem por falsos caminhos."
22.08.2025	"Empenar-se nas relações familiares."	Lc 1,26-38 Evangelho versículos 26-27.30-31	"Naquele tempo, o anjo Gabriel foi enviado por Deus a uma cidade da Galileia, chamada Nazaré, a uma virgem desposada com um homem que se chamava José, da casa de Davi e o nome da virgem era Maria. [...]O anjo disse-lhe: 'Não temas, Maria, pois encontraste graça diante de Deus. Eis que conceberás e darás à luz um filho, e lhe porás o nome de Jesus'."
23.08.2025	"Explorar trilhas para o diálogo."	Mt 13, 44-46 Evangelho versículo 44	"Naquele tempo disse Jesus à multidão: 'O Reino dos Céus é como um tesouro escondido no campo. Um homem o encontra e o mantém escondido. Cheio de alegria, ele vai, vende todos os seus bens e compra aquele campo'."
24.08.2025	"Ajudar-se a enfrentar os dissabores."	Hb 12,5-7.11-13 2ª Leitura versículos 5-7	"Irmãos: Já esquecestes as palavras de encorajamento que vos foram dirigidas como a filhos: 'Meu filho, não desprezes a educação do Senhor, não desanimes quando ele te repreende; pois o Senhor corrige a quem ele ama e castiga a quem aceita como filho'. É para a vossa educação que sofreis, e é como filhos que Deus vos trata. Pois qual é o filho a quem o pai não corrige?
25.08.2025	"Dar importância aos irmãos e irmãs."	Mt 23, 13-22 Evangelho versículos 13-15	"Naquele tempo, disse Jesus: 'Ai de vós, mestres da Lei e fariseus hipócritas! Vós fechais o Reino dos Céus aos homens. Vós porém não entrais, nem deixais entrar aqueles que o desejam. Ai de vós, mestres da Lei e fariseus hipócritas! Vós percorreis o mar e a terra para converter alguém, e quando conseguis, o tornais merecedor do inferno, duas vezes pior do que vós'."
26.08.2025	"Cuidar do ambiente."	*Laudato Si* (Louvado seja) Encíclica Papa Francisco	*Laudato Si* Clamor pela conversão ecológica e pela justiça.
27.08.2025	"Fazer sentir a proximidade."	1 Ts 2, 9-13 1ª Leitura versículos 11-12	"Bem sabeis que, como um pai a seus filhos, nós exortamos a cada um de vós e encorajamos e insistimos, para que vos comporteis de modo digno de Deus, que vos chama ao seu reino e à sua glória."
28.08.2025	"Ame, e faça o que quiser."	1 Ts 3, 7-13 1ª Leitura versículos 12-13	"O Senhor vos conceda que o amor entre vós e para com todos aumente e transborde sempre mais, a exemplo do amor que temos por vós. Que assim ele confirme os vossos corações numa santidade sem defeito aos olhos de Deus, nosso Pai, no dia da vinda de nosso Senhor Jesus, com todos os seus santos."
29.08.2025	"Ser coerente."	Mc 6, 17-29 Evangelho versículos 20, 24,26,27	"Com efeito, Herodes tinha medo de João, pois sabia que ele era justo e santo, e por isso o protegia. Gostava de ouvi-lo, embora ficasse embaraçado quando o escutava. Ela saiu e perguntou à mãe: 'O que vou pedir?' A mãe respondeu: 'A cabeça de João Batista'. O rei ficou muito triste, mas não pôde recusar. Ele tinha feito o juramento diante dos convidados. Imediatamente, o rei mandou que um soldado fosse buscar a cabeça de João."
30.08.2025	"Encorajar."	Mt 25, 14-30 Evangelho versículo 29	"Porque a todo aquele que tem será dado mais, e terá em abundância, mas daquele que não tem, até o que tem lhe será tirado."
31.08.2025	"Cada obstáculo um trampolim."	Eclo 3,19-21.30-31 1ª Leitura versículos 30-31	"Para o mal do orgulhoso não existe remédio, pois uma planta de pecado está enraizada nele, e ele não compreende. 31O homem inteligente reflete sobre as palavras dos sábios, e com ouvido atento deseja a sabedoria."

Fonte: Elaborado pelas autoras

O quadro sistematizado das 31 "Senhas do dia" referentes a agosto de 2025 demonstra informações pertinentes à pesquisa. Conforme um levamento quantitativo, observou-se que dezenove (19) textos derivam de Evangelhos – Lucas, Mateus e Marcos; cinco (05) textos são trechos do livro de Salmos; dois (02) textos são da encíclica do Papa Francisco *Laudato Si*; dois (02) textos derivam do Antigo Testamento dos livros de

Deuteronômio e de Eclesiástico; três (03) derivam de epístolas aos Hebreus e a 1 Timóteo.

De acordo com a análise, o gênero demonstra a peculiaridade de inserir um trecho referente às leituras da missa que corresponde ao dia da reflexão da "Senha do dia". Somente em circunstâncias de festas religiosas e do uso de encíclicas, há uma reflexão diferenciada, ou seja, não estaria se referindo à leitura da missa do dia, na produção do gênero "Senha do dia" e isso orienta o autor a produzir mês a mês conforme o calendário do Ano Litúrgico. Dentre as "Senhas do dia" analisadas não há variações significativas, todas apresentam a sequência explicativa como dominante. Essas variações mencionadas correspondem a inserção de trechos de outra sequência textual [narrativa] ou desvio na construção da reflexão quando se trata de inserir a encíclica papal.

Argumentatividade e natureza genérica

Partilha-se da concepção difundida por Cavalcante *et. al.* (2022), apoiada em Amossy (2011), de que os textos apresentam argumentatividade em sua constituição, independente da sequência discursiva dominante em sua composição. Nesse sentido, ao analisarmos a categoria princípio de argumentatividade, identificou-se nos textos na "Senha do dia" a dimensão argumentativa (argumentatividade), uma vez que, nessa dimensão, o texto se constrói na materialidade do discurso, apresentando as estratégias de persuasão de maneira indireta sem intenção explícita (premeditada) de admiti-las (Amossy, 2011). Tomando por base a análise textual do discurso, percebeu-se no gênero textual "Senha do dia" o protótipo da sequência textual explicativa como dominante, mas com aspectos estruturais das categorias mesotextuais de acordo com os excertos seguidos do conector "mas" e nas orientações de cada explicação do versículo bíblico ou trecho da encíclica que permitem reconhecer recursos do texto que demonstram a dimensão argumentativa.

Outro ponto de destaque que verificamos nessa análise, consiste no uso do modo de organização do discurso pedagógico. Apesar de esse modo ser direcionado, predominantemente, a gêneros textuais do domínio do discurso de ensino, constatou-se que a predominância da sequência explicativa, na construção do texto a "Senha do dia" não só contribuiu como serviu coerentemente para a construção da modalidade. A

modalidade pedagógica, ensina Amossy (2011), implica em um locutor que assume posição superior para transmitir um saber, ou seja, a explicação do versículo ou trecho da encíclica leva esse interlocutor a compreender essas passagens ou cartas no domínio discursivo religioso. A Senha do dia demonstra como viver bem a frase presente em cada texto e isso pode ser analisado por meio do discurso.

Quanto à natureza do gênero, observa-se que a categoria compósito apresenta aspectos de copresença do linguageiro tais como o texto com caraterísticas do pré-digital e do técnico nos discursos nativos da internet uma vez que, a depender da rede social em que esteja inserido, pode-se receber curtidas e comentários. A "Senha do dia" é um texto que se originou na internet e foi difundido por meio de *e-mail*, grupos de *e-mails*, lista de transmissão, *blog*[12] e redes sociais *WhatsApp*, *Instagram*, *Facebook* e *YouTube*, como já explicado.

Os elementos que permitem inseri-lo na categoria de compósito apresentam-se por meio de um *layout* com uma imagem de fundo (primeira figura) que se refere à reflexão da frase da "Senha do dia". Há nesse *layout* letras em destaque na cor branca com a frase propriamente dita, seguida do nome do gênero "Senha do dia" na cor vermelha com a data, indicando dia, mês e ano também na cor branca. Há um destaque maior para a data do dia que se apresenta vazada com contornos na cor branca. Ambas as informações aparecem na lateral esquerda do *layout*. Na lateral direita, há um *link* http://www.focolares.com.br que encaminha o leitor ao *site* do Movimento dos Focolares no Brasil.

No segundo *layout*, o fundo é branco com a frase da "Senha do dia" em tom de marrom claro na lateral esquerda, seguida da data com dia, mês e ano, transpassada por uma faixa ora em tom de marrom ora em lilás na diagonal à direita da figura, informando a data. O destaque maior na data, nessa segunda imagem, é dado ao ano. O texto apresenta-se com letras na cor preta. Em seguida, há, na lateral esquerda, o *site* oficial do Movimento dos Focolares http://www.focolares.org.br. Nesse *site*, encontram-se também a "Senha do dia" e os respectivos arquivos de textos anteriores. Na lateral direita, consta o nome completo do autor da "Senha do dia" (Apolônio Carvalho Nascimento), com letras cursivas e bem pequenas que lembram uma assinatura.

[12] https://parolafocolare.blogspot.com

Outro aspecto relevante é o caráter de tecnogênero do discurso prescrito que está numa dimensão compósita e que assume aspectos de um gênero do repertório pré-digital (Palavra de Vida), mas se estabelece com características específicas na internet, ou seja, de forma *on-line*, divulgados por meio de *blog* e redes sociais conforme explicitado anteriormente. Nas imagens analisadas a partir do *WhatsApp*, os *links* colocados na primeira como na segunda figura do *layout* não possibilitam acesso imediato ao usuário, ou seja, o *link* não encaminha o leitor para o *site*. Identificou-se essa possibilidade na rede social *Facebook*, mas, por questões de espaço neste artigo, não se demonstrou a imagem retirada de uma página da rede social.

Considerações finais

O propósito deste artigo foi analisar a estrutura composicional do gênero textual "Senha do dia" por meio das categorias: textura – proposições enunciadas e períodos – sequencialidade – sequência explicativa – e plano de texto Adam (2011; 2019), a orientação argumentativa (Amossy, 2020) e a natureza genérica (Paveau, 2021).

Para isso, norteou-se a discussão para responder a seguinte questão-problema: Como a estrutura composicional – textura: proposições enunciadas e períodos, sequencialidade e plano de texto –, a orientação argumentativa e a natureza do gênero apresentam-se no texto "Senha do dia" para cumprir seu propósito?

Como resultados principais, identificou-se na análise que o gênero textual "Senha do dia" que a estrutura composicional dominante, conforme Adam (2011) é a sequência textual explicativa com proposições-enunciados marcadas com conector adversativo na maioria dos textos. Alguns desses textos apresentavam epígrafe como também simples período da sequência textual narrativa que caracterizavam o plano de texto desse gênero textual.

Na categoria princípio de argumentatividade de Amossy (2011), identificou-se que o gênero textual apresenta a dimensão argumentativa, uma vez que não há intenção explícita premeditada de persuadir, mas pode fazê-lo pelo aspecto do domínio discursivo religioso. Apesar de não ser uma modalidade direcionada para esse tipo de texto, compreendeu-se que a modalidade pedagógica seria a mais adequada ao propósito do gênero textual analisado pelo caráter de explicar versículos bíblicos de uma forma mais didática que se pode dizer.

Quanto à natureza genérica, de acordo com Paveau (2021), o gênero é nativo digital com caráter de tecnogênero prescrito pertencente a um compósito que inclui curtidas e comentários ainda que esses últimos aspectos não sejam objeto de estudo desta pesquisa. Assim, conclui-se que o gênero textual em estudo apresentou regularidade nas suas características genéricas nos 31 textos analisados e aspectos que respondem a questão-problema mencionada.

A contribuição de estudos é, dentre outras possíveis, compreender o fenômeno textual/discursivo relacionado a um gênero digital pouco explorado, ainda, num domínio discursivo religioso e demonstrar a sua estrutura e seu potencial argumentativo no âmbito digital.

Referências

ADAM, Jean-Michel. **Le textes**: types et prototypes. Paris: Nathan, 1992.

ADAM, Jean-Michel. Quadro teórico de uma tipologia sequencial. *In*: BEZERRA, Benedito Gomes; BIASI-RODRIGUES, Bernadete; CAVALCANTE, Mônica Magalhães (Org.). **Gêneros e sequências textuais**. Recife: Edupe, 2009. p. 115-132.

ADAM, Jean-Michel. **A linguística textual**: introdução à análise textual dos discursos. Tradução de Maria das Graças Soares Rodrigues, João Gomes da Silva Neto, Luis Passeggi, Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ADAM, Jean-Michel. **Textos**: tipos e protótipos. Tradução Mônica Magalhães Cavalcante *et al*. São Paulo: Contexto, 2019.

ADAM, Jean-Michel. **A noção de texto**. Tradução: Maria das Graças Soares Rodrigues, João Gomes da Silva Neto e Luis Passegi. Natal/RN: EDUFRN, 2022.

AMOSSY, Ruth. Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Tradução Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. **EID&A**, Ilhéus n.1, p.129-144, nov. 2011.

AMOSSY, Ruth. **A argumentação no discurso**. São Paulo: Contexto, 2020a.

AMOSSY, Ruth. A dimensão argumentativa do discurso questões teóricas e práticas. *In*: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; BRITO, Mariza Angélica Paiva (Org.). **Texto, discurso e argumentação**. Tradução Mônica Magalhães Cavalcante *et al*. Campinas, SP: Pontes, 2020b. p. 71-96.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães *et al.* **Linguística textual e argumentação**. Campinas, SP: Pontes, 2020.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães *et al*. **Linguística textual**: conceitos e aplicações. Campinas, SP: Pontes, 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JURACH, Jussara Maria. As sequências textuais explicativas: relações entre texto e semântica cognitiva. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 7, p. 215-231, jan./jun. 2017.

MINAYO, Marília Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

PAVEAU, Marie-Anne. **Análise do discurso digital**: dicionário das formas e das práticas. Tradução e organização: Júlia Lourenço Costa, Roberto Leiser Baronas. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021[2017].